

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA**

LISIARA GUAZZELLI BORSOI

**O ENSINO DE HISTÓRIA, A REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA E
A MÚSICA**

CAXIAS DO SUL

2022

LISIARA GUAZZELLI BORSOI

**O ENSINO DE HISTÓRIA, A REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA E
A MÚSICA**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul, tendo como área de concentração o Ensino de História e como linha de pesquisa Linguagens e Cultura no Ensino de História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Eliana Gasparini Xerri.

CAXIAS DO SUL

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

B738e Borsoi, Lisiara Guazzelli

O ensino de história, a redemocratização brasileira e a música [recurso eletrônico] / Lisiara Guazzelli Borsoi. – 2022.

Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2022.

Orientação: Eliana Gasparini Xerri.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. História - Estudo e ensino. 2. Música. 3. Educação. 4. Música e história. I. Xerri, Eliana Gasparini, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 37.016:94

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Márcia Servi Gonçalves - CRB 10/1500

O ENSINO DE HISTÓRIA, A REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA, E A MÚSICA

Lisiara Guazzelli Borsoi

Trabalho de Conclusão de Mestrado submetido à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração: Ensino de História: Fontes e Linguagens. Linha de Pesquisa: Linguagens e Cultura no Ensino de História

Caxias do Sul, 12 de maio de 2022.

Banca Examinadora:

Dr^a. Eliana Gasparini Xerri
Universidade de Caxias do Sul

Dr^a Cristine Fortes Lia
Universidade de Caxias do Sul

Dr^a. Isabel Aparecida Bilhão
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Dr^a Terciane Angela Luchese
Universidade de Caxias do Sul

RESUMO

A dissertação tem como corpus de pesquisa o Ensino de História através da música composta no período da Redemocratização Brasileira (1974-1985). O trabalho faz parte do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Caxias do Sul – Mestrado Profissional em História, tendo como linha de pesquisa as Linguagens e Cultura no Ensino de História. A temática desta pesquisa surgiu a partir das reflexões sobre o desenvolvimento de uma aprendizagem mais significativa nas salas de aula, sobretudo no ensino de História. Relacionar o passado com o presente tem sido um desafio para os professores dessa área, já que muitos os consideram “professores do passado”. O objetivo é refletir, discutir e apresentar uma proposta metodológica com o uso da música em sala de aula, para ensinar o período da Redemocratização Brasileira. Considerando que, além de culturalmente muito explorada, a música é um recurso facilmente encontrado e de uso cotidiano da maioria dos jovens, a proposta busca auxiliar nesse processo de aprendizagem e tornar cada vez mais reflexivo e eficaz o ensino, utilizando-se das vivências dos educandos. A música como instrumento pedagógico, utilizada de forma simultânea ao livro didático ou texto, facilita a comunicação em um tempo em que a utilização de novas tecnologias está presente no cotidiano do professor e do educando, trazendo informações em tempo real e de forma acessível. O recorte temporal foi escolhido devido a sua importante transição de um período ditatorial para a democracia, no qual a sociedade brasileira manifestava-se culturalmente contra o governo e a realidade vivida. Assim, foram produzidas inúmeras canções que contextualizavam o momento, podendo ser utilizadas hoje como um documento histórico. A Redemocratização Brasileira se estende de 1974 a 1985, período no qual a Abertura Política aconteceu através de atos contínuos, devolvendo aos cidadãos brasileiros a democracia que lhes foi privada durante o período da Ditadura Civil Militar, iniciada em 1964. A pesquisa é qualitativa, pois o texto está baseado na revisão bibliográfica em livros, artigos científicos e dissertações que discorrem sobre o tema tratado, ressaltando alguns autores importantes para este trabalho como Napolitano (2010), Gardner (1995), Ferreira (2018), Seffner (2016), Chauí (2012). Por se tratar do Tempo Presente, as músicas selecionadas para relacionar a História à Redemocratização, ainda fazem parte do cotidiano de muitos brasileiros, e ainda convivemos com pessoas que vivenciaram aquele período. Como produto final desta pesquisa, proponho oficinas para professores, que visam auxiliar em suas práticas profissionais. Os resultados obtidos ao final de pesquisa sinalizam para uma constante atualização nos métodos e estratégias de aprendizagem utilizadas em sala de aula.

Palavras-chave: Ensino de História; Música; Redemocratização; Brasil; Tempo presente.

ABSTRACT

The dissertation has as its research corpus the Teaching of History through music composed in the period of Brazilian Redemocratization (1974-1985). The work is part of the Postgraduate Program in History at the University of Caxias do Sul - Professional Masters in History, having as a research line Languages and Culture in History Teaching. The theme of this research emerged from reflections on the development of more meaningful learning in classrooms, especially in the teaching of History. Relating the past to the present has been a challenge for teachers in this area, as many consider them “teachers of the past”. The objective is to reflect, discuss and present a methodological proposal with the use of music in the classroom, to teach the period of Brazilian Redemocratization. Considering that, in addition to being culturally very explored, music is a resource easily found and used daily by most young people, the proposal seeks to assist in this learning process and make teaching increasingly reflective and effective, using the experiences of students. Music as a pedagogical instrument, used simultaneously with the textbook or text, facilitates communication at a time when the use of new technologies is present in the daily life of the teacher and the student, bringing information in real time and in an accessible way. The time frame was chosen due to its important transition from a dictatorial period to democracy, in which Brazilian society culturally manifested itself against the government and the lived reality. Thus, countless songs were produced that contextualized the moment and can be used today as a historical document. The Brazilian Redemocratization extends from 1974 to 1985, a period in which the Political Opening took place through continuous acts, returning to Brazilian citizens the democracy that was deprived of them during the period of the Civil Military Dictatorship, which began in 1964. The research is qualitative, as the text is based on the bibliographic review in books, scientific articles and dissertations that discuss the subject, highlighting some important authors for this work such as Napolitano (2010), Gardner (1995), Ferreira (2018), Seffner (2016), Chauí (2012). Because it is the present time, the songs selected to relate History to Redemocratization are still part of the daily lives of many Brazilians, and we still live with people who lived through that period. As a final product of this research, I propose workshops for teachers, who aim to assist in their professional practices. The results obtained at the end of the research point to a constant update in the methods and learning strategies used in the classroom.

Keywords: Teaching History; Music; Redemocratization; Brazil; Present time.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa localizando Vacaria no RS	11
Figura 2 - Manifestação popular do “MOVIMENTO DIRETAS JÁ”	16
Figura 3 - Escola Municipal De Ensino Fundamental Dom Henrique Gelain	34
Figura 4 - Comício DIRETAS JÁ	57
Figura 5 - Cartaz de shows <i>Rock in Rio</i>	60
Figura 6 - Evento <i>Rock in Rio</i>	60
Figura 7 - Google Sala de Aula	70
Figura 8 - Sociólogo Herbert de Souza, Betinho	77
Figura 9 - Espaço Google Sala de Aula	94

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resultado do banco da CAPES	19
Quadro 2 - Professores da Rede Municipal de Ensino - Ano 2022 – Vacaria/RS	34
Quadro 3 - População do ano de 1985, conforme levantamento demográfico	63
Quadro 4 - Músicas e Redemocratização	71
Quadro 5 - Semana 01	72
Quadro 6 - Semana 02	78
Quadro 7 - Semana 03	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AERP	Assessoria Especial de Relações Públicas
AI	Ato Institucional
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNBB	Conferência Nacional de Bispo Brasileiros
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
EF	Ensino Fundamental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MPB	Música Popular Brasileira
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDT	Partido Democrático Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PP	Partido Popular
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SISNI	Sistema Nacional de Informações
TDIC	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
UDN	União Democrática Nacional
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 AS PRÁTICAS E O ENSINO DE HISTÓRIA	27
2.1 CONHECER PARA ESTUDAR.....	34
2.2 A MÚSICA ESTÁ PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.....	37
2.3 MÚSICA, IMPERATIVO HISTÓRICO.....	41
3 BRASIL! MOSTRA A TUA CARA E TEU PASSADO	44
3.1 O POVO QUER COMIDA, DIVERSÃO E ARTE	53
3.2 A GENTE SOMOS INÚTIL? A MÚSICA E A REDEMOCRATIZAÇÃO	58
4 A MÚSICA TAMBÉM FAZ HISTÓRIA	66
4.1 QUAIS MÚSICAS FIZERAM HISTÓRIA?	71
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS.....	98
APÊNDICE	107
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DE 9º ANOS DA E.M.E.F. DOM HENRIQUE GELAIN	108
ANEXOS.....	109
ANEXO A	110
ANEXO B.....	112
ANEXO C.....	118
ANEXO D	121
ANEXO E.....	122

1 INTRODUÇÃO

A humanidade sofre mudanças diariamente, mesmo que não as percebamos. Por vivermos em uma sociedade constituída por informações, muito mais do que conhecimentos enraizados, esse processo é,

a passagem da fase “sólida” da modernidade para a “líquida” – ou seja, para uma condição em que as organizações sociais[...] não podem mais manter sua forma por muito tempo [...], pois se decompõem e se dissolvem mais rápido que o tempo que leva para moldá-las e, uma vez reorganizadas, para que se estabeleçam (BAUMAN, 2007, p. 7).

Mobilizados pela incerteza que é a mescla entre o sólido e o líquido que atravessam os processos de mudança, é necessário que, diariamente, nossas linguagens de sala de aula sejam reavaliadas, aprimorando não só nosso aprendizado, mas também a forma como ensinamos nossos educandos. Inquietações pautadas por um sistema escolar que é pouco atrativo ao estudante me levaram ao questionamento acerca de possibilidades educacionais que promovam reflexões sobre permanências e mudanças nos contextos históricos, para que os educandos se sintam integrantes e não meros espectadores.

A escola na atualidade encontra muitos desafios, dentre esses, está desenvolver de forma mais significativa sua função social, por meio de propostas metodológicas mais flexíveis, que valorizem as diferenças e os conhecimentos trazidos por cada educando, proporcionando-lhes o desenvolvimento de habilidades e competências¹, explorando as múltiplas linguagens e inteligências, potencializando a forma e o tempo em que o educando aprende e os tornando sujeitos autônomos, críticos e capazes de contribuir de forma consciente com a sociedade em que estão inseridos e que é pautada por transformações e permanências.

Caimi (2015, p. 106) atribui a pouca atratividade dos estudos para os educandos à “carência de sentido das propostas do sistema escolar perante os jovens, pela aparência obsoleta dos conteúdos, pela irrelevância de muitas das atividades que ali são desenvolvidas”. Assim, como chamar a atenção para o conhecimento se ele se mostra antiquado? Através de leitura e debate, ou leitura e questionamento, ou uma palestra, em que o professor, por um período, “explica” um conteúdo? Nessas modalidades, o educando acaba se tornando um ouvinte

¹ Na Base Nacional Comum Curricular (2018), competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do/trabalho. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 18/02/2021

passivo, sem crítica, que apenas reproduz. O educando precisa conhecer para compreender e poder criticar aquilo que vê, lê, ouve; deve interagir com o meio, deixando de receber o conhecimento pronto e agindo para que ele aconteça.

Essa mudança no ensino vem ocorrendo desde os anos 1990 e 2000, quando reformas educativas brasileiras exigiram do professor,

trabalhar com metodologias ativas do campo pedagógico, que assegurem maior protagonismo dos estudantes em seus percursos de aprendizagem, de modo a superar a perspectiva enciclopedista, verbalista e assentada apenas na memorização do passado que tem marcado a disciplina de História (CAIMI, 2015, p. 110).

Nesse sentido, as metodologias ativas também se inserem na aplicação de práticas e uso de recursos diversos. No âmbito escolar, a utilização da música vem sendo apresentada no currículo como uma proposta desafiadora, que estimula o desenvolvimento das múltiplas linguagens e inteligências e valoriza a diversidade cultural da sociedade, visto que é um meio de vivência dos seres humanos.

Este trabalho tem por objetivo refletir, discutir e apresentar uma proposta metodológica a partir do uso da música como fonte, documento e instrumento pedagógico para o Ensino de História, relacionando-a ao período de Redemocratização Brasileira (anos 1974-1985). Para tanto, considere a faixa etária dos educandos, que corresponde à adolescência e que, normalmente, aprecia música. Dessa forma, percebo a possibilidade de lhes apresentar gêneros musicais diversos como potencialidade à construção de um Ensino de História mais significativo. Na procura por alternativas para atingir tal objetivo, esta dissertação busca responder o seguinte questionamento: O uso da linguagem musical, associado a conteúdos históricos, contribui para potencializar e desenvolver um Ensino de História significativo para a cidadania dos educandos?

A partir dessas e de outras reflexões feitas ao longo de minha trajetória como profissional da educação e, sobretudo, do Ensino de História, signifique a importância do reconhecimento da realidade escolar. Para tanto, tomo como referência minha experiência como professora e diretora de uma Escola Municipal, situada em região periférica na cidade de Vacaria, Rio Grande do Sul. Nesse contexto, além das vulnerabilidades² próprias de

² Segundo os autores Scott, Prola, Siqueira e Pereira (2018), a vulnerabilidade está na ideia de precariedade nas condições de vida, relacionada às minorias, bem como aos indivíduos fragilizados, juridicamente ou politicamente, que necessitam de auxílio e proteção para a garantia de seus direitos como cidadãos. O vulnerável carrega, nesse sentido, a ideia do mais fraco, ou seja, aquele que está em desvantagem quanto ao critério de distribuição (renda, serviços, qualidade de vida, educação e saúde) e que é alvo de políticas públicas específicas de auxílio e de busca de garantia de direitos. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n2p600-615>. Acesso em: 04/02/2022.

comunidades em situação de desigualdade social, a pandemia de Covid-19³ evidenciou a dificuldade do ensino remoto, pois, com a suspensão das aulas presenciais, percebi que muitos educandos não possuem acesso às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) para acompanhar atividades online, ou não sabem utilizá-las para a aprendizagem escolar. Constatei, mesmo que empiricamente, que jovens e adolescentes fazem uso de tecnologias para fins de entretenimento, em número considerável desconhecendo seu uso para outros fins, como o pedagógico.

O mapa a seguir mostra a localização de Vacaria, cidade onde está localizada a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Henrique Gelain, no Estado do Rio Grande do Sul.

Figura 1- Mapa localizando Vacaria no RS



FONTE: LANA; WERLANG; SALDANHA (2018, p. 108).

É nesse contexto local que está localizada a escola que motivou este estudo. Nas últimas décadas houve grandes inovações tecnológicas e, portanto, é preciso acompanhar também no campo educacional tais transformações, sendo quase uma obrigação adequar o ensino às mudanças tecnológicas e sociais. Não podemos conceber que um educando que receba

³ A Covid-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus (Sars-CoV-2) e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca. Alguns pacientes podem apresentar dores, congestão nasal, dor de cabeça, conjuntivite, dor de garganta, diarreia, perda de paladar ou olfato, erupção cutânea na pele ou descoloração dos dedos das mãos ou dos pés. Esses sintomas geralmente são leves e começam gradualmente. Algumas pessoas são infectadas, mas apresentam apenas sintomas muito leves. Disponível em: <https://www.saude.df.gov.br/coronavirus/>. Acesso em: 03/02/2022.

informações em tempo real, pela televisão ou internet, aprenda apenas lendo o livro didático. Para tanto, o professor precisa renovar suas práticas habituais, pois informação é diferente de conhecimento, e cabe ao professor estabelecer essa diferenciação, bem como auxiliar na assimilação das informações a fim de transformá-las em conhecimento. Pensando nessa diferenciação entre informação e conhecimento, utilizo-me de Cruz e Peixoto (2007), quando dizem que a informação demonstra a relação imprensa/sociedade, informando os acontecimentos, detendo historicidade por si só, podendo ser utilizadas para pesquisa e compreendida como tal, assim entendo que o conhecimento será a interpretação dessa informação, contextualizando com o conteúdo histórico, tornando-a documento ou fonte.

Com a pandemia iniciada em 2020, a utilização das novas tecnologias tornou-se imprescindível, pois o Ensino precisou adequar-se a essa nova realidade. As aulas em Educação a Distância (EAD⁴) são as mais utilizadas, promovendo novas formas de ensino: aulas remotas⁵, híbridas⁶, on-line⁷. Nesse contexto, o professor precisou assimilar as mudanças tecnológicas do ensino para acompanhar o educando no aprendizado. Infelizmente, em algumas realidades, essas modalidades não são alcançadas, como na Escola Municipal citada anteriormente, onde as aulas foram disponibilizadas pelo blogue⁸ da escola (que atingiu número mínimo de educandos) e entregues impressas àqueles que não puderam acompanhar virtualmente. Como menciona o documento do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF),

A pandemia da Covid-19 impôs a realização de atividades remotas para as escolas em todo o país. Uma situação inédita, para a qual a maioria das pessoas não estava preparada. Da falta de equipamentos e de acesso à internet ao despreparo para a produção e disseminação de conteúdos escolares de modo virtual, professoras (es), gestoras (es), estudantes e suas famílias realizaram esforços para manter os vínculos e para a realização de atividades escolares visando as aprendizagens (UNICEF, 2021, p. 46).

⁴ É uma modalidade de ensino mais utilizada em ensino superior que prioriza o uso de videoaulas gravadas, garantindo acesso assíncrono (a qualquer tempo) e buscando promover conteúdos e atividades autoinstrucionais, ou seja, que o aluno consiga acompanhar e realizar sozinho.

⁵ Baseada principalmente em transmissões ao vivo ou então gravadas nos dias e horários habituais dos encontros presenciais da turma, promove o constante contato entre educador e estudantes.

⁶ Ensino híbrido é a metodologia que combina aprendizado online com o offline, em modelos que mesclam momentos em que o aluno estuda sozinho, de maneira virtual, com outros em que a aprendizagem ocorre de forma presencial, valorizando a interação entre pares e entre aluno e professor (PORVIR, 2013).

⁷ Professor e alunos de uma mesma turma têm interações nos mesmos horários em que as aulas aconteceriam no modelo presencial, procurando manter a rotina de sala de aula, com explicações e atividades em tempo real, no mesmo ambiente virtual, mas em diferentes locais fisicamente.

⁸ Espécie de diário virtual em que o internauta relata suas histórias, seus projetos de vida, faz comentários sobre a realidade, escreve artigos, poemas etc., deixando esse material disponível na rede para que outros possam interagir (MICHAELIS, 2015).

Considero que as barreiras para o ensino remoto vão além do acesso às tecnologias. A escola em que atuo desde o ano de 2002, está inserida em uma realidade que nos traz muitas inquietações por se tratar de uma comunidade em situação de pobreza, que abrange quatro bairros e também educandos do interior (área rural). Os educandos dessas comunidades, em sua maioria, apresentam uma autoestima muito baixa, o que reforça a importância do papel social que a escola precisa desenvolver para auxiliar nessa questão; acreditam muito pouco em si e são pouco otimistas em relação ao seu próprio futuro; destaco, ainda, o desânimo, a falta de vontade de estudar e a falta de percepção da educação como o caminho para a fuga das vulnerabilidades. Assim, o conhecimento escolar (científico) não é prioridade para muitas das famílias dessas comunidades, e isso se reflete dentro da escola, tornando-a um ponto para alimentação, refúgio dos problemas de casa e, apenas por último, é encarada como um lugar para construção de conhecimento e conseqüentemente uma melhoria de vida e mudança na sociedade.

Essa compreensão que as famílias têm, da escola como um espaço de assistencialismo, se confirmou diante das medidas de distanciamento necessárias durante a pandemia que iniciou no Brasil a partir de 2020, pois a procura pelas aulas foi mínima e a escola se tornou ponto de referência para distribuição de auxílios assistenciais⁹. Seffner (2016), muito antes da pandemia reflete que,

o acesso ao conhecimento é função tradicional da escola, e é dessa função que a escola obtém boa parte de sua legitimidade social. A escola não é exatamente um lugar onde o conhecimento apenas está, como se ele fosse um simples objeto, guardado na escola e distribuído ao longo do ano, em doses, aos alunos. Associado ao conhecimento, vem também certa forma do conhecer, os modos e estratégias de acesso ao conhecimento e de relação com ele (SEFFNER, 2016, p. 50).

Se a escola é espaço de conhecimento e sociabilidade, é necessário que nela se considere as mais variadas formas de aprender e ensinar. Pensando na inserção das diversas “inteligências” no ensino de sala de aula com o objetivo de melhoria de aprendizagens, defendo que a música como instrumento pedagógico é uma aliada para atingi-lo.

E que música? Qualquer uma delas, qualquer ritmo, todos são importantes, mas precisamos lembrar que a Base Nacional Comum Curricular – BNCC nos apresenta conteúdos essenciais, nos quais podemos utilizar a música. Dessa forma, neste trabalho, visando

⁹ No ano de 2020 e 2021 (até agosto), a escola distribuía mensalmente um kit de alimentos, ou seja, a alimentação que viria para ser servida no horário de merenda da escola, adquirida com verba do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) era dividida em kits para serem distribuídos aos educandos, bem como fazia campanhas de arrecadação de roupas para serem doadas aos que necessitavam.

contemplar os conteúdos da BNCC e pensando na faixa etária escolhida, a escolha do período temporal para o estudo em curso é o da Redemocratização Brasileira¹⁰, período muito importante devido ao processo de transição da Ditadura Civil Militar¹¹ para o regime democrático. Esse processo de transição não possui uma data inicial confirmada, mas para a maioria dos estudiosos, inicia com a entrada do presidente Ernesto Geisel no poder: “Entre os estudiosos, há certo consenso de que a transição da Ditadura Militar para o regime de Democracia liberal teve início em 1973, ocasião em que as Forças Armadas escolheram o general Ernesto Geisel para assumir a presidência da república” (FERREIRA, 2018, p. 28).

Entre os historiadores brasileiros do Tempo Presente, há referências temporais distintas sobre o período que chamamos de Redemocratização. Fico (2019, p. 89) também questiona a utilização desse conceito pelos historiadores, quando salienta que,

O fim da ditadura militar seria alcançado após longo processo que durou mais de dez anos, caso considerarmos que ele se iniciou com a posse do general Ernesto Geisel em 1974, e se encerrou na posse do presidente civil em 1985. Devemos falar em “redemocratização” considerando que houve uma democracia entre 1945 e 1964? Como vimos, houve muitas atribuições naquele período. Desse modo, para alguns analistas, em 1985 tivemos o fim dos governos militares, o fim da ditadura, mas falar em redemocratização corresponderia a supervalorizar o que houve antes (FICO, 2019, p. 89).

O período de Redemocratização ou Abertura Política ocorre de 1974, quando o General Ernesto Geisel é indicado à Presidência da República, até 1985, quando termina o mandato do General João Batista Figueiredo, que assumiu a presidência sob indicação em 1979. Com Geisel na presidência, se inicia o processo de liberalização (fim da censura prévia aos jornais, imposição de leis eleitorais arbitrárias, revogação do AI¹²-5) e, após, Figueiredo inicia o processo de liberalização com a Anistia (projeto imposto sem negociação com oposição), em

¹⁰O termo Redemocratização Brasileira é comumente utilizado por alguns autores em artigos, teses, dissertações e livros didáticos, mas também podemos encontrar referência ao período como Abertura Política. Há questionamentos sobre o momento em que o Brasil alcançou a democracia ampla, pois alguns acreditam que não aconteceu no ano de 1985 com o fim da Ditadura Civil Militar.

¹¹O período de Ditadura Civil Militar compreende os anos de 1964 a 1985. Nesse período o Brasil foi presidido por cinco presidentes: Humberto Castello Branco (1964-1967), Marechal Costa e Silva (1967-1969), General Emílio Médici (1969-1974), General Ernesto Geisel (1979-1985) e General João Baptista Figueiredo (1974-1979). No texto, qualifico apenas a gestão dos últimos dois governantes em razão de que foi nesses governos que aconteceu a Abertura Política.

¹²Atos institucionais são normas elaboradas no período de 1964 a 1969, durante o Regime Militar. Foram editadas pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional. Esses atos não estão mais em vigor. Foram 17 atos no total, mas o de número 5 foi o mais repressivo de todos. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acesso em: 08/12/2021.

1979. No mandato de Figueiredo houve o surgimento de novos partidos políticos, bem como a eleição por voto direto, de governadores estaduais (FERREIRA, 2018).

Por outro lado, é necessário considerar que a historiografia apresenta recortes temporais distintos para o processo, assim como para o termo, conforme Da Silva (2019), a década de 80 tem seu campo político marcado pelo processo de Redemocratização que inicia, principalmente, com a anistia e a reforma partidária em 1979. Além da reorganização e criação de novos partidos, retorno de lideranças políticas e pluralidade partidária, houve uma segmentação nas ações políticas, sobretudo com o crescimento de movimentos sociais. Segundo Gohn (2011, p. 335-336) “os movimentos sociais realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social”. Para a autora, os movimentos adotam diferentes estratégias de ação que variam da denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até às pressões indiretas. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)¹³, Movimento Feminista¹⁴ e Movimento das Diretas Já¹⁵ são exemplos de alguns movimentos sociais que organizaram a população em busca de direitos, junto à sociedade e ao governo. A figura a seguir nos ilustra a magnitude dos movimentos sociais, o grande envolvimento da população brasileira contida na foto, retrata a procura por mudança.

¹³Conforme Gohn (1997, p.304) “O MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - criado em 1979 em Santa Catarina, espalha-se por todo o Brasil, realiza centenas de ocupações de terras, organiza-se em acampamentos, luta pela obtenção da posse da terra em assentamentos criados pelo governo (ou reconhecidos por ele após a área já estar ocupada), cria cooperativas de produção e comercialização, funda escolas de formação para as lideranças, elabora cartilhas para as escolas de primeiro grau - em que discute o tipo de educação que deve ser dado aos filhos dos assentados e o perfil que devem ter os profissionais que trabalham com as crianças etc. Uma sólida organização dirige o movimento em âmbito nacional e impõe as diretrizes gerais, diretrizes essas que muitas vezes encontram dificuldades para se operacionalizar dadas as diferenças culturais entre as populações rurais de norte a sul do país.”

¹⁴O Movimento Feminista foi formado por grupos de mulheres organizadas nos anos 1990 em função de sua atuação na política, criando redes de conscientização de seus direitos e frentes de lutas contra as discriminações. (GOHN, 2011).

¹⁵Segundo Canêdo (2008, p. 541) “foi a maior campanha popular da história brasileira, criando um ambiente de otimismo no conjunto do país, sustentado pela crença na força da instituição eleitoral, como expressão do poder popular”. Foi um movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil ocorrido entre 1983 e 1984.

Figura 2 - Manifestação popular do “MOVIMENTO DIRETAS JÁ”



Fonte: PRATES (1984)¹⁶

Se por um lado, as alterações na legislação ditatorial, a reorganização partidária, os movimentos sociais representaram aspectos importantes no processo de Redemocratização Brasileira, também as manifestações culturais, entre outras, são inseridas nas reflexões sobre o período.

Muitos dos traços culturais que permeiam o cotidiano social e econômico dos educandos hoje vêm desses movimentos sociais que moldaram e ainda moldam a vida em comunidade. Pensando na aproximação dos educandos com a cultura de sua comunidade, faz-se necessário instigar-lhes a percepção sobre suas realidades, mostrando-lhes que a comunidade onde estão inseridos é fruto de uma trajetória histórica onde suas ações também contribuem para essa realidade, da qual são parte importante e que podem nela intervir. Conceitos como democracia, participação e Redemocratização permeiam não apenas a sala de aula, mas o cotidiano, nas relações entre vizinhos, relações de compra e venda, ações na comunidade e na escola, portanto, a história recente do país possui suas marcas no dia a dia.

Assim, aproximo a democracia ao conceito conhecido por lembrar a participação popular em decisões, que é conceituada por Chauí (2012, p. 149) como um “regime político eficaz, baseado na ideia de cidadania organizada em partidos políticos, e se manifesta no

¹⁶ RUBENS, Ney. **Fotógrafo relembra comício das Diretas que reuniu 300 mil em MG**. 2014. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/fotografo-relembra-comicio-das-diretas-que-reuniu-300-mil-em-mg,3787ea720d654410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>. Acesso em: 20/03/2022.

processo eleitoral de escolha dos representantes, na rotatividade de governantes e nas soluções técnicas para problemas econômicos e sociais”. Considerando que a democracia é a sociedade verdadeiramente histórica, ou seja, aberta ao tempo, ao possível, às transformações e ao novo (CHAUÍ, 2008), é a única que garante mudanças e a instituição de direitos a todos de forma mais igualitária, trabalhando sempre nas divisões e diferenças da sociedade.

O conceito de democracia nos leva ao de cidadania, que sendo um conceito histórico, varia no tempo e espaço, ou seja, é diferente ser cidadão em diferentes países do mundo. É possível, porém, definir que cidadão, segundo Pinsky (2008, p. 09), é quem tem “direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é ter direitos civis”. Além disso, o cidadão tem direito à voto (votar e ser votado), participando dos destinos da sociedade, garantindo então seus direitos políticos, como também, direitos sociais (moradia e transporte), exercendo sua cidadania plena, quando assegurados os três direitos citados.

Considerando os conceitos de democracia e cidadania e pensando em sua aplicação diária, é possível que o professor auxilie no desenvolvimento do senso crítico dos educandos, a partir das práticas escolares. Em especial no Ensino de História, defendo que os professores são muito mais que replicadores de conteúdo: são construtores de uma realidade que pode ser melhorada a cada ação e que podem agir democraticamente. Nesse sentido, aulas com metodologias variadas e que utilizam linguagens diversas, colaboram para essa percepção, mostrando ao educando que a criticidade, além de colaborar para sua formação escolar, contribuirá para uma visão mais abrangente da sua vida presente e futura, na tomada de decisões profissionais e na vida particular.

Para a construção de práticas pedagógicas transformadoras é importante salientar que o ensino, ao mesmo tempo que conta com metodologias tradicionais, também dispõe de tecnologias inovadoras com possibilidades variadas, rapidez e dinamismo próprios de uma sociedade repleta de informações de fácil acesso e estímulos externos (redes sociais, plataformas digitais, entre outros) que tornam o ensino escolar tradicional insuficiente. Essas novas tecnologias acabam se tornando parte importante dos planos de aula de qualquer professor, tornando-se tecnologias educacionais¹⁷, pois participam das aulas enriquecendo

¹⁷A tecnologia educacional é um conceito que diz respeito à utilização de recursos tecnológicos para fins pedagógicos. Seu objetivo é trazer para a educação – seja dentro ou fora da sala de aula- práticas inovadoras, que facilitem e potencializem o processo de ensino-aprendizagem, objetivando ampliar o acesso à informação, estimular a troca de experiências, possibilitando novas formas de interação. Disponível em: <https://sae.digital/tecnologia-educacional/#:~:text=A%20Tecnologia%20Educacional%20C3%A9%20um,processo%20de%20ensino%20e.%20aprendizagem>. Acesso em: 21/03/2022.

aprendizados e assim, podemos considerá-las como novas tendências pedagógicas. Quando falamos em tendências pedagógicas, Pereira e Seffner (2008) entendem que,

as novas tendências pedagógicas jamais se apresentam como problemas teóricos, mas como rápidas soluções cotidianas para o velho problema de tornar a aula de História mais atraente para os estudantes, de maneira que estes não declarem, como o fazem seguidamente, que a história não serve para nada e que a aula de História é demasiado chata (PEREIRA; SEFFNER, 2008, p. 124).

Reforçando o pensamento de Pereira e Seffner, Sosa e Tavares (2013) afirmam que,

Assim, com o uso de diferentes tecnologias é possível transformar as aulas de história no ensino básico em uma matéria mais dinâmica, que desperte o interesse dos alunos, e na qual seja possível fazer relações com o tempo presente, e não apenas uma memorização e repetição de acontecimentos do passado (SOSA; TAVARES, 2013, p.826).

Associando as reflexões acima às práticas diárias, afirmo a necessidade de cotidianamente utilizarmos tecnologias variadas e múltiplas linguagens¹⁸ nas relações sociais, as quais permeiam as práticas e a cultura escolar. O uso dessas diferentes linguagens e recursos metodológicos pode aumentar e reavivar o interesse dos educandos, sendo, então, produtivo investir e reinvestir no ensino (SANTOS; COSTA; KINN, 2010). Nesse contexto, as autoras entendem que,

as habilidades desenvolvidas com a utilização de linguagens e recursos diversos associados às de leitura e escrita tornam os alunos capazes de perceber e expressar as diversas formas de manifestação dos sujeitos e as diversas maneiras com que a vida é desenvolvida em diferentes espaços e tempos, além de fazê-los capazes de relacioná-las e compará-las ao tempo e espaço vividos (SANTOS; COSTA; KINN, 2010, p. 46).

A utilização de linguagens diversas em sala de aula (desde leitura, escrita e livro didático aos mais diversos, como fotografias, desenhos, filmes, mapas, reportagens, jornais e músicas), propicia ao educando diferentes possibilidades para o entendimento e apropriação do conhecimento, ampliando oportunidades para que aprenda por uma experiência global de competências, pois a perspectiva de inteligências múltiplas permite educar para o entendimento (GARDNER, 1995) e essa visão pode ser adotada no Ensino de História.

Assim, a música, como uma linguagem presente na vida desde antes de o educando frequentar a Educação Infantil, traz para a sala de aula um ambiente mais alegre e educativo.

¹⁸Linguagem é, conforme o dicionário Michaelis On Line, a faculdade que tem todo homem de comunicar seus pensamentos e sentimentos, faculdade inata do indivíduo de aprender a usar a língua, os meios para se comunicar (MICHAELIS, 2015).

Quando trabalhada de forma pedagógica, com o intuito de apresentar ou explorar um conteúdo, ela também auxilia a compreensão. Sobre a presença da música em nossas vidas,

percebemos a música desde muito cedo em nosso cotidiano, desde a infância. A música é utilizada não somente para embalar o sono das crianças, mas também faz parte de várias brincadeiras, está presente em diversos rituais religiosos, além de ser um elemento que mobiliza nossa memória e sentimentos (OLIVEIRA *et al.*, 2012, p.61).

Considerando o fato de que a música não é apenas contemporânea, me utilizei de busca no banco de dados de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior – CAPES, explorando os descritores “música e ensino”, “música e história” e “Ensino de História e música”, com o intuito de verificar a junção de música e Ensino de História em pesquisas, que possam auxiliar em meu estudo. Constatei que não existem muitos trabalhos que abordam o tema, conforme o quadro a seguir:

Quadro 1 - Resultado do banco da CAPES

Descritores	2018	2017	2016
“Música e ensino”	03	01	03
“Música e história”	06	01	02
“Ensino de História e música”	04	01	02

Fonte: CAPES (2021)¹⁹.

O quadro acima foi resultado de uma pesquisa realizada no mês de março de 2021; utilizei para a organização do quadro os anos de 2018, 2017 e 2016, pois não estavam disponíveis dados mais recentes relacionados a minha busca no banco de dados da CAPES. A pesquisa no banco de teses e dissertações da CAPES auxiliou na amostragem da importância desta dissertação, pois poucos resultados foram obtidos nessa apuração.

Os descritores utilizados demonstram de forma objetiva os dois temas que norteiam esta pesquisa, ou seja, música e ensino, assim como Ensino de História e música, por isso a escolha descrita.

Quando pensamos no Ensino de História e a música, é importante que o educador tenha uma pesquisa sobre o tema da aula e as músicas que podem ser utilizadas, avançando para além de períodos comumente abordados. Foi observado, relacionando Ensino de História e música, um acervo considerável em relação ao período da Ditadura Civil Militar. Por ser uma história

¹⁹CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>. Acesso em: 12/03/2021.

de repressão, torturas, perseguições e domínio militar sobre a sociedade brasileira, algumas músicas escritas naquele período demonstram de forma realista a situação enfrentada, bem como a necessidade de mudança sentida pela população. Pode-se, assim, usando músicas desse período em aula, ensinar o conteúdo ou fazer relações com ele, melhorando a compreensão e o aprendizado.

Os anos iniciais da Ditadura Civil Militar (1964 a 1979) são, no meio escolar e acadêmico, os mais explorados dentro da linguagem musical, pois normalmente encontramos nos livros didáticos músicas para elucidar o período em questão, bem como encontramos muitos autores que exploram a temática. Nesse período, a repressão foi mais forte, o que afetou a vida de muitos artistas com censura e perseguições, incitando o surgimento de Festivais Musicais com o intuito de manifestar, por meio de músicas, o protesto e indignação frente à situação vivida. Foi pensando na vasta exploração do Período Ditatorial mais severo, que optei em nortear minha pesquisa pela Redemocratização pois, além de iniciar nos últimos anos da Ditadura, tem sua linguagem musical pouco explorada, porém também rica em produções, permitindo relacionar com o contexto político, social e econômico da época.

Dessa forma, considero que a utilização de linguagens como a música não deve vir apenas ilustrativamente para o ensino, mas precisa ter um objetivo educativo, ou seja, formar uma consciência histórica no educando, fazendo com que possa tornar seu passado e suas experiências em um aprendizado para o presente. Colabora Schimidt e Garcia (2005, p. 301), ao explicar o pensamento de Rüsen que, “a consciência histórica tem uma função prática de dar identidade aos sujeitos e fornecer à realidade em que eles vivem uma dimensão temporal, uma orientação que pode guiar a ação, intencionalmente, por meio da mediação da memória histórica”.

Utilizando essa mesma linha de pensamento de Rüsen, Sosa e Tavares afirmam que “a consciência histórica é algo que ocorre quando a informação é progressivamente interiorizada pelos indivíduos, se tornando parte de sua ferramenta mental e que passa a ser utilizada enquanto orientação do cotidiano” (RÜSEN; SOSA; TAVARES, 2013, p. 827).

Ao considerar que a aula de História não pode ser apenas uma visitação a conteúdos com o intuito de conhecer o passado, ou, como aconteceu em décadas, de apenas decorar fatos, datas e nomes, precisamos conectar os acontecimentos passados ao nosso presente, assim, entendendo os eventos e contribuindo para um futuro mais crítico e inovador. Além disso, relacionar o passado à atualidade, contribui para o desenvolvimento da identidade do educando.

Para Rüsen (2009, p. 173), “A identidade está localizada no limite entre origem e futuro, uma passagem que não pode ser abandonada à cadeia natural dos eventos, mas que tem que ser

intelectualmente compreendida e alcançada”. Identificando-se com o contexto histórico, o educando se torna sujeito, não apenas um ser passivo e constitui sua identidade com base na sua formação pessoal e social, pois, sua identidade é influenciada tanto pelos seus conhecimentos de vida quanto pelo meio em que está inserido.

Esse estudo se caracteriza, também, pela inserção na interdisciplinaridade²⁰, que a partir dos anos 1980 adentra as práticas pedagógicas, tornando o ensino mais atrativo e significativo, pois o “aluno”²¹ começa a ver os conteúdos de um modo menos fragmentado, ou seja, com ligações em diversas áreas do conhecimento em um mesmo tema estudado (FAZENDA, 2015; LIMA; AZEVEDO, 2013). Segundo Lima e Azevedo (2013, p. 130) ao referirem-se à Fazenda, nos lembram que ela afirma que um professor portador de uma atitude interdisciplinar é caracterizado por ter gosto pelo conhecer e pesquisar, e por ter um comprometimento diferenciado com os “alunos”, usando novas técnicas e procedimentos de ensino. Assim, é um professor que se enquadra nas necessidades dos dias atuais, visto a dificuldade de competir com as tecnologias da informação.

Essa postura requerida do professor é evidenciada por Pinsky e Pinsky (2010, p. 19), quando dizem que “É preciso, nesse momento, mostrar que é possível desenvolver uma prática de Ensino de História adequada aos novos tempos (e alunos): rica de conteúdo, socialmente responsável e sem ingenuidade ou nostalgia”.

Todavia, há obstáculos para a efetivação desse projeto:

uma das preocupações daqueles que lidam com o ensino de História, hoje em dia, é fazer com que os alunos construam um vocabulário histórico, que seja facilmente assimilável, mas que, principalmente, ele possa utilizar em diferentes situações de sua vida (SCHMIDT, 1999, p. 148).

Em outras palavras, a História precisa ser vivida, precisa sair dos livros para vida do educando. Entretanto, são notórias as dificuldades encontradas pelos profissionais de educação e não é diferente para os professores de História, que enfrentam diariamente o desafio de construir com os educandos os conceitos históricos de memória²², identidade,

²⁰Hilton Japiassú citado por Ivani Fazenda (2015, p. 51) diz que “A interdisciplinaridade se caracteriza pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa”.

²¹Foi mantido a palavra aluno, pois era referida pelo autor da citação, no corpo do texto utilizei a palavra educandos.

²²Segundo Jacques Le Goff (2009, p. 275), a memória é a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas.

continuidade/ruptura²³, tempo²⁴, de maneira que lhes mantenha a atenção, o interesse e a curiosidade, garantindo assim a aprendizagem. Para Seffner (2008, p. 119), “ensinar História na escola significa permitir aos estudantes abordar a historicidade das suas determinações socioculturais, fundamento de uma compreensão de si mesmos como agentes históricos e das suas identidades como construção do tempo histórico”.

Para a construção deste estudo, fiz uso de revisão bibliográfica conforme apresentado em cada um dos capítulos, na sequência desta introdução; aprofundando o conhecimento sobre o tema da Música e o Ensino de História na sala de aula como forma de sugestão de linguagens a serem utilizadas pelo professor, visando auxiliar a aprendizagem dos educandos, visto a necessidade de mesclarmos as linguagens utilizadas com o intuito de obter uma aprendizagem significativa, pois apenas as aulas expositivas já se mostraram ineficazes para o sucesso do aprendizado do educando.

A respeito da escolha das músicas é importante mencionar que elas representam uma amostragem dentro de uma possibilidade de produções no período em estudo. As músicas foram escolhidas a partir da leitura de artigos e livros, conforme seus temas geradores e períodos da História, além do gosto pessoal, pois aprecio diversos ritmos musicais, com apreço ao *Rock Nacional*.

Se a música constitui um patrimônio histórico e cultural²⁵, a música composta nos anos da Redemocratização - conforme Vieira (2010), com o objetivo de “conscientizar politicamente” a sociedade e protestar contra o autoritarismo do governo - é um patrimônio importante para transmitir aos dias de hoje uma realidade vivida pela população dos anos 1980. Percebo que os músicos, além de compor por profissão, estavam preocupados em mostrar a realidade, alertando a necessidade de mudança e de abertura política, além de retratar a forma como a população se sentia frente ao governo, ou seja, desempenhavam a cidadania em prol da democracia.

²³Segundo Meneguello (2019, p. 59) a continuidade indica a permanência de estruturas e relações, mantendo um quadro de referências e ações históricas, garantindo a sobrevivência e perpetuação dos tempos anteriores no tempo presente, enquanto que a ruptura traz uma cisão nesse processo, trazendo alterações de forças e cenários que impedem momentos futuros iguais ao presente.

²⁴Conforme o Parâmetro Curricular Nacional de História (1998, p. 97) o “tempo pode ser apreendido pelas pessoas na convivência com a natureza e nas relações sociais. Ele é apreendido pela memória individual e também subjetivamente nas situações envolvendo emoções, como expectativas e ansiedades. É construído coletivamente pelas culturas e expresso em mitos, ritos, calendários e memórias preservadas por grupos e sociedades. Trata-se de uma construção objetiva quando está relacionado a padrões de medidas e mensurados seus intervalos e durações. É recriado nas narrativas orais, textuais e cinematográficas”.

²⁵Sendo um patrimônio histórico e cultural, a música tem amparo no IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que baseado na legislação legal, facilita o acesso ao conhecimento dos bens nacionais.

Dessa forma, construo um trabalho interdisciplinar, considerando que a discussão em torno de processos de ensino tem debatido sobre a necessidade de incorporar preceitos e ações interdisciplinares, os quais possibilitem diálogos entre diversas ciências. Também, apresento o resultado de dados obtidos junto a 21 educandos do nono ano, estudantes da Escola Municipal Dom Henrique Gelain no ano de 2021, visando melhor qualificar a importância e existência do uso da música no Ensino de História.

Foi aplicado aos educandos, no mês de novembro de 2021, diretamente com as turmas, um questionário impresso, no qual foi inquirida a interação que tinham com a música, seus gostos musicais e qual a frequência em que a música é utilizada nas aulas dos demais componentes curriculares e nas aulas de História. Foram utilizadas perguntas dissertativas e assertivas, através das quais pude avaliar qual o uso da música na escola e sua importância para a aprendizagem, principalmente no Ensino de História. O questionário tem um caráter auxiliar na minha pesquisa e teve por objetivo principal valorizar os conhecimentos prévios dos educandos como ponto de partida para as intervenções e escolha das músicas a serem trabalhadas nas oficinas.

O trabalho desenvolvido, consiste em pesquisa qualitativa fundamentado na análise de discurso das respostas do questionário. A,

análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do corpus e que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza. Daí a necessidade de que a teoria intervenha a todo momento para “reger” a relação do analista com o seu objeto, com os sentidos, com ele mesmo, com a interpretação (ORLANDI, 2005, p. 64).

É qualitativo ao descrever e analisar pesquisa bibliográfica, a partir de levantamento do tema em livros, artigos científicos e dissertações, tanto físicos, quanto virtuais, bem como dissertações e teses recentes.

Buscando reflexões sobre o Ensino de História e a Música, este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo inicia com o Ensino de História na escola de periferia do século XX e XXI; para compreender os lugares da música no ensino, aprofundei os conceitos de música associando-os ao conceito de cultura e as reações causadas por ela quando utilizada em sala de aula, bem como sua importância no Ensino de História. Esse capítulo tem como aporte teórico Freire (1967; 1987) e Gadotti (2000), que com críticas ao ensino tradicional, deixam clara a necessidade de mudança da postura em sala de aula. Fazenda (2015) expõe com clareza os benefícios do trabalho interdisciplinar em sala de aula, corroborando com isso Bitencourt (2008), que salienta a mudança que o Ensino de História sofreu nos últimos dez

anos, almejando proporcionar um ensino significativo para a geração tecnológica. Ademais, cito autores como Santos (2014), Schmidt (1999), Bitencourt (2018), Lima e Azevedo (2013), Venera (2010), Geertz (2008), Seffner (2008) e Caimi (2015), que contribuem para o debate acerca do Ensino de História.

O professor, em sua atuação diária em sala de aula, auxilia o educando na produção do conhecimento histórico desde as séries iniciais, congregando, além de prescrições curriculares e livros didáticos, os saberes e fazeres oriundos dos legados do grupo social (SILVA, 2019). Em diálogo com esse pensamento, Pinsky e Pinsky (2010), ressaltam que,

quanto mais o aluno sentir a História como algo próximo dele, mais terá vontade de interagir com ela, não como uma coisa externa, distante, mas como uma prática que ele se sentirá qualificado e inclinado a exercer (PINSKY; PINSKY, 2010, p. 28).

É pensando nos resultados de suas atividades em aula, a fim de proporcionar processos reflexivos a respeito de contextos históricos e visando garantir a aprendizagem, que o professor necessita utilizar de outras linguagens, desenvolvendo outras metodologias didáticas, porque, segundo da Silva (2019, p. 52), “a história escolar é uma construção produzida por elaborações e reelaborações constantes de conhecimentos produzidos a partir de relações e interações entre as culturas escolar, política e histórica”. É em uma conjuntura geral, na sociedade, que o ser humano constrói e desconstrói conceitos, produzindo a cada dia o conhecimento histórico com base na cultura ao seu redor; dessa forma, todas as linguagens que fazem parte da sociedade podem estar presentes nas atividades de sala de aula.

O segundo capítulo se ocupa da reflexão sobre o período que utilizo como recorte histórico para relacionar a música ao ensino de sala de aula: o período de Redemocratização Brasileira, em que, após anos de forte repressão governamental militar, a população brasileira vê esperança de abertura política quando a repressão e a tortura começam a dar espaço à Lei de Anistia²⁶, reforma partidária e eleições diretas. É importante, mesmo que breve, uma explanação do período, tendo como referencial Napolitano (2010), que nos mostra a distinção entre as músicas do período de Ditadura e da Abertura Política, quando diz que a canção popular dos anos 1970 se dividiu em dois períodos distintos: canção dos anos de chumbo e canção da abertura. Também utilizo Afonso (2019), que resalta a mudança sociopolítica que o Brasil

²⁶ Lei Nº 6.683, de 28/08/1979, que prevê em seu artigo primeiro que será concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com esses, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

viveu no período citado anteriormente; e autores que colaboram para explicar o período vivido pelo Brasil e a música: Encarnação (2009); Fico (2015); Grangeia (2011); Ferreira (2018); Ferreira (2021); Skidmore (1988); Arns (1985); Castro Neto (2007); Hobsbawm (1995); Rodrigues (2016), Martins (2015).

São muito importantes, diante do período de Redemocratização, as discussões sobre democracia e cidadania, visto que são conceitos que andam juntos a esse período, pois é a partir daí que a democracia volta a compor o cenário nacional. Com a Constituição Federal de 1988, a transição democrática reafirma os direitos dos cidadãos, que, juntamente com jovens, indígenas e analfabetos ganham o direito a votar (NAVES, 2008). Além de democracia e cidadania, um breve histórico sobre o período que antecede a Redemocratização é importante para o entendimento do contexto histórico estudado.

Os estudos desenvolvidos pelos autores evidenciam a importância em perceber as mudanças e permanências no contexto histórico, pois, conforme os PCN's, essas categorias são necessárias por envolverem a dimensão temporal relacionando a percepção de que o "eu" e o "nós" do tempo presente são distintos de "outros" de tempos diferente quanto ao trabalho, vida, vestimentas e compreensão do mundo.

No terceiro capítulo, apresento a materialização do objetivo deste trabalho, quando há a conexão entre o Ensino de História em sala de aula e a música, linguagem analisada para aprimorar o ensino e aprendizagem. Nesse capítulo, reflito sobre as músicas que, além de "fazer história", mostram as temáticas tratadas pelos músicos relacionadas ao momento histórico vivido e sua utilização didática, bem como o fato da interdisciplinaridade do uso da música. Assim, utilizo, como aporte teórico, Martins (2015), que ressalta as idas e vindas que a música popular teve na década tumultuada e confusa de 1990, bem como Grangeia (2018), Medeiros (2015), Napolitano (2010), Penna (2012), Freitas Neto (2010) e Seffner (2011), que auxiliam com sua rica literatura sobre o tema.

Ao término dos estudos, proponho como alternativa de Ensino de História e Música uma oficina, que oferta aos professores de História músicas ligadas ao recorte histórico escolhido com bibliografias variadas dessas, pretendendo auxiliar o ensino de sala de aula. A oferta será realizada de maneira 100% online e gratuita, com vistas a facilitar o acesso ao conhecimento. O engajamento voluntário será por meio do Google Sala de Aula²⁷ (Classroom), através do

²⁷O Google Sala de Aula é um serviço gratuito para escolas, organizações sem fins lucrativos e qualquer usuário com uma Conta do Google pessoal. Ele facilita a interação entre os educandos e os professores, dentro e fora da escola. Com o Sala de Aula, é possível poupar tempo e eliminar o uso de papel. Além disso, você cria turmas, distribui atividades, se comunica e mantém a organização de forma fácil. (GOOGLE LLC, s/a)

código a ser fornecido, que dará acesso às postagens das dez músicas escolhidas, para que possam auxiliar os professores, visando o aprendizado dos educandos. A proposição da oficina compõe o terceiro capítulo.

Objetivando estabelecer diálogo entre os dois temas que fundamentam os estudos – Ensino de História e música -, apresento considerações que iniciam com reflexões sobre o Ensino de História.

2 AS PRÁTICAS E O ENSINO DE HISTÓRIA

Em 20 anos de atuação em escola, 12 anos de sala de aula e 08 anos na direção da escola, venho presenciando e acompanhando as incertezas de professores quanto à realização de trabalhos que resultem positivamente em relação ao aprendizado. Como nos diz Rocha (2001), às vezes, os professores, habituados a repetição, não veem além daquilo que já fazem em sala de aula, e pensam que essa é a única alternativa. São vários os questionamentos e muitas alternativas sobre o que podemos fazer de diferente para melhor alcançar os objetivos de uma educação mais próxima à realidade dos educandos e acredito que devemos iniciar pelas nossas práticas diárias de sala de aula. Caimi auxilia na resolução dessa inquietação quando diz que

Dentre os elementos que compõem a tarefa de ensinar do professor de História, pode-se elencar a necessidade de contextualizar os espaços educativos onde se inscreve o trabalho docente; apropriar-se de marcos teóricos que possibilitem analisar a complexa trama onde as práticas educativas se produzem e reproduzem; ir além de aprender História para si, já que precisa ensinar outros a pensar historicamente de maneira crítica; buscar construir propostas alternativas de ensino; colocar em cena propostas de relações não anacrônicas entre o passado e o tempo presente; mobilizar metodologias que contemplem o trabalho com fontes históricas e com meios audiovisuais, a resolução de problemas, o uso de categorias temporais, mudanças e permanências, dentre outras. (CAIMI, 2015, p. 117).

A escola tem uma função maior do que transmitir o conhecimento: é preciso despertar no educando a vontade do saber escolar, de modo que tenha um sentido, que possibilite o desenvolvimento da cidadania, despertando no discente a vontade de adquirir saber escolar para passar a compreender que é aplicado na vida, não apenas àquele momento. Conforme Lawn (2001, p. 129) “a escola é o novo lugar para a fabricação da identidade” e é a formação dessa identidade que o professor deve orientar. Seguindo o mesmo pensamento de Lawn, Moreira (2018) afirma que o trabalho de sala de aula utilizando documentos pode ser considerado como um modo de criar e recriar o que nós somos, formando um sentido para o Ensino da História, vinculando com a formação da identidade dos/as discentes.

Nesse sentido, Freire (1987) critica a educação tradicional, pois a entende como uma reprodução do professor ao educando - este recebe sem questionamentos, enquanto aquele deposita seu conhecimento:

Quanto mais analisamos as relações educador-educandos, na escola, em qualquer de seus níveis, (ou fora dela), parece que mais nos podemos convencer de que estas relações apresentam um caráter especial e marcante – o de serem relações fundamentalmente narradoras, dissertadoras. Narração de conteúdos que, por isto mesmo, tendem a petrificar-se ou a fazer-se algo quase morto, sejam valores ou

dimensões concretas da realidade. Narração ou dissertação que implica num sujeito – o narrador – e em objetos pacientes, ouvintes – os educandos (FREIRE, 1987, p. 37).

Rompendo com a educação tradicional, o Ensino de História possibilita a reflexão e não apenas a memorização, uma representação de entendimento e compreensão dos fatos históricos, não sendo apenas conteúdo de sala de aula e, sim, para a vida. Nesse mesmo entendimento Knauss (2001, p. 27) entende que “cabe indicar que o fenômeno do conhecimento ocorre a partir da experiência dos homens na relação com o mundo em que vivem”.

Gadotti já dizia nos anos 2000 que a educação tradicional estava em declínio desde os métodos renascentistas e que a internet vinha dando lugar a uma educação a distância, sendo essa a grande novidade para o século: “A educação opera com a linguagem escrita e a nossa cultura atual dominante vive impregnada por uma nova linguagem, a da *televisão* e a da *informática*, particularmente a linguagem da Internet” (GADOTTI, 2000, p. 3. Grifos no original).

Nessa perspectiva, cito Ferreira, Rodrigues e Prince (2013) que acreditam que a diversidade de metodologias é muito importante nas aulas de História, pois se faz necessário deixar para trás o método tradicional em virtude de não ser eficaz e condizente com a realidade atual.

Assim, segundo a Base Nacional Comum Curricular (2018, p. 19), sugere-se aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, se necessário, para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, pensando sempre na aproximação do aluno com o contexto de sala de aula e na constituição de sujeitos cada vez mais críticos e autônomos.

Refletindo sobre possibilidades de auxiliar na constituição de sujeitos críticos e autônomos para a sociedade, embaso minha compreensão em Paulo Freire sobre uma educação crítica e social

que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispuesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com métodos e processos científicos (FREIRE, 1967, p. 90).

Nesse sentido, há necessidade de repensar a função que a escola exerce, pois é espaço para aprendizagem e nela o educando se torna capaz de compreender conceitos científicos, mas também se desenvolver para viver em sociedade. Ou seja, poder, através do que aprendeu na escola, gerir sua vida, saber opinar, fazer críticas e reclamações sendo um ser autônomo de suas ideias e ideais, não manipulável pelo pensamento da maioria.

A escola precisa ser um lugar onde se conhece, se debate, se constroem e se reconstróem conhecimentos sem ameaças. O currículo, a avaliação das aprendizagens e os cotidianos escolares devem inspirar as experiências, pautar as reflexões e fazer desejar o presente e o futuro. É preciso assumir que a qualidade na educação não é um conjunto de conteúdos ensinados e eventualmente repetidos ou utilizados pelas crianças e pelos adolescentes, mas também a formação de seres humanos capazes de reconhecer a igualdade no outro; que possam cuidar de si, do outro e do ambiente; que se comprometam com o enfrentamento a todas as formas de discriminação; que possam contribuir com o desenvolvimento social, economicamente sustentável de suas famílias e comunidades; que se sintam capazes de contribuir com os avanços da ciência, entendendo os compromissos éticos que a mesma ciência precisa assumir com a vida e com as sociedades, etc. (UNICEF, 2021, p. 55).

A escola precisa ser mais do que um lugar que recebe educandos e lhes transmite conhecimento; ela precisa ser um local de aprendizado, que forma cidadãos, onde eles, além do conhecimento, adquirem experiência, sabedoria, para serem capazes de contribuir para a sociedade onde estão inseridos. Gardner (1995) corrobora nesse sentido ao afirmar que os educadores deveriam ter um objetivo mais ambicioso, produzindo uma educação para o entendimento, ou seja, para a compreensão dos conceitos e não imitação do que foi exposto.

Assim, caso queiramos fazer da escola um lugar para se aprender e pensar, precisamos descobrir maneiras de formar sujeitos com identidade que se reconheçam pertencentes ao lugar onde vivem (SANTOS; COSTA; KINN, 2010).

Ao refletir sobre a escola como um todo, o faço relacionando com o Ensino de História como componente não apenas curricular, mas como importante espaço para a constituição pessoal e acadêmica dos educandos. Pois como ensinar um conteúdo que parece superado, antigo? Despertando no educando um comportamento participativo, mostrando meios para que percebam que são construtores de sua própria história, de suas memórias e acontecimentos de sua comunidade, formando assim sua identidade enquanto sujeitos históricos. Segundo Bergamo, para os educandos entenderem o passado, sua história “é preciso que compreendam suas realidades, podendo, assim, tornarem-se sujeitos ativos do processo histórico na busca de uma relação entre teoria/prática, bem como da relação entre educação e sociedade (BERGAMO, 2014, p. 8).

Os debates em torno do Ensino de História permeiam a educação brasileira desde o final do século XIX, quando foi criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB²⁸, demarcando, assim, a importância desse ensino, pois é fundante da identidade nacional. Ao longo do século XX, o Ensino de História acompanhou as mudanças estruturais e governamentais, ora democráticas, ora ditatoriais. Vale salientar que, durante os anos 1980, as reflexões sobre o Ensino de História estavam engajadas nos processos de Redemocratização Brasileira.

No processo de democratização dos anos 80, os conhecimentos escolares passaram a ser questionados e redefinidos por reformas curriculares dos estados e municípios. Simultaneamente, as transformações da clientela composta por vários grupos sociais que viviam um intenso processo de migração, do campo para as cidades, e entre os estados, com acentuada diferenciação econômica, social e cultural, também forçaram mudanças na educação. As novas gerações de alunos habituaram-se à presença de novas tecnologias de comunicação, especialmente o rádio e a televisão, que se expandiam como importantes canais de informação e de formação cultural. Entrava pelas portas das escolas uma nova realidade que não poderia ser mais ignorada. O currículo real forçava mudanças no currículo formal. (PCN's, 1998, p. 6-27).

É importante salientar que durante os anos ditatoriais, o Ensino de História foi muitas vezes utilizado como reforço ideológico em favor das normas estatais, com metodologias pouco reflexivas, através de leis educacionais tanto para o primeiro grau (hoje Ensino Fundamental) como para o segundo grau (hoje Ensino Médio).

Esse componente curricular teve turbulências ao longo da história do ensino brasileiro. Conforme Bittencourt (2018), a implantação do Ensino da História no Brasil teve sua trajetória sujeita a confrontos de ideias como ocorrido nos países Europeus. A instauração do Regime Militar trouxe mudanças significativas não somente para a vida política do país, mas também para a organização do sistema educacional.

Por exemplo, durante o período ditatorial, o ensino básico foi reestruturado a partir da Lei 5.692/71, onde a educação era entendida como uma ferramenta para o desenvolvimento econômico e para a manutenção da segurança nacional. Com isso, houve a fusão de Geografia e História na disciplina de Estudos Sociais (FERREIRA; FRANCO, 2008).

Em 1980 novos currículos de História foram propostos, visando experiências complexas em salas de aula precárias e professores em constantes lutas por melhorias de trabalho e de

²⁸Instituto Superior de Estudos Brasileiros - Instituição cultural criada pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura. Gozando de autonomia administrativa e de plena liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra, destinava-se ao estudo, ao ensino e à divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e à elaboração de instrumentos teóricos que permitissem o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. A partir de 1964, passou a integrar o Ministério da Educação.

salário, com urgência de introdução de novos conteúdos que estimulassem os educandos. “Crescia a demanda por uma educação voltada para a formação de cidadãos, o que deveria ser refletido em todos os níveis de ensino, especialmente, na formação de professores” (FERREIRA; FRANCO, 2008, p. 88). Com o retorno de acadêmicos exilados e com a entrada de pesquisas educacionais no país, houve destaque ao recorte “socioconstrutivista” nas propostas pedagógicas, com uma variedade cada vez maior de saberes pedagógicos à disposição dos professores, condizendo com uma ideia de multiplicidade na “cultura escolar” (VENERA, 2010, p. 35).

Pensando nas necessidades de mudança do ensino de sala de aula, os currículos educacionais vêm sendo debatidos desde o processo de Redemocratização do Brasil, culminando na busca por um ensino homogêneo que originou a Base Nacional Comum Curricular²⁹ (2018) que, ao mesmo tempo que define parâmetros de igualdade de habilidades e competências a serem desenvolvidas, também valoriza aspectos regionais e locais, valorizando a cultura em produção. A realidade dos educandos deve fazer parte do planejamento dos professores, pois, se o conteúdo se distanciar do meio vivido, ocorre a perda de interesse no componente curricular, o que compromete o processo de ensino-aprendizagem.

“Sendo o modelo educacional brasileiro, pautado em sua maioria, por uma Base Nacional Comum Curricular, o Componente Curricular de História é um dos que mais causam apatia, [...] essa apatia pode ser explicada pelo distanciamento dos conteúdos com o cotidiano” (SILVA; SANTOS, 2013 *apud* SANTOS, 2014, p. 2). Essa citação faz refletir, pois é uma preocupação que perpassa a vida dos profissionais de educação: como construir o conhecimento de maneira que os direitos de aprendizagem sejam garantidos?

Tornar-se-ia indispensável rever as teorias e as práticas docentes, pois a sociedade a todo momento sofre transformações, exigindo comprometimento do educador com sua tarefa educativa, devendo refletir o seu fazer como pesquisador e transformador na prática pedagógica. Este aspecto pode compreender novos padrões, novas formas de educar, criando currículos que estejam em movimento, sincronizados com o movimento da sociedade (FREITAS; PETERSEN, 2015, p. 37).

A partir dessa reflexão, entendo que é essencial ao professor a reforma individual das metodologias de trabalho. Visto a grande mudança na vida das pessoas, com as várias tecnologias que norteiam os acontecimentos, tudo sucede em incrível velocidade e nós,

²⁹A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) está embasada na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96). É um documento que engloba as competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que norteiam os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum. Todas as legislações previam uma uniformidade para o ensino, mas apenas em 2017 é iniciada a constituição da BNCC.

professores, precisamos acompanhar essas mudanças, pensando sempre na melhoria das aulas e, conseqüentemente, da aprendizagem. O ensino tradicional precisa dar espaço à aplicação de novas metodologias, segundo a legislação educacional vigente e a demanda estudantil.

Anteriormente aos estudos que levaram a consolidação dos Parâmetros Curriculares Nacionais³⁰ (PCN's) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o ensino já vinha sendo embasado pela Lei 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais³¹, que ainda é a lei maior para o ensino no Brasil, pois remete a toda organização educacional, princípios, deveres e responsabilidades referentes.

Considerando a importância da legislação educacional, Silva e Mendes (2012) revelam que os Parâmetros Curriculares Nacionais nos mostram a importância de o professor aprimorar suas aulas com novas fontes, sendo que o componente curricular de História é privilegiado por poder se apropriar de diversos materiais produzidos pelo homem, considerando então a música como produto de um pensamento humano.

Ao longo do século XX, o documento adquire outra amplitude no trabalho do historiador. São utilizadas outras fontes de pesquisa histórica relacionadas à preocupação de se estudar outras dimensões da vida social. Os documentos passaram a ser tudo o que é registrado por escrito, por meio de sons, gestos, imagens ou que deixou indícios de modos de fazer, de viver e de pensar dos homens, músicas, gravuras, mapas, gráficos, pinturas, esculturas, filmes, fotografias, lembranças, utensílios, ferramentas, festas, cerimônias, rituais, intervenções na paisagem, edificações etc. As fontes escritas passaram a ser variados textos literários, poéticos e jornalísticos, anúncios, receitas médicas, diários, provérbios, registros paroquiais, processos criminais, processos inquisitoriais etc. (PCN's, 1998, p. 84).

Conforme Lima e Azevedo (2013) para o professor de História, os PCN's sugerem o ensino articulado com a pesquisa, que poderia levar a um trabalho com fontes e línguas diversificadas, exigindo de educador e educando um trabalho com diferentes conhecimentos. Uma das expressões que podem ser empregadas é a musical, visto que é uma linguagem utilizada por grande parte da população cotidianamente. Todos, em algum momento do dia, acabam ouvindo música, mesmo que seja na propaganda de produtos, na rádio, televisão e até mesmo certos toques de celular são músicas.

Assim, utilizando a música como forma de manifesto, de festejo, entre outras funções, o professor valoriza a realidade dos educandos quando a usa como saber histórico,

³⁰Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais e políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania. (BRASIL, 1998, p. 5).

³¹Lei nacional que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, decretada e sancionada no ano de 1996.

rememorando a realidade vivida nos anos de Redemocratização. Nessa linha, Santos (2014) reflete que a utilização de diferentes linguagens no Ensino de História possibilita ao aluno reconhecer a escola como um espaço de socialização de conhecimento, onde o saber reelabora o conhecimento. No mesmo entendimento, Fazenda (2015) diz que, na interdisciplinaridade escolar, as noções, finalidades, habilidades e técnicas visam favorecer o processo de aprendizagem, respeitando os saberes dos alunos e sua integração, conseqüentemente, são pautadas na seqüência, reflexões sobre a música no Ensino de História.

As reformas curriculares, ocorridas nas últimas décadas, trouxeram não só uma reorganização dos conteúdos de sala de aula, mas também novas tecnologias sobretudo de informação, que auxiliaram e auxiliam uma nova geração de educandos, capazes de utilizar as tecnologias de comunicação a seu favor. Desse modo, o ensino precisou se adequar para melhor atender os estudantes. Nesse sentido, o Ensino de História associado às novas tecnologias conta com novos aparatos capazes de desenvolver habilidades e competências de forma mais atraente, conforme Sosa e Tavares (2013),

Dentre um leque de possibilidades, a utilização das TICE's nas aulas de História podem promover novas maneiras para aprender e novas formas de ensinar História, propiciadas em parte, pela facilidade de acesso a diversos tipos de documentos históricos, que podem auxiliar, na necessária transformação da prática do ensino de História (SOSA; TAVARES, 2013, p. 826).

Ao tecer considerações sobre o Ensino de História, Góes (2011) diz que ele engloba além da economia e política, a religião, a cultura e as expressões artísticas de um povo, permitindo ao professor propiciar aos seus alunos um conhecimento além dos livros, utilizando as artes visuais, cinema e música, podendo obter um resultado positivo no processo de ensino-aprendizagem. Quando associado ao uso adequado de tecnologias, o desenvolvimento dos conteúdos relacionados à História, também se beneficiam das ferramentas e conteúdos disponibilizados pela rede mundial de computadores. Por conseguinte, feitas as considerações sobre o Ensino de História e a necessidade constante de aproximação significativa desse com os educandos, apresento a Escola Municipal Dom Henrique Gelain e seu contexto histórico. Apresento também a realidade numérica dos professores da Rede Municipal de Ensino que poderão se constituir participantes da oficina que é apresentada no capítulo 4.

2.1 CONHECER PARA ESTUDAR

Neste subtítulo apresento características contextuais sobre a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Henrique Gelain, onde trabalho, e a Rede de Ensino do município de Vacaria com o intuito de apresentar a realidade que motivou a realização desse estudo.

O quadro abaixo aponta dados da Rede de Ensino Municipal de Vacaria, permitindo observar que, ao considerar o número de escolas de Ensino Fundamental e o número de professores nomeados para o Componente Curricular de História, a Rede dispõe de ao menos um professor habilitado por escola, o que contribui para um ensino significativo.

Quadro 2 - Professores da Rede Municipal de Ensino - Ano 2022 – Vacaria/RS

	Número de escolas
Escolas de Educação Básica Municipais (total da área urbana, rural e escolas infantis)	27
Escolas de Ensino Fundamental (área urbana)	11
Escolas de Ensino Fundamental (área rural)	06
Professores nomeados na Disciplina de História	21

Fonte: Recursos Humanos da Secretaria de Educação de Vacaria, 2022.

A Rede Municipal de Ensino da cidade de Vacaria conta com 663 professores nomeados, lotados em 27 escolas de Ensino Infantil e Fundamental. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Henrique Gelain conta com 33 professores, sendo três professores nomeados da área de História, com experiência em docência.

Figura 3 - Escola Municipal De Ensino Fundamental Dom Henrique Gelain



Fonte: Acervo pessoal da professora Manoela Boeira (2021).

A escola surgiu de uma grande vontade dos moradores dos bairros São José, Kennedy e Chácara das Palmeiras, que recém-instalados em loteamentos de casas populares, sentiram a necessidade de matricular seus filhos em uma escola mais próxima de suas residências.

Foi fundada em 2000 e contava inicialmente com um número de 200 educandos e 13 professores, com turmas de Pré à quinta série, era uma escola pequena, com sala de professores, direção e secretaria; cozinha e refeitório, banheiro feminino e masculino e nove salas de aulas. Hoje a escola tem, além das salas citadas acima: sala de recursos, informática, sala de audiovisual, biblioteca, depósito de material didático e limpeza, salão coberto e quadra de esportes coberta, oferecendo aos educandos um maior suporte para a aprendizagem³². Conforme os Censos Escolares de 2021, 397 educandos estavam matriculados, divididos em 20 turmas de Pré II ao nono ano.

No ano de 2019 foi implantado na Escola um projeto piloto, chamado “Virando a Página”³³, esse projeto previa a instalação de uma turma de EJA (com formato diferenciado) para educandos com distorção idade/série de dois anos ou mais.

Além do Projeto Virando a Página a escola conta com mais dois projetos no Projeto Político Pedagógico:

- PROJETO JUSTIÇA RESTAURATIVA: Visa trabalhar com os educandos de todas as turmas, questões de relacionamento e respeito, para a promoção da disciplina escolar, e do fortalecimento da aprendizagem.

- PROJETO MINHA ESCOLA, MEU MUNDO: visa explorar temas que envolvam cuidados com o meio ambiente e a sociedade, usando práticas para a construção de uma comunidade preocupada em amenizar problemas socioambientais, econômicos e culturais, formando cidadãos críticos e compromissados com as necessidades do planeta.

Apesar de ser uma escola com um número considerável de educandos e profissionais, percebo muitas deficiências infraestruturais. Com a expressiva demanda de crianças com dificuldades de aprendizagem ou deficiências físicas (educandos PNE), a escola não tem uma estrutura completa para o recebimento desses educandos, pois não possui rampa de acesso a cadeirante em sua entrada principal, não possui estrutura física para receber um educando cego.

³²Dados retirados do Projeto Político Pedagógico da E.M.E.F. Dom Henrique Gelain.

³³O projeto foi implantado em nossa Escola devido ao alto índice de educandos com distorção idade/série, no sexto ano, distorção derivada das condições familiares que acarretavam, além de dificuldade em aprender, muito desinteresse em aula. Foram selecionados 20 educandos do sexto ano do Ensino Fundamental Final e esses viram a oportunidade de em dois anos concluir o Ensino Fundamental. Foram convidadas duas professoras que possuem um perfil alfabetizador, que trabalharam as disciplinas de forma integrada: uma era responsável pela área de Humanas e Linguagens e a outra pela área de Matemática, Ciências da Natureza e Religião. O projeto obteve êxito, o que proporcionou sua indicação para Projeto de Lei Municipal, aprovado em 2021 pela Câmara de Vereadores, com possível implantação em outras escolas municipais.

Ainda, mesmo com a necessidade apontada pela pandemia, em relação à urgência de adequações ao uso de TDICs, a escola não apresenta recursos mínimos para o uso destas para as demandas dos processos de ensino e aprendizagem.

A limitação de recursos didáticos, tanto na escola como nas casas dos educandos, aponta para a necessidade da ampliação no que diz respeito à diversidade de oportunidades para desenvolver diferentes habilidades, principalmente no Ensino de História, uma vez que, ao longo da caminhada escolar, muitas vezes os assuntos foram apenas “repassados” por leituras maçantes ou descontextualizadas.

Os educandos que frequentam os anos finais do EF são adolescentes, que, por vezes, já possuem inúmeras responsabilidades na sociedade em que estão inseridos. Cabe à escola apresentar-lhes fatos do passado e do presente de forma que possam estabelecer conexões com suas necessidades, produzindo saberes que os tornem aptos a enfrentar situações conflituosas de seu dia a dia, bem como argumentativos, pois baseado no BNCC,

Entre os saberes produzidos, destaca-se a capacidade de comunicação e diálogo, instrumento necessário para o respeito à pluralidade cultural, social e política, bem como para o enfrentamento de circunstâncias marcadas pela tensão e pelo conflito. A lógica da palavra, da argumentação, é aquela que permite ao sujeito enfrentar os problemas e propor soluções com vistas à superação das contradições políticas, econômicas e sociais do mundo em que vivemos (BNCC, 2018, p. 398).

No entanto, de acordo com o que define a Matriz Curricular³⁴, no ano de 2022, para os anos finais do Ensino Fundamental, serão disponibilizados dois períodos de 45min do Componente Curricular de História por semana, o que nos anos anteriores era de três períodos. Essa mudança se deu devido às avaliações externas (avaliação estadual) que demonstraram a necessidade de ampliar os conhecimentos em Português e Matemática, que além do Ensino de História, acarretou a redução de períodos nas disciplinas de Geografia e Educação Física e a implantação da disciplina de Filosofia, que auxilia a Disciplina de História. Com essa redução de carga horária o Ensino de História se vê cada vez mais responsável em criar cidadãos autônomos de pensamento, com capacidade de reconhecer na História a ação dos indivíduos por épocas e lugares onde vivem, contribuindo para a formação de uma sociedade cada vez mais igualitária e cidadã, pois assim precisa, em menor tempo, corresponder aos conteúdos necessários da disciplina.

³⁴A Matriz Curricular é um documento formulado pelo Setor Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação que tem por finalidade organizar as disciplinas que serão ofertadas nas escolas municipais, padronizando-as para toda a Rede Municipal. Após montada pela Secretaria, é enviada ao Conselho Municipal de Educação para aprovação e aplicação nas Escolas. Assim, com a implantação de uma Matriz Curricular única nas escolas municipais, procura manter uma uniformidade de ensino, nos moldes da BNCC.

2.2 A MÚSICA ESTÁ PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

É importante pensar no educando como um todo, principalmente nas suas vivências, o que é previsto no Artigo 3º, inciso X e XI da Lei de Diretrizes e Bases, 9394/96: o ensino será ministrado valorizando a experiência extraescolar, vinculando educação escolar, trabalho e práticas sociais. A partir disso, podemos utilizar os conhecimentos prévios do educando para o trabalho de sala de aula, pois o professor que trabalha em uma escola necessita conhecer a realidade que a rodeia ou, ao menos, a realidade dos educandos de sua sala de aula, facilitando, assim, o convívio com eles. Como dizem Santos, Costa e Kinn (2010), um dos desafios do professor é aceitar e compreender que a aula é um momento de respeito ao conhecimento, à experiência, valores e sentimentos dos educandos. Com a aproximação entre professor e educando, as linguagens mais simples se tornam as mais eficazes, ou seja, quando seu saber é valorizado, os educandos aprendem de uma forma mais fácil.

Dessa forma, afirmações de Penna (2012) sobre os PCN'S propõem aproximações com a música

A proposta para as 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, especialmente, busca uma educação musical que tome como ponto de partida a vivência do aluno, sua relação com a música popular e com a indústria cultural, buscando ampliar o alcance e a qualidade de sua experiência estético-musical (PENNA, 2012, p. 93).

Nesse contexto, a música, vista como objeto de cultura, é repleta de historicidade, assim, sua utilização como recurso didático pode mudar conceitos utilizados em vários segmentos, por exemplo de raça, gênero, entendimento sobre políticas públicas e sociais e economia. Sendo a música um objeto cultural, como não falar em cultura? Cultura é definida no dicionário como,

conjunto de conhecimentos, costumes, crenças, padrões de comportamento, adquiridos e transmitidos socialmente, que caracterizam um grupo social. Conjunto de conhecimentos adquiridos, como experiências e instrução, que levam ao desenvolvimento intelectual e ao aprimoramento espiritual; instrução, sabedoria (MICHAELIS, 2015).

Além do conceito acima, opto por acrescentar a contribuição de Chauí (2008) para a percepção de caminhos conceituais para a cultura:

com o iluminismo, a cultura é o padrão, ou o critério que mede o grau de civilização de uma sociedade. Assim, passa a ser encarada como um conjunto de práticas que permitem avaliar e hierarquizar o valor dos regimes políticos, conforme um critério de evolução (CHAUI, 2008, p. 55).

Com o avançar dos séculos e novas possibilidades de compreensão de cultura, o entendimento e conceito sobre o tema, tem se modificado e refletido sobre manifestações que não mais se restringem a um grupo social.

O conceito de cultura é defendido por Geertz (2008) como,

[...] essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície (GEERTZ, 2008, p. 4).

Para o autor, a cultura é moldada junto ao desenvolvimento do ser humano, nas esferas física e encefálica, visto que é um apanhado de tudo aquilo que é vivido e transmitido ao ser humano, por isso nunca acabado, ou seja, está sempre em construção; mostrando através de suas evoluções o grau civilizatório da sociedade em que o ser está inserido.

Dessa forma, a música, como componente cultural e instrumento pedagógico, cria condições para que os educandos elaborem novos sentidos e significados para o estudo de História, sendo forte aliada ao professor em relação ao aprendizado. Ela pode ser utilizada como forma de construção ou aprofundamento de conhecimentos, juntamente ou em substituição ao livro didático ou a outras ferramentas didáticas. Pois a música,

em suas mais variadas formas, é um patrimônio cultural capaz de enriquecer a vida de cada um, ampliando a sua experiência expressiva e significativa. Cabe, portanto, pensar a música na escola dentro de um projeto de democratização no acesso à arte e à cultura (PENNA, 2012, p. 27).

Ao proporcionar conhecer, ouvir, refletir sobre a música, o Ensino de História está além de apresentar e educar os ouvidos dos educandos para o reconhecimento de ritmos, sons, melodias, letras e composições; está aproximando o educando de contextos históricos, uma vez que a música é resultado de seu tempo e muitas se tornam atemporais, ou seja, são constantemente ouvidas e até remixadas, dialogando assim, o conhecimento histórico e musical com o Ensino de História.

Assim, Soares (2017) enfatiza que ter o conhecimento historiográfico é fundamental, mas o Ensino de História necessita considerar a realidade vivida pelo aluno para obter sucesso no aprendizado. Também é do entendimento de Schmidt e Garcia (2005) que, quando os sujeitos recuperam a historicidade dos valores, há a possibilidade de problematizar a si e procurar respostas nas relações entre passado, presente e futuro. Assim, quando buscam nas

suas histórias, meios e convivência, a História acaba sendo mais real, mostrando que não pertence apenas a livros ou algo contado, mas, sim, que está ao alcance do educando e pode ser relacionada àquilo que lhe tem significado, possibilitando-lhe adquirir, assim, uma consciência histórica. Para Rüsen (2001) citado em VENERA (2010, p. 50), “a consciência histórica é uma operação mental de interpretação de experiências da vida prática, capaz de orientar intencionalmente no tempo”.

Schmidt e Garcia (2005) entendem que professor e aluno devem se aproximar das formas como os saberes são produzidos, permitindo apropriação ou construção das maneiras pelas quais podem ser ensinados e aprendidos, tornando possível a compreensão de como ocorre a produção do conhecimento histórico. Dessa forma, os saberes podem ser produzidos através de diferentes formas, como documentos, textos, fotografias e músicas, sempre considerando a importância de priorizar os saberes advindos da vivência cotidiana.

Pensando na música e no dia a dia, Silva e Mendes (2012) entendem que a música faz parte do cotidiano das pessoas, movimentando o indivíduo na sua totalidade, corpo e mente, sendo carregada de imagens e símbolos que podem extrair e proporcionar discussões educativas para a aprendizagem escolar. Nesse sentido, Ferreira, Rodrigues e Prince (2013, p. 2) afirmam que “quando o professor se propõe a relacionar os conteúdos com a música, o processo de ensino e aprendizagem se torna eficaz, atraente e prazeroso”.

Afinal, em nosso dia-a-dia convivemos com música e não temos muita dificuldade em saber do que se trata, ligamos o som para ouvir um pouco de música enquanto dirigimos; cantamos no chuveiro; dançamos ao som de música; o nosso MP3 nos dá a companhia de nossas músicas preferidas em diversos momentos do dia, e por aí vai (PENNA, 2012, p. 17).

Levando em consideração a citação anterior, concluo que a música realmente está em nosso cotidiano trazendo alegrias ou tristezas, nos fazendo companhia ou nos unindo a mais pessoas. É uma linguagem universal, conhecida desde os primórdios da humanidade, pois ela vem do som, que é algo que o ser humano produz desde o início de sua existência; um som ordenado, com significado, harmonia, entre outros fatores que fazem com que a música se torne prazerosa ao ouvido.

O homem está ligado à música desde o início dos tempos. E os benefícios da música na vida do ser humano são inquestionáveis. De modo que é importante canalizar essas vantagens em prol do Ensino de História. A música é uma linguagem muito abrangente e é capaz de englobar elementos essenciais para o adequado desenvolvimento do indivíduo (RODRIGUES, 2016, p. 25).

Seguindo o pensamento acima, Ferreira (2010) diz que a música é uma linguagem universal por meio da qual uma ideia é difundida ao longo dos tempos: mesmo sem escrever quaisquer sinais gráficos que representassem os sons que cantavam, há gerações os monges orientais continuam, por séculos, entoando palavras que aprenderam desde a infância com seus mestres. Para Medeiros (2005, p. 67) “a música revela momentos, épocas e culturas, constituindo-se uma das formas mais significativas da expressão humana”.

A música, através de um planejamento adequado, com objetivos estipulados anteriormente pelo professor de História, pode ser uma ferramenta que contribui não só para a construção de conceitos históricos, para uma aula interessante, diferente, mas também servindo como uma aliada para o desenvolvimento de identidades nos diversos contextos históricos, como os do Brasil nos anos da Redemocratização.

A identidade do educando sofre alterações diárias, pois o ambiente, a cultura e a sociedade estão sempre em mudança e o contato constante com outras pessoas altera suas constituições, ou seja, seu pensamento, atitudes e, conseqüentemente, a identidade.

Para Silva e Silva (2009, p. 202), “a identidade é um sistema de representações que permite a construção do “eu”, ou seja, que permite que o indivíduo se torne semelhante a si mesmo e diferente dos outros”.

Confirmando a necessidade do conhecimento do passado, presente e o meio na identidade, Hall (2006) situa a formação da identidade na "interação" entre o eu e a sociedade: “O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o "eu real", mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2006, p. 11). Pensando na formação de identidade, o uso da linguagem musical³⁵ nas práticas pedagógicas cria condições para elaboração de novos sentidos e significados para, e no Ensino de História, possibilitando que, ao invés de meramente decorar conteúdos, haja compreensão com criticidade e releitura de um determinado período histórico.

Dessa forma, a música surge como uma nova linguagem ou linguagem alternativa a ser utilizada em sala de aula, que vem inovar sua forma de aplicação, pois não será utilizada apenas como um instrumento de lazer, mas, sim, como recurso pedagógico, uma fonte, sendo utilizada através de um planejamento, respeitando diretrizes, beneficiando o educando na construção de

³⁵A linguagem musical no processo de ensino apresenta-se como instrumental metodológico e pedagógico de significativa relevância, pois além de todas as vantagens já colocadas, traz inerente a sua natureza e caráter, a interdisciplinaridade com a qual se dinamiza todo o processo de ensino-aprendizagem. Sem levar em conta que ela não busca com insistência a aplicação de maneiras, prescritivas e pré-estruturadas, na disseminação dos conteúdos a serem trabalhados. (CORREIA, 2010).

sua aprendizagem e tornando, assim, os conteúdos cada vez mais próximos da realidade do meio em que o educando está inserido. Para Ferreira (2010),

A linguagem musical sempre se caracterizou por uma volubilidade, decorrente de suas características potenciais temporais em termos físicos. Um único som, por exemplo, com seu timbre, altura e intensidade e duração característicos, já é extremamente rico em informações ao ouvinte, quanto mais a combinação diversificada entre muitos deles (FERREIRA, 2010, p. 14).

Nesse aspecto, é importante salientar a contribuição de David (2012, p. 6) quando diz que a linguagem musical “trata-se de uma fonte de pesquisa onde forma e conteúdo integram-se como força de expressão, como referencial de manifestação e comunicação”. Para Abud (2005), essas linguagens alternativas têm sido utilizadas como um recurso didático importante para a aprendizagem de História. Seguem nesse sentido Moreira, Santos e Coelho (2014, p. 41), ao dizer que “A música como elemento lúdico, pode ser utilizada para trabalhar as habilidades da língua e os componentes do sistema linguístico, bem como promover interação, motivação e criar uma atmosfera de aprendizagem mais prazerosa e descontraída”. Assim, na sequência, apresento como a música torna-se importante para o Ensino de História.

2.3 MÚSICA, IMPERATIVO HISTÓRICO

Visto que a escola é o espaço de promoção do saber, transmissor de informação e de construções de sentidos, cabe ao professor utilizar a música e propiciar um meio para a compreensão da Disciplina de História (SANTOS, 2014). Dessa forma, garantindo ao educando a obtenção da aprendizagem, que muitas vezes se apresenta vaga, sem sentido para ele.

Pensar música no ensino de história é, primeiramente, pensar desafios e alternativas para alimentar este, que é motor transformador de qualquer país: a educação (COSTA, 2019, p. 157).

A música é uma linguagem que contribui para as aulas de História, realiza ligação entre o ser humano e o meio. Seu uso pode tornar a atividade mais divertida, ajudando na construção do caráter, da consciência e da inteligência emocional do indivíduo, desenvolvendo a mente humana, promovendo equilíbrio, proporcionando um estado agradável de bem-estar, facilitando assim a concentração e o desenvolvimento do raciocínio (MOREIRA; SANTOS; COELHO, 2014).

A música faz parte da vida de todas as pessoas, todos ouviram música em um momento de sua vida, a música muitas vezes nos traz alegria, nos transmite vida. Assim, a linguagem musical é universal, auxiliando na absorção de conteúdos que, muitas vezes, se mostram tediosos. Devemos lembrar, segundo Ferreira (2010), que a música é uma arte extremamente rica e que dispõe de um vasto repertório acessível em qualquer lugar do planeta, ou seja, estamos cercados por ela e é de fácil acesso.

O propósito do uso da música na educação é auxiliar o aluno a construir o conhecimento histórico a partir de documentos diferenciados dos costumeiramente presentes nas aulas e, por isso, sua utilização está relacionada à proposta alternativa de organização dos conteúdos (ABUD, 2005). Nesse sentido, Venera (2010, p. 69) entende que “todas as linguagens, produtos de uma cultura, contribuem na produção de uma formação histórica e cabe ao professor/historiador mediar metodologicamente a interpretação dessas linguagens a partir da História”.

A música, em suas diferentes formas, gêneros e manifestações, não é apenas fonte, se torna documento histórico na medida em que são apresentados critérios de investigação histórica, como o caso de impressos de jornais, revistas entre outras fontes que existem em nosso meio. Relacionado a isso, Xerri (2019) diz que, por muito tempo, o uso dos impressos foi acompanhado de descrença, mas que o número de pesquisas a esse respeito tem aumentado uma vez que esse pode ser considerado como fonte e objeto de pesquisa. O mesmo acontece com a música: é o seu contínuo e insistente uso que faz com que ela seja considerada uma fonte de pesquisa para o trabalho histórico em sala de aula.

Por estar em todas as classes sociais, a música, tem o poder de abrir caminhos, ligar conceitos e ideias. Consegue propagar aspectos culturais de determinado tema ao combinar a linguagem sonora de sua melodia com os fatos históricos (SANTOS, 2014). Conforme David (2012) devemos reconhecer que a música é arte e conhecimento sociocultural, portanto, uma experiência cotidiana na vida do homem e que a privilegiar significa construir o conhecimento por meio de um recurso didático motivador e prazeroso que envolve larga possibilidade de trato metodológico. Assim também, entende Schimidt (2005, p. 379) quando diz que “o uso da música é importante por situar os jovens diante de um meio de comunicação próximo de sua vivência, mediante o qual o professor pode identificar o gosto, a estética da nova geração”.

Pensando ainda nos benefícios da música, Barbosa (2012) nos mostra que, como objeto cultural, ela é repleta de historicidade. Como recurso didático, pode desconstruir os estereótipos, possibilitando o desenvolvimento da interpretação de contextos, abrindo um

campo fértil para realizações no meio em que os educandos vivem, articulando conhecimentos entre História e música.

Se usada como recurso de sala de aula, a música revela a História da sociedade nos seus diferentes aspectos, sendo mais forte que os textos, pois envolve os alunos emocionalmente, acentuando a sensibilidade para a observação histórica (MEDEIROS, 2007)

Num mundo globalizado, onde a história é construída e registrada de inúmeras formas e em velocidade atemporal, a escola precisa se integrar a essa evolução. A música, tida como linguagem universal, pode aproximar o contexto histórico à realidade atual de forma não cansativa, mas descomplicada e atrativa, pois como Medeiros (2007, p. 71) relata, “o uso de linguagens alternativas no Ensino de História amplia o campo metodológico do professor, torna o processo de aprendizagem dinâmico e dá significado ao conhecimento histórico trabalhado em sala de aula”.

Consequentemente, a música torna-se uma possibilidade didática acessível, estimulante e geradora de questionamentos. A seguir apresento relações e reflexões entre o período da Redemocratização e músicas selecionadas para esta dissertação.

3 BRASIL! MOSTRA A TUA CARA E TEU PASSADO

Na segunda metade do século XX, vários países sul-americanos viveram sob regimes ditatoriais militares e o Brasil foi um deles. Em 1º de abril de 1964³⁶, um grupo formado por civis e militares, sob a justificativa de reestabelecer a ordem econômica e social derrubada pelo governo anterior, tomaram o poder, destituindo o então presidente João Goulart e interrompendo a democracia no país.

Esse período durou 21 anos e marcou a história de nosso país, violando os Direitos Humanos, com pessoas desaparecidas, documentos proibidos, censura e repressão. A população brasileira viveu novamente a Ditadura, pois no período de Vargas, 30 anos antes, também passou por isso. Foi um período nunca visto na história brasileira e que até os dias de hoje ainda deixa muitas dúvidas, pois os historiadores e pesquisadores ainda não puderam ter acesso a toda documentação dos tempos ditatoriais, muitos corpos continuam desaparecidos, muitas famílias sem explicação.

Durante a ditadura militar, se via correr [...] o poder sobre o corpo, o poder sobre as populações. Um poder operado segundo a governamentalidade. Ora, a violência para que fosse executada precisava apoiar-se em justificativas. “Salvar o país dos comunistas” era o lema da vez (MORAES; PANIAGO, 2014, p. 9).

Agressões, torturas, assassinatos e censura marcaram esse período da história brasileira. Para Arns (1985) a tortura passou a ser, com o Regime Militar, um método científico de arrancar confissões e informações, ensinado na prática, com os presos, na formação de militares.

É necessário antes de falar em Ditadura Civil Militar, ou tomada de poder pelos militares, que possamos entender o que levou a esse acontecimento, mesmo de forma breve, apenas visando contextualizar fatos.

Em 1961, o então presidente da República, Jânio Quadros (União Democrática Nacional-UDN) renuncia a seu cargo. “A abdicação do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, foi uma surpresa para todos os segmentos da sociedade, destacando os militares” (PEREIRA, 2021, p. 10). Com essa repentina e surpresa renúncia, assume em seu lugar o vice-presidente, João Goulart (PTB-PSB). Cabe lembrar que nesse período, os presidentes e vices eram eleitos separadamente. Ainda como presidente,

³⁶Alguns autores como Fico (2015), D’Araújo; Jofilly (2019), Skidmore (1988), de Lima (2012) e Pereira (2021) entendem que o golpe foi dado em 31 de março de 1964 e não em 1º de abril.

em agosto de 1961, ele enviou o vice-presidente João Goulart em missão especial à China comunista. Jânio havia recebido, em maio, representantes da República Popular da China que vieram em missão comercial. Seu governo apoiava o ingresso desse país na ONU, de modo que a missão de João Goulart parecia justificada. Entretanto, enquanto Goulart estava na China, Jânio surpreendeu a todos renunciando à Presidência da República. Ele esperava causar grande comoção, levando as pessoas a pedir sua permanência na presidência e a concordar com o aumento de seus poderes. Mas não houve nenhuma mobilização e o Congresso Nacional simplesmente aceitou sua renúncia. De Brasília, ele seguiu para São Paulo e, poucos dias depois, deixaria o país entregue a grave crise política (FICO, 2015, p. 42).

Como João Goulart estava viajando, no momento da renúncia, o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, assume interinamente a presidência, enquanto os militares tentavam impedir a posse do vice-presidente. João Goulart era representante do legado de Getúlio Vargas e da força do trabalhismo na cultura política brasileira, o que trazia grande insatisfação, por isso ministros militares tentaram impedir sua posse, mas grande foi a campanha (por parte dos legalistas, liderados por Leonel Brizola) para que Goulart assumisse seu cargo e governasse o Brasil. Segundo Fico (2015, p. 42) Jango, assim chamado João Goulart, “era malvisto pelos militares por seu passado getulista, pela proposta de aumento de 100% do salário mínimo quando foi ministro do Trabalho (1953-1954), por suas conexões com os sindicatos e por ser tido como esquerdista e ligado aos comunistas”.

Para os militares o retorno de Goulart seria inconveniente, pois o presidencialismo é um regime no qual o presidente tem todo o poder de chefia do governo, e eles não queriam isso. Desse modo, o Congresso Nacional decidiu implantar às pressas o regime parlamentarista no país; reduzindo os poderes de Goulart e o poder executivo era transferido para o gabinete que governaria apoiado da maioria do Congresso

No dia 2 de setembro de 1961, o Congresso Nacional tornou o Brasil parlamentarista. Um conselho de ministros cuidaria da "direção e [da] responsabilidade da política do governo, assim como da administração federal". Goulart retornou ao Brasil e deixou para tomar posse, significativamente, em 7 de setembro, Dia da Independência. A experiência parlamentarista fracassou inteiramente (FICO, 2015, p. 44).

Segundo o brasilianista Skidmore³⁷ (1988), Goulart e parcela da população brasileira aceitaram insatisfeitos o regime parlamentar, o que resultou em um trabalho de planejamento imediato para um plebiscito, que devolvesse a ele o sistema presidencial. Esse plebiscito

³⁷O referido autor foi escolhido por possibilitar uma visão externa da história dos governos brasileiros. Thomas Elliot Skidmore foi um historiador norte-americano especializado em História do Brasil. Além de escrever sobre a América Latina, Skidmore especializou-se em temas brasileiros. Foi professor de História da América Latina, cursou Ciência Política e Filosofia em Denison. *In*: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/24/o-brasil-e-skidmore/>.

aconteceu em janeiro de 1963, com resultado favorável a Goulart. Salienta Fico (2015, p.45) que,

com a vitória do plebiscito, Goulart recebeu os plenos poderes da Presidência da República, acirrando os ânimos de seus inimigos políticos. Na verdade, desde que tomou posse, Jango foi vítima de intensa campanha de desestabilização por meio de ampla propaganda política financiada com recursos de empresários e do governo norte-americano (FICO, 2015, p. 45).

A posse de Jango foi marcada pela “Rede Legalidade”³⁸ e reformas estruturais, tendo como a mais importante das reformas a reforma agrária.

O período do governo de Jango foi um período de intensa politização da sociedade. O clima de radicalização política, de confrontos e debates propiciou uma ampla participação da sociedade na discussão pública de propostas de mudanças e reformas. Foi um período de intensa atividade política e de uma ampla discussão em torno dos diferentes projetos para o país (ARAÚJO; DA SILVA; SANTOS, 2013, p. 11).

Grandes foram as tensões políticas nesse período de governo; e em março de 1964 chegou a um patamar exagerado, pois o presidente participava de comícios ruidosos, nos quais anunciava novos decretos (SKIDMORE, 1988), com isso os civis-militares conspiravam cada vez mais para a tomada do poder e retirada do então presidente.

Um dos comícios mais polêmicos foi o Comício pelas Reformas, realizado no Rio de Janeiro no dia 13 de março de 1964, em frente à estação ferroviária Central do Brasil, reunindo cerca de 300 mil pessoas, incluindo membros de entidades sindicais e outras organizações de trabalhadores, servidores públicos civis e militares, estudantes, trabalhadores urbanos e rurais, etc. Esse comício objetivava demonstrar a decisão do governo federal de implementar as chamadas reformas de base (agrária, urbana, bancária, tributária, eleitoral e universitária) e defender as liberdades democráticas e sindicais. Nas palavras de Arns (1985),

De crise em crise, chega-se ao comício de 13 de março, quando uma concentração de mais de 200 mil pessoas, em frente à estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, no Rio, comandada por Goulart, na presença de todo seu ministério e vários governadores, aclama algumas das Reformas de Base assinadas ali pelo presidente (ARNS, 1985, p. 59).

³⁸Rede Legalidade foi um movimento liderado pelo PTB, através de seu líder no Rio Grande Do Sul, Leonel Brizola e grupos aliados de esquerda, para que Goulart assumisse a presidência, conforme a previsão do artigo 79 da Constituição Federativa Brasileira de 1946, pensando no fortalecimento da democracia (SKIDMORE, 1988).

Além de Goulart, Leonel Brizola e alguns governadores dividiram o palanque no Comício das Bases, conforme afirma Pereira (2021),

Dividindo o palanque com Leonel Brizola, e os governadores de Pernambuco, Miguel Arrais, e de Sergipe, Seixas Dória, Goulart, em um discurso inflamado a respeito da execução da reforma agrária, tributária, constitucional, ampla reforma eleitoral, concedendo o voto ao analfabeto, elegibilidade aos sargentos e a emancipação econômica (Pereira, 2021, p.12)

Esse comício foi encarado como uma provocação, tendo como reação a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade³⁹ mobilizando dezenas de milhões de pessoas, de todas as classes sociais, contra o governo João Goulart, em São Paulo, em 19 de março de 1964 (REIS, 2012).

Com a insatisfação popular, em 31 de março de 1964 setores das Forças Armadas quebram a hierarquia e a supremacia contra o comandante das Forças Armadas, o Presidente da República, dando um golpe de Estado, derrubando do poder, aquele que fora eleito pelo voto direto para assumir o cargo de vice-presidente do país em 1961 e assumiu a presidência amparado na Constituição Federal de 1946 (PEREIRA, 2021), momento esse em que Goulart viaja a Brasília e depois a Porto Alegre, sem reagir a ação militar, no intuito de pensar nas estratégias possíveis de retomada. “Ele poderia ter resistido. Oficiais legalistas, na Base Aérea de Santa Cruz, aguardaram ordem do presidente para fazer decolar cinco jatos que poderiam, ao menos, obrigar Mourão Filho a negociar - mas a ordem não veio. Goulart seguiu para Brasília” (FICO, 2015, p. 53).

Segundo D’Araújo e Joffily (2019, p. 15) “o golpe de 31 de março de 1964 foi um marco para a história do país. Não era a primeira vez que ocorria um golpe militar no Brasil, mas foi a primeira vez que um golpe derivou num governo militar ditatorial – que duraria 21 anos (1964-1985)”.

o golpe ocorreu no dia 31 de março de 1964, uma terça-feira, quando tropas se levantaram em Minas Gerais contra o governo de João Goulart.[...] Com a movimentação das tropas, João Goulart, que estava no Rio de Janeiro, retirou-se para o Rio Grande do Sul para planejar a reação a tomar (D’ARAÚJO; JOFFILY, 2019, p. 17).

³⁹A Marcha pela Família e pela Liberdade reforça a participação de setores médios no Golpe de 1964, ou seja, além os militares e do Parlamento, civis também eram a favor da derrubada de Goulart. Fico, 2019. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Especial sobre o golpe de 1964 e a Ditadura Militar no Brasil é destaque no Café História (notícia). In: **Café História – História feita com cliques**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/especial-golpe-55-anos/>. Publicado em: 13 mar. 2019.

É preciso ressaltar que o golpe é entendido como civil-militar, pois diversos atores civis, além dos militares participaram da retirada de Goulart do Poder Executivo (PEREIRA, 2021). Conforme Pereira (2021),

o presidente da República é o comandante das Forças Armadas. Logo, os militares quebraram a hierarquia e a supremacia, dando um golpe de Estado contra o chefe, derrubando aquele eleito pelo povo direto para exercer o cargo de vice-presidente e, posteriormente, assumiu a Presidência de acordo com a Constituição de 1946 (PEREIRA, 2021, p. 14).

Assim, além dos militares, vários setores da sociedade auxiliaram para a tomada do poder em 1964 conforme a afirmação de REIS (2012, p. 2), “lideranças empresariais, políticas e religiosas, e entidades da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), as direitas”, bem como estavam a favor das reformas alguns sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, alguns partidos e as esquerdas. Para os civis, os militares tomariam o poder e posteriormente retomariam a democracia, o que não aconteceu.

Com o golpe dado, a dúvida: quem chefiaria o Brasil? Conforme a Constituição Federal de 1946, a presidência só poderia ser substituída após renúncia, impedimento pelo Congresso (com votação) ou afastamento do país sem aprovação legislativa (SKIDMORE, 1988). Dessa forma, como tomar posse da presidência, visto que João Goulart ainda não havia nem saído do país? Diante de tantos impasses, o presidente do senado, Moura Andrade, declara vacante o cargo de presidente, em 02 de abril de 1964. Dessa forma Mazzilli (Presidente da Câmara) assume o poder, temporariamente.

Há certa concordância sobre o fato de que o Congresso, sob pressão militar ou em aliança com as Forças Armadas, antecipou-se à renúncia do presidente, declarou vago o cargo e facilitou a chegada dos militares ao poder por meio de caminhos tortuosos, porém alegando bases constitucionais. A saída de Goulart da Presidência da República e a posse, dias depois, de um militar não eleito pelo voto popular deram-se dentro de um Congresso Nacional, em grande parte coagido, mas, em outra parte, aliviado com o aparente fim da crise política (D'ARAÚJO; JOFFILY, 2019, p. 20).

Agora que Goulart não estava mais no poder, a presidência devia ser reestabelecida através de uma eleição, mas não era o que os militares queriam. Após 30 dias, conforme o prazo estabelecido pela constituição para Mazzilli ficar no poder, Humberto Castello Branco assume a presidência.

Essa manobra política só foi possível, pois,

o novo regime começou a modificar as instituições do país através de decretos, denominados de Atos Institucionais (AI). Dessa forma, os militares buscaram legitimar o exercício do Poder Constituinte inerente às revoluções, aos golpes e as insurreições. Ou seja, houve a modificação da Constituição Federal, lei máxima de um país, manobra própria de governos revolucionários ou golpes sem a participação do Congresso Nacional e do povo (PEREIRA, 2021, p. 18).

Justificando o reestabelecimento da ordem e hierarquia, esses governos ditatoriais (exercidos por cinco generais) instauraram o caos em meio a população. Houve limitações de funcionamento das instituições democráticas, redução da força do Legislativo e Judiciário, perseguições em vários setores da sociedade, censura nas rádios e televisão e nos currículos escolares (COTRIM; RODRIGUES, 2015).

Este período sombrio, cruel e desumano, além do derramamento de sangue, refletiu na forma de governo e na Democracia vivenciada pelos brasileiros, tendo em vista que deixamos de eleger nossos governantes durante um longo período, passando o País a ser governado pelo autoritarismo (LIMA, 2012, p. 76).

Quanto mais a sociedade (alguns setores, pois outros apoiavam) tentava combater a covardia do torturante período, o governo mostrava-se mais duro e criava medidas de repressão cada vez mais severas, valendo-se dos Atos Institucionais, que foram criados como forma de repreender com mais severidade àqueles que se mostravam contra as ações do Regime Militar.

Todos os atos e ações realizadas durante o período de 21 anos de ditadura, foram regularizados e permitidos através dos 17 Atos Institucionais⁴⁰ emitidos ao longo do período.

⁴⁰**Ato Institucional nº 1**, de 9 de abril de 1964. Modifica a Constituição do Brasil de 1946 quanto à eleição, ao mandato e aos poderes do Presidente da República; confere aos Comandantes-em-chefe das Forças Armadas o poder de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos, excluindo a apreciação judicial desses atos; e dá outras providências.

Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Modifica a Constituição do Brasil de 1946 quanto ao processo legislativo, às eleições, aos poderes do Presidente da República, à organização dos três Poderes; suspende garantias de vitaliciedade, inamovibilidade, estabilidade e a de exercício em funções por tempo certo; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências.

Ato Institucional nº 3, de 5 de fevereiro de 1966. Dispõe sobre eleições indiretas nacionais, estaduais e municipais; permite que Senadores e Deputados Federais ou Estaduais, com prévia licença, exerçam o cargo de Prefeito de capital de Estado; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências.

Ato Institucional nº 4, de 12 de dezembro de 1966. Convoca o Congresso Nacional para discussão, votação e promulgação do Projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República e dá outras providências.

Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Suspende a garantia do habeas corpus para determinados crimes; dispõe sobre os poderes do Presidente da República de decretar: estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; intervenção federal, sem os limites constitucionais; suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências.

Ato Institucional nº 6, de 1º de fevereiro de 1969. Dá nova redação aos artigos 113, 114 e 122 da Constituição Federal de 1967; ratifica as Emendas Constitucionais feitas por Atos Complementares

Dentre eles, havia a previsão de extinção de partidos políticos (impondo o bipartidarismo⁴¹), a intervenção do Poder Jurídico no Executivo, entre os mais severos, como a suspensão de todas as garantias constitucionais (AI-5). Todos os setores sociais sofreram com perseguições, prisões e torturas. Muitos corpos nunca mais foram encontrados. A censura estava fortemente presente no meio artístico, jornalístico e educacional. Segundo Fico (2015, p. 34) “com a decretação do AI-5, a linha dura pôde criar sistemas muito sofisticados de repressão. Um dos mais abrangentes foi o Sistema Nacional de Informações (Sisni) ”.

subsequentes ao Ato Institucional nº 5; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências.

Ato Institucional nº 7, de 26 de fevereiro de 1969. Estabelece normas sobre remuneração de Deputados Estaduais e Vereadores; dispõe sobre casos de vacância de cargos de Prefeito e Vice-Prefeito; suspende quaisquer eleições parciais para cargos executivos ou legislativos da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências.

Ato Institucional nº 8, de 2 de abril de 1969. Atribui competência para realizar Reforma Administrativa ao Poder Executivo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de população superior a duzentos mil habitantes; e dá outras providências.

Ato Institucional nº 9, de 25 de abril de 1969. Dá nova redação ao artigo 157 da Constituição Federal de 1967, que dispõe sobre desapropriação de imóveis e territórios rurais.

Ato Institucional nº 10, de 16 de maio de 1969. Dispõe sobre as consequências da suspensão dos direitos políticos e da cassação dos mandatos eletivos federais, estaduais e municipais; e dá outras providências.

Ato Institucional nº 11, de 14 de agosto de 1969. Dispõe sobre o tempo de mandato dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores e sobre as eleições para esses cargos no dia 30 de novembro de 1969; extingue a Justiça da Paz eletiva; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes.

Ato Institucional nº 12, de 1º de setembro de 1969. Confere aos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar as funções exercidas pelo Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, enquanto durar sua enfermidade; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes.

Ato Institucional nº 13, de 5 de setembro de 1969. Dispõe sobre o banimento do território nacional de brasileiro inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional, mediante proposta dos Ministros de Estado da Justiça, da Marinha de Guerra, do Exército ou da Aeronáutica Militar; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes.

Ato Institucional nº 14, de 5 de setembro de 1969. Dá nova redação ao artigo 15, §11 da Constituição Federal de 1967; garante a vigência de Atos Institucionais, Atos Complementares, leis, decretos-leis, decretos e regulamentos que dispõem sobre o confisco de bens em casos de enriquecimento ilícito; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes.

Ato Institucional nº 15, de 11 de setembro de 1969. Dá nova redação ao artigo 1º do Ato Institucional nº 11, de 14 de agosto de 1969, que dispõe sobre as eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores dos Municípios; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes.

Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969. Declara vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República; dispõe sobre eleições e período de mandato para esses cargos; confere a Chefia do Poder Executivo aos Ministros militares enquanto durar a vacância; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências.

Ato Institucional nº 17, de 14 de outubro de 1969. Autoriza o Presidente da República a transferir para reserva, por período determinado, os militares que hajam atentado ou venham a atentar contra a coesão das Forças Armadas. *In*: <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais> Acesso em: 22 de novembro de 2021.

⁴¹ Bipartidarismo: Situação de um Estado que só admite a existência de dois partidos políticos. *In*: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=9xzY>.

Esse autoritarismo, que se estende de 1964 a 1985, trouxe consequências danosas à democracia, o que refletiu em um conjunto de políticas públicas implementadas pelo governo, tendo como resultados o descontrole inflacionário, arrocho salarial, dívida externa altíssima e uma forte crise energética, com a importação de petróleo (LIMA, 2012).

A forma de agir daqueles que detinham o poder com tanta repressão governamental deu origem a muitos movimentos sociais nesse período da história, dentre eles muitos movimentos estudantis e artísticos (atores, músicos, cineastas, poetas). Os movimentos estudantis se intensificam e passam a agir juntamente ao povo, pois há uma vontade de participar ativamente da política interna do país (COSTA; SERGL, 2007).

Não foi apenas na política e economia que a Ditadura teve consequências, na área cultural também ocorreram diversas mudanças, inclusive com a implantação de forte censura e repressão, deixando, segundo palavras de Cunha Neto e Pimentel (2012), um “vazio cultural” na juventude dessa geração.

Mesmo com a grande criação cultural do período ditatorial, a censura e repressão fizeram desse período um período vazio, induzido, no qual a cultura foi produzida através dos ditames da Ditadura, dentro dos limites por ela impostos.

Fernandes (2013) ressalta que mesmo preocupados com a área cultural, os governantes do período ditatorial praticaram ações que “não constituíram uma política homogênea e nem linear. Estas são permeadas de ambiguidades e contradições, mas, ainda assim, nos trazem elementos importantes para a compreensão desse período” (FERNANDES, 2013, p. 174).

Houve nesse período a criação de Conselhos Estaduais e Municipais de Cultura que objetivavam a criação de locais, em cidades ou estados, que reunissem arquivos, bibliotecas, galerias de arte e outros elementos, de acordo com a realidade local. Assim, privilegiando ações de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural (museus, folclore, arquivos, obras de arte). A intenção desses conselhos de Cultura era apenas de preservar o patrimônio cultural, visto por exemplo, nas cidades históricas, no sentido de uma identidade nacional.

Também temos a criação do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), que segundo Chauí, em entrevista a Santiago e Silveira (2016) aconteceu através da,

existência da ação social como resistência à ditadura, como luta pela liberdade, ação realizada pelo movimento sindical ou o novo sindicalismo, pelos movimentos sociais urbanos e rurais, pelas Comunidades Eclesiais de Base, inspiradas na Teologia da Libertação, pelos movimentos estudantis contra a ditadura, pelo grupo Tortura Nunca Mais, instituído pelas famílias de presos e desaparecidos políticos sob a proteção da Comissão de Justiça e Paz (SANTIAGO; SILVEIRA, 2016, p. 269).

Além dos Conselhos de Cultura, ocorreu a criação de instituições responsáveis por organizar propagandas para o governo. Um dos mais notáveis órgãos de produção e distribuição dessa propaganda e conteúdo a favor do Regime Militar, foi chamado de Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), fazendo o marketing nas prerrogativas do Ato Institucional 5 (MORAES; PANIAGO, 2014).

Conforme Muntaser⁴² (2017, p. 9) a criação da AERP se deu pela “necessidade de iniciativas de comunicação que se conectassem com o povo; tornou-se evidente já no governo Castelo Branco, devido ao grande índice de impopularidade que havia se instaurado desde o Golpe de 1964”.

A AERP usava como estratégia para suas propagandas, slogans e pequenos filmes, que pudessem retratar à população a necessidade das Forças Militares no poder. Ressalta Castro Netto (2007) que,

O clima de euforia favoreceu o sucesso da propaganda oficial. Slogans como “Ninguém segura o Brasil”, “Ontem, hoje, sempre: Brasil”, “Você DA Castro Netto. VIII CIH. 759 - 767 763 constrói o Brasil”, “O Brasil é feito por nós”, “O Brasil merece o nosso amor” e “Pra frente Brasil”, ficaram marcados como símbolo daquele momento histórico que parecia transportar o país para o futuro (CASTRO NETTO, 2007, p. 762-763).

Além das propagandas e dos slogans, campanhas que auxiliavam na transmissão de mensagens educativas e promotoras de autoestima, também faziam parte das propostas da AERP, como os personagens “Sujismundo”, “Sujismundinho” e “Dr. Prevenildo”, que tinham preocupações comportamentais, com o objetivo de melhorar a saúde pública dos adultos (Sujismundo), das crianças (Sujismundinho) e propor campanhas de higiene para evitar doenças (Dr. Prevenildo)” (CASTRO NETTO, 2017, p. 764).

Conforme Maia e Stankiewicz (2015), durante as décadas de 60 e 70 a produção cultural do país foi bem intensa em todos os setores e, dessa forma, a música e literatura alcançam destaque, apresentando suas produções em forma de denúncia. Corroborando com esse pensamento, para Feijó (2007),

a censura teve um papel importante, porém não decisivo na questão da resistência. Teve um papel de cerceamento, em que o lado violento não foi exatamente o da censura, foi mais exatamente o da perseguição física aos agentes culturais, no caso, os artistas, sobretudo o pessoal do teatro, do cinema, da literatura, que sofreu a violência que toda a oposição ao regime sofria (FEIJÓ, 2007, p. 84).

⁴²MUNTASER, Lara Denise. **O poder da comunicação durante o regime militar brasileiro: uma análise crítica.** 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/26534>. Acesso em: 21/04/2022.

Demonstradas algumas características do período Ditatorial Civil Militar, inserido nas questões de ações e resistências, é chegado o momento de incursionar no período ao qual se dedica o estudo.

3.1 O POVO QUER COMIDA, DIVERSÃO E ARTE

Diversão e arte tomam o sentido de alimentar o espírito libertando-o das amarras institucionalizadas pelo Estado, pois além de comida é preciso alimentar o pensamento, trazendo à vida um sentido, uma questão de justiça e igualdade, conforme Saramago⁴³ (2005),

Outros e diferentes são os sinos que hoje defendem e afirmam a possibilidade, enfim, da implantação no mundo daquela justiça companheira dos homens, daquela justiça que é condição da felicidade do espírito e até, por mais surpreendente que possa parecer-nos, condição do próprio alimento do corpo (SARAMAGO, 2005).

Esse sentido que a vida necessita, pode ser vivido através da expressão cultural do período de Redemocratização, assim, as repressões em meio às expressões culturais são as mais lembradas até hoje, mas quanto mais reprimidos, os artistas, em destaque os músicos, mais mostram seu potencial através de suas criações. Conforme Costa e Serogl (2007),

o fato de os compositores, por sua produção musical, buscarem um novo meio de demonstrar os seus sentimentos e revolta em relação ao momento pelo qual passa o Brasil, trazendo seus protestos não apenas em letras, mas também na busca de autenticidade, resgatando nossas raízes, presentes nas melodias que apresentam, faz com que a censura endureça ainda mais (COSTA; SEROGL, 2007, p. 38).

Com a efervescência do momento, no campo artístico começaram a surgir os Festivais de Música, onde os músicos começam a mostrar, através do testemunho musical, a situação em que o país vive, combatendo o sistema imposto. Muitos desses músicos, na tentativa de fugir da censura, foram exilados ou presos pelo governo, pois tentavam de todas as formas mostrar a realidade enfrentada pela população que contrariava o Governo Brasileiro.

A intervenção utilizada pela censura, nesse período, em relação às músicas, destaca-se como o motivo que levava os músicos a se utilizarem de metáforas nas suas letras, deixando para a história documentos que retratavam fielmente o Regime Militar.

⁴³SARAMAGO, José. **Da Justiça à Democracia, passando pelos sinos**. 2005. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/artigos/815-da-justica-democracia-passando-pelos-sinos-por-jos-saramago-029655613125912483> . Acesso em: 20/02/2022.

Segundo Maia e Stankiewicz (2015), o período mais crítico dos governos militares, ocorre entre 1968 e 1974, e durante a vigência do Ato Institucional nº 5 (AI-5), período regido pela repressão, medo e censura, no qual muitos artistas, principalmente os músicos, tornaram-se porta-vozes dos valores democráticos e emancipadores, que se contrapunham à realidade política do momento. “A música popular foi fundamental para disseminar na sociedade, sob forma poética e metafórica, o imaginário de liberdade”. (MAIA; STANKIEWICZ, 2015, p. 02)

O setor da educação sentiu as transformações do novo regime de governo, com a legislação de 1971, a Lei 5692, quando unificou o ensino primário da primeira à quarta série, eliminando o exame de admissão, com expansão da rede física da escola e a criação da disciplina de Estudos Sociais, no lugar de História e Geografia, nas turmas de quinta a oitava séries; entre outras medidas que acabaram por desenvolver menos criticidade na educação.

Em 1974 o General Ernesto Geisel assume a presidência (quarto presidente militar) e proclama uma política de “distensão lenta, gradual e segura” em seu governo. Com isso se iniciava uma nova estratégia da Ditadura Militar, buscando a institucionalização do regime sob uma abertura relativa e sob o controle militar (PRESTES, 2021). Reforçando esse pensamento, Fico ressalta que a,

Abertura "lenta, gradual e segura" - como a frase acabou por se tornar conhecida: esse era o projeto de Geisel. Sua proposta era um aprimoramento do antigo projeto de "institucionalização" do regime, que já se manifestara quando o marechal Costa e Silva, segundo seu secretário de imprensa, Carlos Chagas, tentou acabar com o AI-5 e reabrir o Congresso Nacional, fechado desde a edição do ato (FICO, 2015, p. 95).

A imprensa oficial⁴⁴ era favorável ao governo de Geisel, sendo elogiado até mesmo pelo *New York Times* (SKIDMORE, 1988). Em 1978 Geisel desativa elementos básicos da estrutura autoritária e abole o AI-5, também revoga decretos de banimento de vários exilados políticos. Fico (2015, p. 95) salienta que “o General Geisel delineou um processo paulatino de institucionalização - que objetivava incorporar "salvaguardas" na Constituição no lugar do AI-5, cujo fim ele decretou em outubro de 1978, para valer a partir de janeiro de 1979”⁴⁵. Infelizmente muitos militares eram contra essa “liberalização” proposta por Geisel, o que ocasionou muitos atentados terroristas e mortes por tortura, como a morte do Jornalista

⁴⁴A grande imprensa, oficial, mesmo com a revogação do AI-5 por muito tempo fica com medo de novas censuras, diminuindo apenas após a Constituição de 1988.

⁴⁵Essa visão boazinha de Geisel, não é compartilhada por todos os historiadores, mas era uma forma de garantir a permanência do governo nas mãos dos militares.

Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI, que foi amplamente divulgado pela mídia na época.

Herzog era diretor do departamento de notícias do canal de televisão não comercial de São Paulo, tinha 38 anos, judeu iugoslavo migrado para o Brasil. No ano de 1975, apresentou-se às Forças armadas do Exército, pois soube que estes queriam seu auxílio. Infelizmente, era procurado pelos militares por considerarem Herzog como conspirador. No dia seguinte a que comparecera e fora preso, é dado como suicida, tendo se enforcado (SKIDMORE, 1988).

Em 1979, com João Batista Figueiredo no governo, o governo militar começa a ganhar antipatia da população brasileira, foram vários anos de resistência por diversos setores da sociedade brasileira e, nesse momento, era necessário mudar o quadro econômico e social. Funcionários da metalurgia, motoristas de ônibus, professores, estavam indignados com a situação econômica que estavam vivenciando, grande recessão, inflação acelerada, tudo parecia contra a liberalização democrática.

Já em sua posse, Figueiredo compromete-se a dar continuidade ao processo de Abertura ou também chamado de Liberalização. Um grande passo de seu governo é a lei da anistia, que reintegraria à sociedade e à política, exilados políticos que haviam fugido do país, devido às perseguições sofridas, assim como a extinção do bipartidarismo.

Essa anistia, aprovada em 1979, se tornaria a principal cláusula da transição para a democracia. A Lei de nº 6.683 de 28 de agosto de 1979, gerou efeitos que perduram ainda hoje, pode-se dizer que ela resultou de uma negociação entre as elites políticas que, de algum modo, estabeleceu um pacto marcado pela conciliação que resultou na impunidade dos militares. “A anistia não foi ‘ampla, geral e irrestrita’, ao contrário, perdoou os torturadores” (FICO, 2015, p. 103).

Alguns meses após à promulgação da Lei da Anistia, é promulgada a Lei Orgânica dos Partidos Políticos que permitiu a criação de novos partidos. O partido governista, a Arena, passou a se chamar Partido Democrático Social (PDS). O MDB (Movimento Democrático Brasileiro) apenas incluiu a expressão "partido" em seu nome — exigência da nova lei — tornando-se PMDB (FICO, 2015).

Com o fim do bipartidarismo, novos partidos políticos são formados, como o PT (Partido dos Trabalhadores) através de,

uma aliança entre as bases operárias do ABC paulista, intelectuais, militantes que vieram da luta armada e membros da Igreja católica [...] um partido de massas e de tendência socialista, congregava vários setores da esquerda brasileira. O presidente do partido era Luiz Inácio Lula da Silva, já em sua primeira eleição o PT elegeu vários

deputados federais e estaduais e passou a ocupar um lugar importante no debate da redemocratização do Brasil (LIMA, 2012, p. 80).

Além dos partidos⁴⁶ já citados acima, temos a formação do Partido Popular (PP), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Na conjuntura da época, vários setores sociais e iniciativas se alinhavam em torno da necessidade de promover reformas democráticas.

Assim, no ano de 1982 há forte pressão para que aconteçam eleições diretas para presidente, vários setores da sociedade uniam-se aos movimentos trabalhistas contra o governo. Inicia-se então, no ano de 1983, pela iniciativa de uma Emenda proposta pelo Deputado Federal Dante de Oliveira (PEC nº 05/1983), uma campanha para que as próximas eleições presidenciais fossem diretas, esse movimento ficou conhecido como “Diretas Já”.

Previa a Emenda:

[...] Art. 74 - O Presidente e Vice-Presidente da República serão eleitos, simultaneamente, entre os brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos, por sufrágio universal e voto direto e secreto, por um período de cinco anos.

Parágrafo Único - A eleição do Presidente e Vice-Presidente da República realizar-se-á no dia 15 de novembro do ano que anteceder ao término do mandato presidencial."

Art. 148 - O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto; os partidos políticos terão representação proporcional, total ou parcial, na forma que a lei estabelecer. [...] (BRASIL, 1983)⁴⁷.

Com a leitura do artigo da Emenda Dante, notamos a proximidade com o processo eleitoral vigente nos dias de hoje, diferenciando-se no fator da eleição em separado dos cargos, ou seja, os candidatos eram escolhidos separadamente, bem como nota-se que o texto não cita candidatos partidários, apenas brasileiros com direitos políticos vigentes.

⁴⁶Conforme o Tribunal Superior Eleitoral, o Brasil, no ano de 2022, possuiu 32 Partidos Políticos, são eles: MDB, Movimento Democrático Brasileiro; PTB, Partido Trabalhista Brasileiro; PDT, Partido Democrático Trabalhista; PT, Partido Dos Trabalhadores; PCdoB, Partido Comunista Do Brasil; PSB, Partido Socialista Brasileiro; PSDB, Partido Da Social Democracia Brasileira; PTC, Partido Trabalhista Cristão; PSC, Partido Social Cristão; PMN, Partido Da Mobilização Nacional; CIDADANIA, Cidadania; PV, Partido Verde; AVANTE, Avante; PP, Progressistas; PSTU, Partido Socialista Dos Trabalhadores Unificado; PCB, Partido Comunista Brasileiro; PRTB, Partido Renovador Trabalhista Brasileiro; DC, Democracia Cristã; PCO, Partido Da Causa Operária; PODE, Podemos; REPUBLICANOS, Republicanos; PSOL, Partido Socialismo e Liberdade; PL, Partido Liberal; PSD, Partido Social Democrático; PATRIOTA, Patriota; PROS, Partido Republicano Da Ordem Social; SOLIDARIEDADE, Solidariedade; NOVO, Partido Novo; REDE, Rede Sustentabilidade; PMB, Partido Da Mulher Brasileira; UP, Unidade Popular e UNIÃO, União Brasil. *In:* <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse>. Acesso em: 20/02/2022.

⁴⁷CORRÊA, Michelle Viviane Godinho. **Emenda Constitucional Dante de Oliveira**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/emenda-constitucional-dante-de-oliveira/>. Acesso em: 19/10/2021.

“Entre janeiro e abril de 1984, realizaram-se, em todo o país, comícios que reuniram multidões. Atores, cantores, apresentadores de TV acompanhavam os políticos e apoiavam o movimento” (SEINO; ALGARVE; GOBBO, 2013, p. 35). A população se vestia de amarelo, simbolizando o amor à pátria brasileira.

Figura 4 - Comício DIRETAS JÁ



Fonte : <https://www.flickr.com/photos/agenciasenado/12745266813>. Acesso em: 19/10/2021.

O “Diretas Já” foi um dos maiores movimentos sociais da história do Brasil, contando com a participação de vários setores da sociedade. Como podemos ver na imagem acima, os comícios e manifestações pelas “Diretas Já” reuniam um grande público, mostrando que a população daquele período estava toda engajada nos apelos pela mudança. Com isso a ditadura e os militares começam a perder seu prestígio (LIMA, 2012).

A campanha das Diretas-Já, com comícios e passeatas pela antecipação das eleições diretas para presidente, previstas para 1989, foi lançada pelo PMDB, partido de oposição ao regime militar, e marcou o verão-outono de 1984, tornando-se a maior manifestação popular do país (GRANGEIA, 2011, p. 49).

A campanha das “Diretas Já” foi a maior manifestação civil ocorrida nos anos de Ditadura, em prol da democracia, pois, conforme vimos anteriormente, a democracia é forma que o cidadão tem para garantir mudanças e a instituição de direitos a todos de forma mais igualitária, trazendo consigo o conceito de cidadania sempre presentes, pois ambas andam sempre juntas garantindo direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei.

Infelizmente, enquanto a população manifestava seu desejo de participação, com camisetas amarelas e frases como “eu quero votar para presidente”, a Emenda Dante de Oliveira foi reprovada, retardando ainda mais o processo de Redemocratização. Salienta Ferreira (2018) que,

Entre as muitas decepções políticas vividas pela sociedade brasileira em sua experiência republicana, a derrota da Emenda Dante de Oliveira talvez tenha sido uma das mais impactantes. O regime autoritário, naquele momento, nada mais tinha a oferecer à sociedade. A inflação chegava aos 200% ao ano, em espiral ascendente. O endividamento externo alcançou nível tão alto que o governo decretou moratória aos credores internacionais. O país vivia na recessão e no desemprego. Milhões de brasileiros estavam subnutridos, enquanto outros tantos passavam fome (FERREIRA, 2018, p. 27).

Para Aguiar (2011, p. 6), “com a derrota da campanha Diretas Já, a via do colégio eleitoral, com uma eleição indireta, acabou prevalecendo”.

Com isso a sociedade civil mais uma vez perde o direito a escolher seus representantes, deixando de exercer seu direito de cidadania e sendo obrigada a conviver por mais alguns anos com a imposição de representantes políticos.

É a partir do cenário brevemente apresentado, e com o intuito de contextualizar, através de algumas características, o período que antecedeu o escolhido para o estudo, que passo a apresentar a Redemocratização e a música.

3.2 A GENTE SOMOS INÚTIL? A MÚSICA E A REDEMOCRATIZAÇÃO

Todo processo de campanha pelas “Diretas Já” teve a participação não só das camadas populares como também de artistas, jornalistas, músicos, intelectuais, setores progressistas da sociedade brasileira, cantores e compositores. Esses últimos tiveram um papel muito importante, pois além do apoio ao movimento, nos deixaram um grande aparato de documentos históricos através das letras de suas músicas. A expressão social em torno dos desejos participativos se dava de formas diversas, mas a cultura, através de suas manifestações, sensibilizou sobretudo jovens, profissionais liberais, donas de casa entre outros, eternizando aquele momento histórico, pois musicalmente falando, não havia identidade nas canções, a não ser a busca de expressões que traduzissem, de forma festiva, imagens de esperança e dignidade popular (NAPOLITANO, 2010).

No que se refere ao tema desse estudo, podemos aproximar as músicas, compostas em tempos de Redemocratização, ao público adolescente, pelo fato de que muitos compositores

daquele período ainda estão no meio artístico, possuem composições novas e com outras contextualizações, algumas remixadas, além de estarem presentes na mídia e em documentários, ou seja, não são personagens de uma história antiga e distante. É a história de um tempo ainda presente e isso pode auxiliar na aproximação do educando com o ser histórico. Conforme Fico (2012, p. 45), a marca central da História do Tempo Presente decorre do fato de estarmos, sujeito e objeto, vivos no mesmo momento, “mergulhados em uma mesma temporalidade que não terminou”.

Para Napolitano (2010), o período de Abertura do Regime Militar se deu concomitantemente à consolidação cultural e comercial da vertente da música popular chamada de MPB (Música Popular Brasileira). Muitos músicos e bandas brasileiras tiveram notável participação na Redemocratização, visto que retrataram a realidade do país e o sentimento da população frente ao governo. Bandas e compositores como Barão Vermelho, Titãs, Paralamas do Sucesso, Renato Russo e Cazuzza, conhecidos nos dias de hoje pelo *Rock Nacional*, estiveram em um grande festival chamado de *Rock in Rio*, no ano de 1985, quando puderam, além de expor seus talentos, exaltar, protestar, acusar e mostrar com suas músicas e atitudes, em palco, o contexto histórico vivido no país.

O *Rock in Rio* foi um evento que reuniu não só brasileiros, mas pessoas e artistas do mundo inteiro, além das bandas nacionais, diversas bandas estrangeiras vieram trazer ao público brasileiro sua música.

O evento ocorreu no Rio de Janeiro (Jacarepaguá), nos dias de 11 a 20 de janeiro de 1985. O local onde aconteceu foi nomeado como Cidade do *Rock*.

O *Rock in Rio* foi idealizado por Roberto Medina.

Figura 5 - Cartaz de shows *Rock in Rio*

R O C K I N R I O - J A N E I R O 8 5				
SEXTA-FEIRA 11 NEY MATOGROSSO ERASMO CARLOS PEPEU / BABY WHITESNAKE IRON MAIDEN QUEEN	SÁBADO 12 IVAN LINS ELBA RAMALHO GILBERTO GIL AL JARREAU JAMES TAYLOR GEORGE BENSON	DOMINGO 13 PARALAMAS DO SUCESSO LULU SANTOS BLITZ NINA HAGEN GOGO'S ROD STEWART	SEGUNDA-FEIRA 14 MORAES MOREIRA ALCEU VALENÇA JAMES TAYLOR GEORGE BENSON	TERÇA-FEIRA 15 KID ABELHA EDUARDO DUSEK BARÃO VERMELHO SCORPIONS AC / DC
QUARTA-FEIRA 16 PARALAMAS DO SUCESSO MORAES MOREIRA OZZY OSBOURNE ROD STEWART	QUINTA-FEIRA 17 ALCEU VALENÇA ELBA RAMALHO AL JARREAU YES	SEXTA-FEIRA 18 KID ABELHA EDUARDO DUSEK LULU SANTOS GOGO'S B-52'S QUEEN	SÁBADO 19 PEPEU / BABY ERASMO CARLOS WHITESNAKE OZZY OSBOURNE SCORPIONS AC / DC	DOMINGO 20 BARÃO VERMELHO GILBERTO GIL BLITZ NINA HAGEN B-52'S YES
Os portões serão abertos a partir das 12 horas. Os shows começam às 18 horas, diariamente, e às 16 horas, aos domingos.				

Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/rock-faz-a-festa-da-redemocratizacao>. Acesso em: 18/09/2021.

Foram 10 dias ininterruptos de muitos shows, sendo 15 nacionais e 16 internacionais. Essa foi a grande oportunidade de os artistas nacionais exporem toda sua indignação ou apoio ao atual governo para um público de 1 milhão e 300 mil pessoas.

Figura 6 - Evento *Rock in Rio*

Fonte: <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2020/01/11/rock-in-rio-completa-35-anos-relembre-historias-que-marcam-o-festival-desde-1985.ghtml>. Acesso em: 18/09/2021.

A população prestigiou em “massa” o evento *Rock in Rio*, considerado o maior festival de *Rock in roll* do mundo, tornando o *Rock* nacional mundialmente conhecido. Segundo Demarchi (2019),

O festival, que reuniu plateias de mais de cem mil pessoas por dia em nove dias de apresentações de atrações internacionais e nacionais, trouxe definitivamente para o país todo o aparato industrial e empresarial que já era característico do rock nos Estados Unidos e Europa. Desse modo, logo após o festival, instaurou-se a filial brasileira da “indústria do rock”, que transformou, instantaneamente, bandas e cantores – que um pouco antes ainda tocavam em garagens e porões – em verdadeiros “ídolos do rock nacional”, transformando e expandindo um movimento que ficara restrito ao eixo Rio-São Paulo para todas as capitais do Brasil (DEMARCHI, 2019, p.46).

Dessa forma, reforça Grangeia (2018) que o *Rock Nacional* teve influências internacionais, mas que isso não impediu que obras com depoimentos de apelo popular sobre o Brasil fossem criadas, trazendo em suas letras um inegável valor documentário que, quando analisadas, remontam àquele período.

Martins (2015) salienta que mais do que uma substituição de gêneros, houve uma mudança de gerações quando, na passagem da Ditadura para a Redemocratização, a velha guarda da MPB diminuiu sua produção e a garotada do *Rock*, com muitas perguntas e respostas frescas na cabeça, criticaram políticos que haviam participado da luta contra a Ditadura.

Trindade e Rangel (2012) enfatizam que,

Efetivamente, na segunda metade da década de 1970, a MPB (Música Popular Brasileira) apresentou-se como um “complexo cultural” (e não exatamente um gênero específico) que serviu como fonte de mensagens sutis e persistentes em favor da redemocratização do país (TRINDADE; RANGEL, 2012, p. 103).

Também o *Rock* apresentava um sentido contestador e problematizador em algumas de suas músicas, criadas e difundidas na década de 1980, dentro dessa nova configuração dos movimentos sociais e da cultura política (TRINDADE; RANGEL, 2012). Complementando o pensamento acima, Encarnação (2009) ressalta que em termos quantitativos, as letras do *Rock* brasileiro até 1985 destacavam preponderantemente bebedeiras, noitadas e relacionamentos amorosos, mas a partir de 1985 temas sociais e políticos ganharam projeção na voz das bandas de *Rock*.

Além do *Rock*, essas manifestações também aparecem em outros ritmos musicais como o *Rap* e o Sertanejo - de uma forma mais sutil, mas protestando. Também ocorreram festivais de músicas locais, como os que ocorreram no Rio Grande do Sul – que apresentavam ritmos

diversos e muito associados às necessidades e realidades locais como apresentado por Taisa Verdi⁴⁸ sobre a Vindima, em sua dissertação de mestrado.

Não foi só no Brasil que o *Rock* se apresentou como linguagem de protesto. Vários lugares do mundo, das décadas de 1960 a 1980, tiveram influência do *Rock* protestando por mudanças sociais e políticas. Em 1960, Bob Dylan, em Nova York, desencadeia a “canção de protesto” não só com críticas, mas também com indagações. As letras de suas músicas, bem como as dos Beatles e Rolling Stones, vão servir de lema para algumas facções esquerdistas clandestinas protestarem. A partir dos anos 1970 há a consolidação da aura contestadora do *Rock*, com os movimentos de massas dos jovens contra a Guerra do Vietnã.

Embora o Rock não fosse o principal fator decisivo que mobilizou a sociedade civil a pressionar o governo norte-americano a retirar as tropas do Vietnã, também teve seu papel catalizador e unificador de vontades individuais que necessitam de um importante veículo de massa para desempenhar seu papel de massa. (ENCARNAÇÃO, 2009, p. 128-129).

Esses são apenas alguns exemplos dos movimentos de contestação que as músicas de *Rock* apoiaram. Em muitos países, a configuração musical apresentou as mesmas narrativas que o *Rock* brasileiro, pois as,

letras de rock em inglês muitas vezes nem eram traduzidas. Isso refletia a esmagadora hegemonia cultural dos EUA (Estados Unidos da América) na cultura popular e nos estilos de vida, embora se deva notar que os próprios núcleos da cultura jovem ocidental eram o oposto do chauvinismo cultural, sobretudo em seus gostos musicais. Acolhiam estilos importados do Caribe, da América Latina e, a partir da década de 1980, cada vez mais, da África. [...] O rock foi o exemplo mais espantoso. Em meados da década de 1950, subitamente irrompeu do gueto de catálogos de “Raça” ou “Rhythm and blues” das gravadoras americanas, dirigidos aos negros pobres dos EUA, para tornar-se o idioma universal dos jovens, e notadamente dos jovens brancos ((HOBSBAWM, 1995, p. 255-258).

Para Afonso (2019, p. 14-15) “a geração de 1980 produziu um novo tipo de cultura muito forte para o período, sendo sua principal voz. Os jovens trouxeram novos comportamentos e temas para debate, colocando em evidência certos temas tabus”. Na mesma perspectiva,

⁴⁸Vindimas da Canção Popular de Flores da Cunha, Rio Grande do Sul, foi um festival de músicas autorais e inéditas que ocorreu entre 1975 e 1993, circunscrito em uma época de festivais regionais e nacionais. Para além da relevância municipal, o evento impacta a história cultural e artística do estado, consolidando-se como o maior festival com categoria livre do RS e o segundo maior no contexto regional, atrás das famosas Califórnia da Canção Nativa, de Uruguaiana. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/noticias/festival-vindimas-da-cancao-popular-de-flores-da-cunha-ganha-documentario-resultado-de-dissertacao-de-mestrado-em-historia/> - <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/6249>. Acesso em: 20/02/2022.

o que era e é muito mais interessante é que, grandes ou pequenas, as mesmas transformações podem ser identificadas por todo o globo “modernizante”. Em parte alguma isso foi mais impressionante que no campo da cultura popular, ou, mais especificamente, jovem (HOBSBAWN, 1995, p. 252).

O jovem, na década de 1980 e seguintes teve um papel muito significativo na vida cultural e política, pois exprimiu através do uso da voz toda sua insatisfação, seus anseios e suas vivências, seu apoio e solidariedade, não importando a linguagem usada, pois o fez através da música, das manifestações e do silêncio.

Se na década de 1960, a música era utilizada como uma das formas de manifestação contra o regime opressore autoritário, com o fim da ditadura, a música adquire novo papel enquanto expressão não apenas política, mas também dos anseios e desejos dos jovens que se viam como atores no novo processo democrático brasileiro (RODRIGUES, 2016, p. 16).

Logo, refletir sobre o alcance das músicas e sua relação com o contexto da época, estabelece a necessidade de conhecer dados sobre a população do período. Com o quadro a seguir, podemos fazer uma análise da população que fez parte de todo esse processo de Redemocratização e o número dos jovens que faziam parte desse período:

Quadro 3 - População do ano de 1985, conforme levantamento demográfico

	Homens	Mulheres
0 a 14 anos	24.388.061	23.431.611
15 a 19 anos	6.900.724	6.968.907
20 a 29 anos	11.287.713	11.913.333
29 em diante	24.512.202	23.957.965

Fonte: Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em 10/12/2021.

Os dados acima foram retirados da amostragem do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE⁴⁹ do ano de 1985, no período de 22 a 28 de setembro daquele ano. Podemos ver uma considerável população jovem no país, bem como um número expressivo dos 20 aos 29 anos, que nasceram no período de Ditadura, ou seja aqueles que não puderam formar sua identidade nacional a não ser pela influência da mídia repressiva e censuradora. Ao considerar

⁴⁹“O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE se constitui no principal provedor de dados e informações do País, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal. O IBGE oferece uma visão completa e atual do País, através do desempenho de suas principais funções: Produção e análise de informações estatísticas; Coordenação e consolidação das informações estatísticas; Produção e análise de informações geográficas; Coordenação e consolidação das informações geográficas; Estruturação e implantação de um sistema das informações ambientais; Documentação e disseminação de informações; Coordenação dos sistemas estatístico e cartográfico nacionais”. In: <https://www.ibge.gov.br/aceso-informacao/institucional/o-ibge.html>. Acesso em 31/10/2021.

a faixa etária dos 15 aos 19 anos, é maior a percepção de que parte desta é a população que está engajada nas manifestações culturais, visando a melhoria do país, tanto nos campos políticos, quanto sociais. Também é a faixa etária dos músicos que começam a ter influência no meio artístico, como os cantores do *Rock* nacional.

Com muitos jovens querendo mudanças, e podendo agora expressar livremente suas opiniões, Martins (2015, p. 32) afirma que “a quantidade de músicas sobre política no período, a diversificação dos gêneros e a multiplicação dos artistas, tem a ver, com a conquista e consolidação da democracia”. Ou seja, com a liberdade de expressão, muitos artistas se viram mais livres para expor suas ideias e seu pensamento, assim refletindo nas músicas as deficiências do governo e da sociedade.

Para Trindade e Rangel (2012) as letras do *Rock* nacional dos anos 1980 expressavam valores como: “Nihilismo, negação das ideologias revolucionárias, descrenças nas instituições políticas tradicionais, denúncia das desigualdades sociais, propensão ao intimismo subjetivista, ausência de projetos propositivos para uma sociedade alternativa e baixa expectativa com relação ao futuro” (TRINDADE; RANGEL, 2012, p. 108).

Esses valores, expressos nas letras do *Rock*, demonstram a linguagem sob o ponto de vista de seres que eram considerados “apolíticos”, ou seja, tratam de temas que estavam no cotidiano das pessoas, como Plano Cruzado, respeito à Constituição, popularizando assim tais temas que fariam parte dos debates jornalísticos agora também, através das letras de *Rock*.

Utilizando do exposto acima e considerando que a música composta no período de Redemocratização Brasileira contemplava protesto, desejos de mudanças, democratização dos debates políticos e muito *Rock 'n roll*, percebemos que ela é uma forte aliada ao professor para ensinar em sala de aula. A música traz realismo ao conteúdo, visto que os jovens vindos da Ditadura eram jovens contra a identidade nacional verde-amarela imposta pela Ditadura⁵⁰, pois não se reconheciam naquele modelo de Estado, procurando seu lugar no país, escrevendo músicas com um forte relacionamento a si, retratando a necessidade de mudança política, drogas, sexo, cultura, diversão, arte, bem como a situação social do país, contra a corrupção. “O *Rock* figurava para muitos jovens como a forma de comunicação mais direta para se manifestarem, inclusive com a situação brasileira” (ENCARNAÇÃO, 2009, p. 181).

⁵⁰O governo do período Ditatorial de 1964 impôs aos brasileiros um modelo de cultura padrão, no qual todos deveriam seguir. Uma cultura única e harmônica, onde todos pudessem estar integrados pelo mesmo sentimento nacionalista, ou seja, que unisse e garantisse a ordem e a segurança do país. Todos os setores, principalmente a imprensa, as criações artísticas e culturais, tiveram que se submeter ao controle absoluto do governo, sem poder esboçar qualquer crítica ao comportamento das autoridades (VENTURINI, 2018).

Considerando que a voz era um dos meios mais hábeis para mostrar a todos as realidades sofridas pelo povo brasileiro, assim como a expressão corporal utilizada pelos seus intérpretes, devemos, nos dias de hoje, valorizar esse testemunho, utilizando as músicas compostas durante e após a Ditadura como um importante documento histórico em sala de aula. Dessa forma, vamos trabalhar com o educando não apenas fazendo alusão ao período e sim retratando com a música, a vivência e os contextos históricos, possibilitando relações reflexivas entre as décadas finais do século XX e a realidade temporal dos educandos do século XXI.

4 A MÚSICA TAMBÉM FAZ HISTÓRIA

“O homem transformou o mundo e o mundo transformou o homem. Em pleno século XXI vivencia-se a invasão da tecnologia eletrônica, da automação e da informação, bem como o acelerado desenvolvimento da ciência” (PIEVE, 2018, p. 30).

Tudo muda a todo momento, vivemos em um mundo de constantes transformações. As relações sociais, as tecnologias, as comunicações, todos estão à mercê das mudanças.

Inclusive a escola está dentro desse quadro de mutações e tendo fortemente a influência dos avanços tecnológicos e da comunicação, que rodeiam nossos educandos de forma muito expressiva. Segundo Gardner (1995), as crianças vivem em uma época de ímpar estimulação, pois até mesmo os menos privilegiados são expostos “à mídia e tecnologias atraentes”.

Devido à estas estimulações externas, que não só o educando, mas também o professor enfrenta desafios, dessa forma corrobora Medeiros (2015) que,

as exigências da sociedade contemporânea, as novas tecnologias em ação, têm levado o professor, a escola e o sistema educacional a enfrentar múltiplos desafios e rever suas concepções sobre o trabalho que vem desenvolvendo e seus resultados (MEDEIROS, 2015, p. 10399).

Pereira; Meinerz e Pacievitch (2015) também refletem sobre a questão das dificuldades do professor frente ao ensino no século XXI, necessitando aprimorar-se e transformar-se dia após dia

o século XXI apresenta uma série de desafios ao professor de História, relacionados a diferentes processos sociais e culturais que se intensificaram nestes últimos tempos e que exigem respostas imediatas da docência e da pesquisa. Ensinar História hoje consiste numa prática muito diversa em relação a tempos anteriores, uma vez que as demandas que a sociedade tem colocado aos currículos e ao papel dos professores se multiplicam e estão ligados a movimentos sociais, étnicos e culturais muito singulares (PEREIRA; MEINERZ; PACIEVITCH, 2015, p. 32).

Da simples conversa, para o rádio, televisão, computadores e agora, a inovação constante dos celulares, que fazem com que os educandos tenham um contato emergente com todas as notícias, novidades e lançamentos, podendo, assim, estar atualizados sobre notícias e acontecimentos recentes, isso tudo leva o professor à necessidade de estar conectado a todo momento às inovações. Convém, dessa forma, levar para a sala de aula todos os recursos que possam ser utilizados para o desenvolvimento de um trabalho cada vez mais coerente com a realidade diversificada. Para Morais (2005),

muitos fatores contribuíram e contribuem para a mudança de paradigma no processo da Educação. Alguns apontados pela falência do processo que, parece, insiste em ser o mesmo, moroso, diante de novos tempos, marcados, basicamente, pela velocidade (MORAIS, 2005, p. 7).

É um constante desafio para a escola de hoje manter seu educando em sala de aula, pois a concorrência com a internet, jogos digitais e a facilidade em obter informações, faz com que o estudo escolar seja desmotivador, trazendo ao professor a necessidade de incluir novidades para sua sala de aula, a fim de “chamar a atenção” do educando.

Acena Morais (2005) para o fato da desmotivação quando afirma que,

esse, de modo bastante simplificado, é o cenário em que devemos atuar como professores, atropelados pelo tempo, diante de alunos, bastante impacientes e desmotivados, tendo como objetivo o conhecimento que, se tomado como informação, se inclui entre os produtos descartáveis, submetidos constantemente à reciclagem, e, portanto, vendidos em bancas de alta rotatividade (MORAIS, 2005, p. 8).

Corroborando com o pensamento de Morais, Freitas Neto (2010) nos diz que

o mundo em contínua transformação, as constantes alterações das diretrizes e orientações legais, o controle burocrático cada vez mais eficiente, e alunos pouco dispostos a aceitarem o universo escolar como algo útil e aplicável ao seu cotidiano provocam no educador a necessidade contínua de discussão e alteração para que a escola, em sua tarefa de educar, não se esvazie (FREITAS NETO, 2010, p. 57).

Quando notamos a instabilidade que paira no ensino, notamos a necessidade da utilização de novas linguagens, que conforme OLIVEIRA *et al.* (2012, p. 62) “são vistas como facilitadoras para o estudo de temporalidades e conceitos na História”, cabendo ao professor, com o uso destas novas linguagens a mudança motivacional que se procura a cada dia.

Reforçando a ideia de Freitas Neto e pensando na inconstância do ensino de hoje, acredito na formação permanente dos professores quanto à utilização de diferentes recursos didáticos na sala de aula e um deles a música, pois como afirma Napolitano (2010),

as fontes audiovisuais, sonoras e orais, vêm ganhando, desde os anos 60 e 70, um reconhecimento cada vez mais forte para o estudo do passado [...]. Sua utilização como fontes e ensino de História para as classes fundamentais também vem se consolidando, já não mais como prática esporádica de um ou de outro professor, mas como sugestão nos próprios documentos da política educacional oficial (NAPOLITANO, 2010, p. 170).

Assim, defendo que a música pode ser utilizada como um instrumento didático, que auxilia o professor na construção coletiva do conhecimento. Se por um lado, a leitura, análise, reflexão da música podem mostrar muito mais do que um longo texto explicativo, já que em

poucas e acessíveis palavras (na linguagem do educando) revivenciamos um contexto histórico, por outro, pode tornar a aula mais atrativa, facilitando assimilação do aprendizado pretendido. Pois como salienta Penna (2012) a música é um patrimônio cultural que enriquece a vida de cada um, ampliando sua experiência, bem como possibilita a abordagem de diferentes temáticas.

Como professora da Rede Municipal de Ensino, acompanho de perto a situação enfrentada diariamente na sala de aula e constato o grande número de educandos que, por desmotivação e condições sociais desfavoráveis, acabam abandonando o estudo e quando obrigados, muitas vezes não se sentem parte do processo em sala de aula, sendo apenas mais um número. Por isso defendo que a utilização dos diversos recursos didáticos pode sim auxiliar para que a aprendizagem se torne algo mais prazeroso despertando no educando a vontade de aprender, tornando-o participativo em sala de aula. Dessa forma, me utilizo das palavras de Lunardi e Guerra (2017), pois para eles,

o professor do século XXI deve ser um profissional da educação que elabora com criatividade os conhecimentos teóricos e críticos sobre a realidade, tendo o mesmo que centrar-se numa prática pedagógica de êxito, com uma aprendizagem satisfatória e significativa, pois as constantes mudanças ocorridas na sociedade exigem uma nova postura do professor, bem como um repensar crítico sobre a educação. Portanto, torna-se necessário buscar novos caminhos, novos projetos, emergentes das necessidades e interesses dos principais responsáveis pela educação; é necessário transformar a realidade escolar, utilizando as novas TIC's como recurso para aprimorar e motivar a busca do conhecimento (LUNARDI; GUERRA, 2017, p. 225).

Os professores hoje precisam ter consciência de que não só o mundo sofreu transformações, mas os educandos também. Não são jovens mecânicos, que reproduzem situações, que aprendem e sintetizam aí sua opinião. Hoje os jovens têm identidade, são críticos, opinam, fazem a aula acontecer juntamente com o professor. Pensando nesse novo professor, educador, docente, que para Seffner *et al.* (2018),

produzir-se docente é algo que se faz em intensa relação com as culturas juvenis, é reconhecer que, antes de termos alunos em sala de aula, temos jovens com seus valores, dúvidas, questionamentos, novo vocabulário para falar do mundo e para nele habitar, novas gerações que não vieram ao mundo para repetir o que as anteriores fizeram e que devem se apropriar do que já foi feito na História da humanidade e dar a esse acervo destinos e usos diversos, que podem quebrar tradições e direções estabelecidas (SEFFNER *et al.*, 2018, p. 93).

Na busca de compreender a ocorrência da utilização da música em sala de aula e seus gostos musicais, pesquisei⁵¹ com 21⁵² educandos do nono ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Henrique Gelain sobre o uso da música em sala de aula, bem como sua utilização no dia a dia dentro e fora da escola. Os educandos pesquisados, variam de idade entre 14 e 15 anos; dos 21 educandos, apenas um (1) não gosta de música; mas todos os 21 escutam música frequentemente. Os gêneros musicais são dos mais variados: funk, sertanejo, rap, forró, eletrônica, *Rock*. Isso nos mostra que todos os gêneros trabalhados serão bem aceitos; infelizmente a prática da música em sala de aula não é a mais usual, ou seja, quando questionados sobre a utilização da música em aula, responderam que apenas uma professora havia se utilizado desse recurso para tratar do conteúdo e não era a professora de História.

É importante considerar que os professores da Rede de Ensino estão constantemente atualizando seus conhecimentos, através de formações e cursos, visando a melhoria do trabalho em sala de aula, com vistas a resultados positivos à aprendizagem.

Para Medeiros (2015),

é vital considerar o caráter contínuo do processo de formação do profissional da educação como um processo reflexivo e de construção de um saber que o constitui, entendendo que, com a proposta de formação continuada, não se tem intenção de levar receitas, mas de ampliar a discussão de fundamentos e estratégias para a organização do trabalho pedagógico e pensar de forma coletiva, interdisciplinar e contextualizada as práticas no contexto escolar (MEDEIROS, 2015, p. 10394).

Corroborando com o pensamento de Medeiros, Seffner (2011), quando afirma que,

um professor de História deve ter o domínio mais completo possível dos conhecimentos da disciplina, o que implica uma boa formação inicial e um esforço de formação continuada ao longo dos anos, através da leitura de revistas e artigos, da discussão com colegas, da presença em seminários e congressos, e outras atividades que propiciem a manutenção do “gosto” por ler e conhecer história (SEFFNER, 2011, p. 2).

Pensando nesse contínuo processo de aperfeiçoamento e formação profissional, sem uma receita pronta, proponho como resultado final do meu trabalho de Mestrado Profissional em Ensino de História, oficinas que, com a utilização da música, possam auxiliar os professores de História do nono ano a trabalhar o período da Redemocratização Brasileira. Trata-se da proposição de um estudo significativo, pois ao utilizar músicas, essas não serão apenas tema e

⁵¹Questionário em anexo

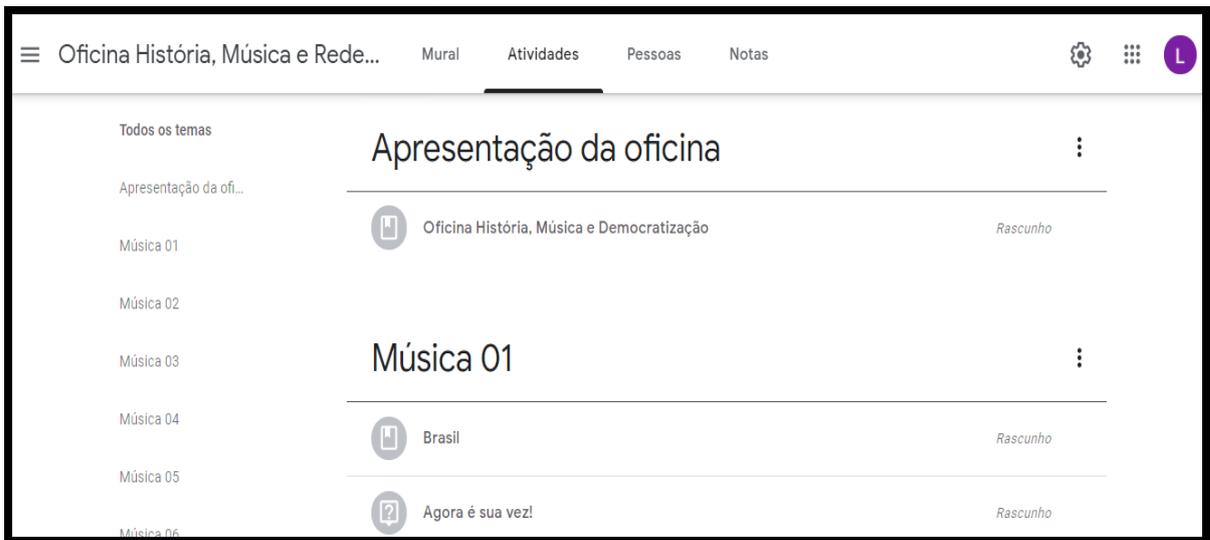
⁵²Pesquisei apenas com os educandos que estavam presencialmente em sala de aula, pois receei que os educandos que buscavam atividades impressas não devolvessem a tempo suas respostas. E não teriam acesso a um questionário online, devido à realidade de nossa escola.

conteúdo, mas também possibilitarão a sensibilização para ritmos e contextos históricos diversos, uma vez que, é recorrente os professores utilizarem em aulas apenas as músicas presentes no livro didático, pois estas estão contextualizadas.

Por oficinas entendo a partir de Camargo e Lara (2020), a oficina como um espaço para aprender a fazer com o outro, num espaço de concretização de relações entre teoria e prática, bem como afirma Paviani e Fontana (2009, p. 78) “que numa oficina ocorrem apropriação, construção e produção de conhecimentos, de forma ativa e reflexiva”; através de atividades pontuais e de curta duração, como espaços de formação contínua.

Assim, sabendo que “a formação do educador implica num processo de reflexão na e sobre a ação” (MEDEIROS, 2015, p. 10398) é que as oficinas estão disponibilizadas através do Google Classroom (sala de aula), e consistem em oferecer, além da música, a letra, a visão de autores por mim estudados. Estes contemplam também, a composição das letras e dos contextos históricos, compondo dessa forma uma síntese propositiva. Para participar das oficinas, os professores devem acessar, primeiramente o Google Sala de Aula no endereço eletrônico: <http://classroom.google.com>, no campo “Código da turma” o participante deve inserir o código “hmsccdg” e em seguida, deve clicar em “participar”. Nesse momento, o participante será direcionado ao ambiente em que encontrará primeiramente uma breve apresentação que convida a acessar o “menu de atividades”. No “menu atividades”, todo o conteúdo apresentado na oficina encontra-se dividido em dez tópicos, separados de acordo com as músicas selecionadas, com suas respectivas revisões bibliográficas.

Figura 7 - Google Sala de Aula



Fonte: Acervo do autor (2022).

4.1 QUAIS MÚSICAS FIZERAM HISTÓRIA?

As músicas selecionadas para as oficinas, foram escolhidas a partir de sua reincidência nos textos e artigos lidos, ou seja, conforme sua incidência repetitiva, bem como pelo gosto pessoal, pois além de apreciar ritmos musicais variados, tenho um forte apreço ao *Rock Nacional*.

Para elucidar os caminhos a serem desenvolvidos, o quadro abaixo apresenta as músicas utilizadas para análise:

Quadro 4 - Músicas e Redemocratização

Título da música	Intérpretes	Compositor (es)	Ano
Brasil	Cazuza	Cazuza, George Israel e Nilo Romero	1988
Comida	Titãs	Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto	1987
Geração Coca-Cola	Legião Urbana	Renato Russo	1985
Inútil	Ultraje a Rigor	Roger Moreira	1985
O Adventista	Camisa de Vênus	Marcelo Nova e Karl Hummel	1983
Desafio do Boia-fria	Tom Zé e Charles Furlan	Domínio público	1985
Balão Trágico	Premeditando o Breque com participação de Cristina Correa	Mário Manga e Dioni Moreno	1985
Homem Primata	Titãs	Sérgio Brito, Marcelo Fromer, Nando Reis, e Ciro Pessoa	1986
P da Vida	Dominó	Lúcio Dalla e Edgard Barbosa Poças	1987
Conta outra que essa foi boa	Alexandre da Imperatriz	Zé Catimba, Gabi, Davis Correia e Guga	1988

Fonte: Organizado pela autora.

As oficinas serão ofertadas de maneira 100% online e gratuita, com vistas a facilitar o acesso ao conhecimento, com postagens das dez músicas escolhidas para auxiliar os professores em seus planos de aula, atividades diárias, visando o aprendizado dos educandos e serão disponibilizadas em 3 (três) etapas (três semanas), conforme os quadros a seguir:

Quadro 5 - Semana 01

OFICINA: HISTORIA, REDEMOCRATIZAÇÃO E MUSICA	
OFICINA 01	PRIMEIRA SEMANA
LOCAL	CLASSROOM (link a ser definido)
NÚMERO DE PARTICIPANTES	INICIALMENTE PARA OS PROFESSORES DA ÁREA DE HUMANAS DA REDE MUNICIPAL DE VACARIA, APROXIMADAMENTE 21 PROFISSIONAIS.
DURAÇÃO DA OFICINA	4 HORAS
DESCRIÇÃO	<p>BREVE APRESENTAÇÃO ATRAVÉS DO TEXTO: Caros colegas, me chamo Lisiara, sou mestranda do curso de Mestrado Profissional em História e professora da Rede Municipal há 20 anos.</p> <p>Quando montei esta oficina na plataforma Google Sala de Aula, além da comodidade de estudar em casa, eu quero compartilhar meu conhecimento e também quero partilhar do conhecimento de vocês.</p> <p>Nesta oficina oferto algumas músicas brasileiras, compostas no período da Redemocratização Brasileira, com um breve levantamento bibliográfico delas, para que possamos trabalhar a música como um documento histórico em sala de aula, utilizando-a para suprir um texto na explanação de um conteúdo.</p> <p>A ideia para esta oficina vem da dificuldade que eu encontrei em trabalhar músicas em sala de aula, pois pouco temos sobre elas em nossos livros didáticos. O conteúdo da oficina será ofertado em três momentos, três semanas, nas quais vocês terão acesso à letra da música, sua revisão bibliográfica e terão um espaço para contribuir também, além de textos complementares que auxiliarão para a compreensão do período histórico. Sejam todos bem-vindos</p>
MUSICAS A SEREM TRABALHADAS	<p>Brasil e Comida: será disponibilizado a letra da música e o link com um vídeo (procurei link com o cantor original), também uma revisão bibliográfica desta, podendo mostrar ao professor uma contextualização com a opinião de alguns autores sobre a letra, auxiliando assim, na contextualização para a sala de aula, pois muitas vezes colocamos apenas nossa opinião quando utilizamos a música em aula.</p> <p>Além das músicas deixo um texto para leitura complementar: Música na Sala de Aula: Música nas aulas de História (musicanasaladeaula2008.blogspot.com), (anexo A)</p>
QUESTIONAMENTO	<p>Música Brasil: Convido para que, após a leitura da letra da música e visualização do vídeo, possamos fazer uma breve relação ao Brasil atual. Quais as diferenças e semelhanças podemos encontrar nas relações políticas atuais?</p> <p>Música Comida: façamos uma releitura da fotografia apresentada do Sociólogo Betinho: em nossas relações aluno-escola, hoje, o que podemos correlacionar? A música escrita em 1987 retrata alguma realidade vivida com a Pandemia de Covid-19?</p>
ABAIXO SEGUEM AS LETRAS DAS MUSICAS RETRATADAS NESTA OFICINA, BEM COMO SUA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.	

A primeira música selecionada foi “Brasil”, interpretada por Cazuzza, composta por Cazuzza, George Israel e Nilo Romero no ano de 1988.

Brasil⁵³

Não me convidaram
Pra esta festa pobre
Que os homens armaram
Pra me convencer
A pagar sem ver
Toda essa droga
Que já vem malhada
Antes de eu nascer
Não me ofereceram
Nem um cigarro
Fiquei na porta
Estacionando os carros
Não me elegeram
Chefe de nada
O meu cartão de crédito
É uma navalha
Brasil! Mostra tua cara
Quero ver quem paga
Pra gente ficar assim
Brasil! Qual é o teu negócio?
O nome do teu sócio?
Confia em mim
Não me convidaram
Pra esta festa pobre
Que os homens armaram
Pra me convencer
A pagar sem ver
Toda essa droga
Que já vem malhada
Antes de eu nascer
Não me sortearam
A garota do Fantástico
Não me subornaram
Será que é o meu fim?

Ver tevê a cores
Na taba de um índio
Programada
Prá só dizer “sim, sim”
Brasil! Mostra a tua cara! ...
Quero ver quem paga
Pra gente ficar assim
Brasil
Qual é o teu negócio
O nome do teu sócio
Confia em mim
Grande pátria
Desimportante
Em nenhum instante
Eu vou te trair
Não, não vou te trair
Brasil
Mostra a tua cara
Quero ver quem paga
Pra gente ficar assim
Brasil
Qual é o teu negócio
O nome do teu sócio
Confia em mim
Brasil
Mostra a tua cara
Quero ver quem paga
Pra gente ficar assim
Brasil
Qual é o teu negócio
O nome do teu sócio
Confia em mim
Confia em mim
Brasil

Os compositores retratam nessa música a realidade vivida no período histórico da Redemocratização, onde parte da população vivia excluída, à margem da sociedade, excluídos das decisões políticas do País, enquanto outra parte da população vivia em festas e luxuosamente, situação essa que já passava de geração em geração.

O intérprete Cazuzza, era filho de João Araújo, diretor da gravadora global Som Livre.

⁵³Disponível em: <https://www.letras.mus.br/cazuzza/7246/>.

Cazuza viajou a Paris pela primeira vez com dezessete anos, posteriormente decidiu morar em São Francisco, nos Estados Unidos, sendo sustentado pelo pai. Em 1979, decidiu estudar fotografia na Califórnia, de onde voltou sem o canudo e com a intenção de trabalhar como fotógrafo freelance para a gravadora RGE – a qual pertencia às Organizações Globo, também proprietária da gravadora Som Livre, onde seu pai era diretor (ENCARNAÇÃO, 2009, p. 41).

Os dados apresentados situam a trajetória inicial da carreira de Cazuza que foi vocalista da banda Barão Vermelho, seguindo carreira solo em 1985. Devido à profissão do pai, desde pequeno teve contato com canções do samba, da Tropicália e da MPB, bem como com alguns músicos do cenário brasileiro.

Segundo Encarnação (2009),

a canção é um hino, uma ode que desnuda, descortina, retira o invólucro filamentosos a face corrupta da sociedade brasileira. “Brasil” é essencialmente rock-batuque que retrata em seus 45 versos a corrupção institucionalizada; e muito do paternalismo que há no jeitinho brasileiro de viver e conseguir as coisas. [...] uma letra que retratará sobre situações antagônicas de corrupções e mazelas sociais (ENCARNAÇÃO, 2009, p. 176).

Sendo uma música referência, outros estudiosos se debruçaram sobre ela. Para Grangeia (2018, p. 386) “os versos indignados de “Brasil” retratam um país de exclusão social e falta de ética”. Cazuza a define como “um deboche sem autocompaixão, em que eu peço a pátria que conte todas as suas sacanagens”. Foi uma canção feita para o filme Rádio Pirata. Sendo usada também para acompanhar cenas de miséria⁵⁴ e encontros políticos na propaganda de Fernando Collor.

Martins (2015) também retrata a música “Brasil” em seu texto, reforçando a ideia de que a música foi escrita para o filme Rádio Pirata⁵⁵, e que a mesma mostrava a exclusão do povo dos meios políticos pois, para Cazuza, o povo estava de fora da festa armada pelos homens do andar de cima, não dando oportunidades nem futuro ao povo; havia na música uma cobrança de transparência e responsabilidade ao país, bem como uma crítica aos meios de comunicação que programavam a nação brasileira para dizer sim a tudo, mas acima de tudo a música mostrava o amor pelo Brasil.

⁵⁴Conforme dados do Censo Demográfico de 1991, a porcentagem de crianças em condições precárias de sobrevivência em vários Estados Brasileiros era bem alta, chegando a 80% das crianças nessa situação nos estados de Alagoas, Bahia, Piauí e Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv83373.pdf>.

⁵⁵Dirigido por Lael Rodrigues, o filme “Rádio Pirata” é lançado em 1987, como uma forma de mostrar a situação das rádios, que na maioria eram piratas, não oficiais, funcionavam contra as diretrizes governamentais e divulgavam tudo aquilo que a população queria ouvir. Disponível em: <http://estranhoencontro.blogspot.com/2012/05/radio-pirata.html>. Acesso em: 08/10/2021.

Considerando o contexto da época, pautado pelo desejo democrático, com a participação de vários movimentos sociais, para Silveira (2007) na música Brasil,

O teor social e político dessa música de rock, que é uma espécie de “Aquarela do Brasil” às avessas, se fixa mais pela necessidade de permanência do eu do que pela simples denúncia dos problemas da nação. Ao insistir que o Brasil “mostre sua cara”, o eu se instala com mais força e ganha a visibilidade de quem dá a cara a bater, ao fazer vir à tona aquilo que se sedimenta e envergonha a nação e registra, levando a assinatura de um único autor, o anseio e a denúncia coletivos. São formas de manter-se vivo através do registro material do sujeito: “Brasil” é uma das canções que compõem o álbum Ideologia, de 1988, época em que Cazusa lutava contra a Aids. São registros de dor e angústia de um eu fragilizado, que expande poeticamente sua fragilidade e faz da nação a metonímia do seu corpo (SILVEIRA, 2007, p. 34).

A segunda música escolhida foi “Comida” interpretada pela banda Titãs, composta por Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer, Sérgio Britto no ano de 1987.

Comida⁵⁶

Bebida é água
Comida é pasto
Você tem sede de quê?
Você tem fome de quê?
A gente não quer só comida
A gente quer comida, diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída para qualquer parte
A gente não quer só comida
A gente quer bebida, diversão, balé
A gente não quer só comida
A gente quer a vida como a vida quer
Bebida é água
Comida é pasto
Você tem sede de quê?
Você tem fome de quê?
A gente não quer só comer
A gente quer comer e quer fazer amor
A gente não quer só comer
A gente quer prazer pra aliviar a dor
A gente não quer só dinheiro
A gente quer dinheiro e felicidade
A gente não quer só dinheiro
A gente quer inteiro e não pela metade
Bebida é água
Comida é pasto

Você tem sede de quê?
Você tem fome de quê? -
A gente não quer só comida
A gente quer comida, diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída para qualquer parte
A gente não quer só comida
A gente quer bebida, diversão, balé
A gente não quer só comida
A gente quer a vida como a vida quer
A gente não quer só comer
A gente quer comer e quer fazer amor
A gente não quer só comer
A gente quer prazer pra aliviar a dor
A gente não quer só dinheiro
A gente quer dinheiro e felicidade
A gente não quer só dinheiro
A gente quer inteiro e não pela metade
Diversão e arte
Para qualquer parte
Diversão, balé
Como a vida quer
Desejo, necessidade, vontade
Necessidade, desejo, eh
Necessidade, vontade, eh
Necessidade

⁵⁶Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/titãs/91453/>.

A música nos retrata não só o momento econômico que o país passa, onde o alto índice de inflação faz com que a maioria da população não tenha poder de compra, mas também o pouco caso que o governo faz com essa situação, demonstrando não só a necessidade por comida, mas também por lazer, educação e cultura, que além de recreativos, são também requisitos para um avanço social.

Assim entende Martins (2015, p. 105) “que a música “Comida” demonstra que o Brasil também precisava garantir liberdades, assegurar direitos, promover a cultura, proteger minorias e combater discriminações”.

Para Encarnação (2009, p. 172) “a canção é um hino dos anseios por educação, cultura, lazer, arte”, podendo ser usada tanto para manifestações políticas, quanto para campanhas sociais.

A música pede liberdade, reivindica ao governo mais que o mínimo, é necessário mais que água para a sobrevivência e, dessa forma, uma melhoria em toda condição financeira da população, pois somente assim o poder de compra poderia existir.

Martins (2015, p. 104) enfatiza que a música “Comida” apresentou contribuições para um programa de redemocratização do país e, por tabela, para a Constituinte, que começou seus trabalhos em 1987”⁵⁷.

Os Titãs cederam a canção para a campanha “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, organizada pelo sociólogo Herbert José de Souza, o Betinho (MARTINS, 2015). Campanha essa que auxiliou muitos brasileiros em situação de miséria a ter o mínimo de comida na mesa, auxiliando também na estimulação para a participação cidadã na construção e melhoria das políticas públicas sociais.

⁵⁷A Constituição de 1988 foi resultado da **Assembleia Constituinte** empossada em 1987 e composta por 559 membros, eleitos no ano de 1986, iniciativa essa do governo de Sarney. Seu texto final foi promulgado por **Ulysses Guimarães**, o presidente da Constituinte, e é considerado bastante avançado em relação às questões sociais e garantias das liberdades individuais. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/constituicao-1988.htm>. Acesso em 08/10/2021

Figura 8 - Sociólogo Herbert de Souza, Betinho



Fonte: Disponível em: <https://www.acaodacidadania.org.br/nossa-historia>. Acesso em: 15/12/2021.

A música nos mostra que as necessidades do povo vão além da comida, não são só físicas, mas também culturais, de sabedoria. “É claro que homens e mulheres precisam de comida, mas também de diversão, arte, balé, amor, prazer e uma “saída para qualquer parte” (Martins, 2015, p. 105).

“Comida” reivindica também pela garantia de liberdades, direitos, promovendo a cultura, protegendo minorias e combatendo a discriminações (MARTINS, 2015). A canção é um grito, uma lista de reivindicações que desejam “inteiro e não pela metade” (ENCARNAÇÃO, 2009, p. 173).

Quadro 6 - Semana 02

OFICINA: HISTORIA, REDEMOCRATIZAÇÃO E MUSICA	
OFICINA 02	SEGUNDA SEMANA
LOCAL	CLASSROOM (link a ser definido)
DURAÇÃO DA OFICINA	4 HORAS
NUMERO DE PARTICIPANTES	INICIALMENTE PARA OS PROFESSORES DA AREA DE HUMANAS DA REDE MUNICIPAL DE VACARIA, APROXIMADAMENTE 21 PROFISSIONAIS.
DESCRIÇÃO	Apresentação da música (letra) bem como de um link para o vídeo da música. Também apresento uma revisão bibliográfica sobre a música, com alguns autores, bem como um espaço para contribuições ou questionamentos.
MÚSICAS A SEREM TRABALHADAS	Geração Coca-Cola, Inútil, O Adventista e Desafio do Boia Fria: será disponibilizado a letra da música e o link com um vídeo (procurei link com o cantor original), também uma revisão bibliográfica desta, podendo mostrar ao professor uma contextualização com a opinião de alguns autores sobre a letra, auxiliando assim, na contextualização para a sala de aula, pois muitas vezes colocamos apenas nossa opinião em jogo quando utilizamos a música em aula.
QUESTIONAMENTOS	<p>Questões para discussão nos comentários:</p> <p>Geração Coca-Cola: Após a leitura da letra da música e visualização do vídeo, sugiro que assistam ao documentário “Obsolescências Programadas”, no link a seguir, para posterior discussão: https://www.youtube.com/watch?v=pSPeuUOJqzI</p> <p>Agora vamos retomar a música, questionando quais aspectos podemos aproximá-la do documentário quando tratamos do Capitalismo.</p> <p>Texto sugestão (pode ser usado em sala de aula): https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/neoliberalismo-1.htm.</p> <p>(Anexo B)</p> <p>Inútil: Nessa música podemos ver o quanto alienado o jovem estava, sentindo-se inútil em todos os sentidos. Qual o papel do professor para não termos alunos com esse sentimento ou nessa situação?</p> <p>O Adventista: Seria possível, ao professor de História, utilizar a música para iniciar uma conversa sobre religiões?</p> <p>Desafio do Boia Fria: Além do período de Redemocratização, quais outros conteúdos podem ser trabalhados a partir dessa música?</p>
ABAIXO SEGUEM AS LETRAS DAS MÚSICAS RETRATADAS NESTA OFICINA, BEM COMO SUA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.	

A terceira música escolhida foi “Geração Coca-Cola”, interpretada pela banda Legião Urbana e composta por Renato Russo no ano de 1985.

Geração Coca-Cola⁵⁸

Quando nascemos fomos programados
 A receber o que vocês
 Nos empurraram com os enlatados dos
 Usa, de 9 às 6

Desde pequenos nós comemos lixo
 Comercial e industrial
 Mas agora chegou nossa vez

⁵⁸Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/legiao-urbana/geracao-coca-cola.html>.

Vamos cuspir de volta o lixo em cima de
você

Somos os filhos da revolução
Somos burgueses sem religião
Somos o futuro da nação
Geração Coca-Cola
Geração Coca-Cola
Geração Coca-Cola
Geração Coca-Cola

Depois de vinte anos na escola
Não é difícil aprender
Todas as manhas do seu jogo sujo
Não é assim que tem que ser?

Vamos fazer nosso dever de casa
E aí então, vocês vão ver
Suas crianças derrubando reis
Fazer comédia no cinema com as suas leis

Somos os filhos da revolução
Somos burgueses sem religião

Somos o futuro da nação
Geração Coca-Cola
Geração Coca-Cola
Geração Coca-Cola
Geração Coca-Cola

Depois de vinte anos na escola
Não é difícil aprender
Todas as manhas do seu jogo sujo
Não é assim que tem que ser?

Vamos fazer nosso dever de casa
E aí então, vocês vão ver
Suas crianças derrubando reis
Fazer comédia no cinema com as suas leis

Somos os filhos da revolução
Somos burgueses sem religião
Somos o futuro da nação
Geração Coca-Cola
Geração Coca-Cola
Geração Coca-Cola
Geração Coca-Cola

Essa canção já era cantada por Renato Russo em fins de 1970⁵⁹ e foi registrada pela banda Legião Urbana.

Para Demarchi (2019) a letra de “Geração Coca-Cola” está em um contexto em que os movimentos culturais da juventude e toda a sua carga simbólica de contestação têm, nas portas abertas do mercado, sua concretização enquanto bem de consumo oferecido a todas as parcelas da população. É o mesmo entendimento de Grangeia (2011, p. 46), quando diz que a música “se tornaria um hino contra o consumismo e alienação”.

A canção apresenta uma crítica sobre o consumismo, mostrando a influência norte-americana, demonstrando que a nova geração não possuía qualquer vínculo com a identidade do Brasil.

Os Estados Unidos sofrem nos anos 1970 uma grave crise econômica, com grande desvalorização de sua moeda e consegue se reerguer a partir de 1979, tornando o dólar a moeda mais valorizada, até mesmo que o marco alemão (CORTEZ; CARVALHO; CUNHA, 2015).

⁵⁹No ano de 1970 a Ditadura Militar no Brasil estava bem fortalecida, o ato institucional de número 5 (AI-5) tornou o regime uma indiscutível ditadura, reabriu a temporada de punições e serviu de base para a montagem dos aparatos que constituíram a repressão política (FICO, 2015).

Dessa forma, grande foi a valorização aos produtos norte-americanos, marcando influência principalmente no Brasil, um país em que os jovens tentam reafirmar suas identidades.

Conforme Oliveira (2014, p. 46) “é uma geração urbana, que convive com a cultura nacional e a importada (a Coca-Cola é um símbolo da economia americana), ao mesmo tempo”. Para ela a música critica a geração descrita, pois é quase um robô, programada para consumir aquilo que os americanos (líderes do mercado) querem: industrializados, enlatados.

Esclarecidos, estes jovens passaram 20 anos na escola. Depois de tantos anos, já entenderam o que é bom e o que é ruim, compreenderam que o “terceiro mundo” recebe muita coisa que é lixo, que é prejudicial à saúde humana e ambiental. Não é possível ficar calado, impassível diante desta realidade, é preciso devolver, pagar na mesma moeda, tudo que esta “cultura moderna” empurrou aos subdesenvolvidos (OLIVEIRA, 2014, p. 46).

Embasado nesse mesmo pensamento, Demarchi (2019) diz que a discrepância entre os passos da democratização e a vontade de liberdade do cidadão redimensiona uma memória histórica recente, para um vazio que começa a ser preenchido com os gestos que apontam para uma sociedade do espetáculo, dos produtos pasteurizados da indústria cultural e da política de globalização. E não é isso que a população quer, chega de imposições, não será mais dessa forma que aceitarão a sociedade.

Pensando nisso, as músicas escritas nesse período de Redemocratização, mudança social, onde a Ditadura Militar e os excessos repressivos deixam de fazer parte da sociedade, são consideradas como protestantes, ou seja, querem mostrar através da arte toda injustiça vivida e mudar essa situação. Pois, através de um grande público reivindicando, as melhorias acontecem.

Oliveira (2014), salienta o fato de que os filhos da revolução não podem ser silenciosos, não podem se calar diante da realidade de submissão. Por isso, a banda Legião Urbana, durante a canção, utiliza-se de versos gritados, como uma tentativa de ser ouvida, apesar do barulho existente na sociedade urbano-industrial da época.

A quarta música escolhida foi “Inútil”, interpretada pela banda Ultraje a Rigor, composta por Roger Moreira, no ano de 1985.

Inútil⁶⁰

(vô cantar tudo de novo, ô ?!)

A gente não sabemos Escolher presidente
 A gente não sabemos Tomar conta da gente
 A gente não sabemos Nem escovar os dente
 Tem gringo pensando Que nós é indigente...
 "Inúteu"! A gente somos "inúteu"!
 "Inúteu"! A gente somos "inúteu"!
 A gente faz carro E não sabe guiar
 A gente faz trilho E não tem trem pra botar
 A gente faz filho E não consegue criar
 A gente pede grana E não consegue pagar...
 "Inúteu"! A gente somos "inúteu"!
 A gente faz música E não consegue cantar
 A gente escreve livro E não consegue publicar
 A gente escreve peça E não consegue encenar
 A gente joga bola E não consegue ganhar...
 "Inúteu"! A gente somos "inúteu"!
 "Inúteu"! A gente somos "inúteu"!
 "Inúteu"! "Inúteu"! "Inúteu"! Inú! inú! inú...

A palavra “Inútil” é descrita como algo sem utilidade, desnecessário ou então “pessoa que não faz nada”⁶¹ e realmente é esse o sentido da palavra encontrada na música, cantada pela banda Ultraje a Rigor, da inutilidade em vários sentidos e ocasiões, ou seja, ser inútil em tarefas simples, como escovar os dentes, até tarefas mais importantes como a criação de um filho.

Conforme Encarnação (2009, p. 154) a música “Inútil” “foi encarada pela crítica como a música com melhor diagnóstico sobre a situação da juventude e do povo desse país nos últimos 20 anos”. Visto que a geração anterior foi criada na Ditadura Militar, convivendo diariamente com a censura e repressão, não podendo expor publicamente sua opinião, não sendo assim um ser crítico.

Os versos de “Inútil”, são marcados pela linguagem popular, explicitando em seus versos a falta de capacidade em fazer, escolher e decidir, retrata alguém inútil, que não sabe seguir as regras da sociedade, que não faz nada por inteiro, sempre fica uma brecha em seus afazeres.

⁶⁰Disponível em: <https://www.diariofm.com.br/letras/ultraje-a-rigor/inutil>.

⁶¹Saraiva Jovem: dicionário da língua portuguesa ilustrado. São Paulo: Saraiva, 2010.

Segundo Grangeia (2018, p. 370), “canções como “Inútil” explicitaram anseios e frustrações de tantos, com originalidade e clareza provando como o *Rock*, enquanto música popular, cumpriu a função moderna da arte quanto à recepção e comunicação direta, intensa e imediata”.

Lançada em 1983, pela banda Ultraje a Rigor, ela não teve sucesso de imediato, mas tornou-se a versão roqueira da campanha das Diretas-já. Com esse mesmo pensamento, Grangeia (2011, p. 49) diz que “Inútil” marcou o verão-outono de 1984, sendo a maior manifestação popular do país, nas campanhas Diretas Já, estando presente em comícios com seus irônicos versos.

Segundo o autor, Roger Moreira, a inspiração para composição da música, veio de casa, pois como apresentava dificuldades nas aulas de arquitetura, o pai costumava chamá-lo de inútil (ENCARNAÇÃO, 2009).

O autor também demonstrava que estava atento às mazelas do Brasil, na importância do momento político, que era da Redemocratização.

O verso “ a gente não sabemos escolher presidente” é um retrato da juventude e do povo brasileiro, que reprimidos pela ditadura militar, não tinham o hábito, exercício, a prática, a experiência do sufrágio universal para o mais alto cargo mandatário da nação (ENCARNAÇÃO, 2009, p. 155).

Além da inutilidade em escolher presidente ou das dificuldades em sala de aula, podemos destacar também um grande complexo de inutilidade no alto índice de desemprego que o período nos traz. Este índice de desempregados é fruto de várias questões: políticas de ajuste, com restrição da oferta monetária e adoção de um programa econômico orientado à obtenção de superávits nas suas balanças comerciais; estagnação econômica que deu início a um processo de desestruturação do mercado de trabalho, caracterizado pelo aumento da informalidade, diminuição da capacidade de geração de novos empregos regulares, queda no poder aquisitivo dos salários, aumento da subutilização da força de trabalho, entre outros (AMORIM, 2005).

O título da música a seguir nos remete a um tema mais religioso, visto que “adventista” refere-se a um seguidor da doutrina Adventista, uma religião, não parecendo que a música será de protesto ou contestação, mas ao contrário, ela manifesta a desilusão a uma única crença, ou seja, acredita-se em todos, instituições, pessoas, abstratos, todos são confiáveis, mesmo que debochadamente, pois não há como confiar unicamente em alguém, até mesmo o governo, que

deveria ser mais confiável, conseguiu enganar a população. A quinta música foi interpretada pela banda Camisa de Vênus, composta por Marcelo Nova e Karl Hummel no ano de 1983.

O adventista⁶²

Eu acredito no bem e no mal
 Eu acredito no imposto predial
 Eu acredito, eu acredito
 Eu acredito nos livros da estante
 Eu acredito em Flávio Cavalcante⁶³
 Eu acredito, eu acredito
 Não vai haver amor neste mundo nunca mais
 Eu acredito no seu ponto de vista
 Eu acredito no Partido Trabalhista
 Eu acredito, eu acredito
 Eu acredito em toda essa cascata
 Eu acredito no beijo do papa
 Eu acredito, eu acredito
 Não vai haver amor neste mundo nunca mais
 Eu acredito em quem anda com fé
 Eu acredito em Xuxa⁶⁴ e em Pelé⁶⁵
 Eu acredito, eu acredito
 Eu acredito na escada pro sucesso
 Eu acredito na ordem e no progresso
 Eu acredito, eu acredito
 Não vai haver amor neste mundo nunca mais

⁶²Disponível em: <https://www.letras.mus.br/camisa-de-venus/44809/>.

⁶³“Seu nome é Flávio Antônio Barbosa Nogueira Cavalcanti. Ele nasceu no Rio de Janeiro a 15 de janeiro de 1923. Começou, aos 22 anos, a trabalhar no Banco do Brasil. Mas os mesmo tempo, estreou como repórter no jornal carioca “A Manhã”. Começou também a compor e influenciou muito nas tendências musicais. Seu primeiro programa foi “Discos Impossíveis”. Na Rádio TUPI. Em 1951 compôs “Mancha de Baton”, que foi gravada pelo conjunto: “Os Cariocas”. Em 1952, na Rádio Mayrink Veiga do Rio de Janeiro, seu programa fazia sucesso. Em 1968 realizou o programa: “A Grande Chance” em Portugal. Em 1970 lançou: “Programa Flávio Cavalcanti” na TV TUPI do Rio. Seu programa foi suspenso pela censura militar. Em 1976 reeditou “Um Instante, Maestro”, na TVS do Rio. Em 1977 esteve na Rádio Mulher em São Paulo, com um programa diário. Em 1978 novamente fez: “Programa Flávio Cavalcanti” na TV TUPI carioca. Em 1982 foi para a TV Bandeirantes de São Paulo, fazendo o programa “Boa Noite, Brasil”. Em 1983, no S.B.T de São Paulo fez o “Programa Flávio Cavalcanti”. In: <http://biografias.netsaber.com.br/biografia-4447/biografia-de-flavio-cavalcanti>. Acesso em 28/12/2021.

⁶⁴Maria das Graças Xuxa Meneghel (1963) nasceu em Santa Rosa, no Rio Grande do Sul. O nome “Xuxa” foi criado pelo seu irmão Bladimir. É apresentadora de TV, cantora e empresária brasileira. É umas das apresentadoras de televisão mais longevas e bem-sucedidas do Brasil. Nos anos 80, Xuxa viveu o seu auge, tanto pelo programa infantil “Xou da Xuxa” como pelas músicas que cantou e que fizeram grande sucesso. In: https://www.ebiografia.com/xuxa_meneghel/ Acesso em 28/12/2021.

⁶⁵Pelé (1940) é um ex-jogador brasileiro de futebol. Conhecido como “Rei Pelé”, encantou o mundo com seus dribles e passes. Foi designado o Embaixador Mundial do Futebol. Foi eleito o “Atleta do Século”. Levou o Santos Futebol Clube, onde atuou por mais de duas décadas, a ganhar mais de quarenta títulos. Foi artilheiro da Taça Brasil, da Taça Libertadores e do Torneio Rio São Paulo. Fez sua estreia na Seleção Brasileira com apenas 17 anos, incompletos, onde só se despediu em 1971. Foi Ministro dos Esportes entre os anos de 1995 e 1998. In: <https://www.ebiografia.com/pelé/>. Acesso em: 28/12/2021.

Eu acredito que o amor atrai
 Eu acredito em mamãe e papai
 Eu acredito, eu acredito
 Eu acredito no Cristo que padece
 Eu acredito no INPS
 Eu acredito, eu acredito
 Não vai haver amor neste mundo nunca mais
 Eu acredito no milagre que não vem
 Eu acredito nos homens de bem
 Eu acredito, eu acredito
 Eu acredito nas boas intenções
 Mas este papo já encheu os meus culhões
 Eu não acredito, eu não acredito

Conforme Encarnação (2009, p. 141) “a música mostra a desilusão com o futuro, a não expectativa de anos vindouros, além do título remeter a uma doutrina, revela no fundo uma ironia, um tom sarcástico, uma descrença inspirada no lema punk”. Também demonstra a falta de crença nas instituições, personalidades e partidos.

O Adventista”, pincela um esboço do sentimento e da ótica, via canções roqueiras, de uma parcela de jovens de classe média urbana, dos “filhos da ditadura”, sobre o processo de redemocratização política brasileira. Entre o fim dos dias de uma ditadura militar, que ficou no poder por vinte anos e os mancos passos da Nova República, que contou com expoentes da ditadura militar, como o presidente da República da época, José Sarney, um grupo de roqueiros cantava as desilusões, a desesperança, a descrença com a política, políticos, revolução, utopias, com o engajamento político, com a situação social e econômica do país (ENCARNAÇÃO, 2009, p. 143).

Para Martins (2015, p. 87), “o adventista é uma versão de *I Believe*, da banda *Buzzcocks*⁶⁶.

Na versão baiana ela é uma crítica escrachada a alguns símbolos da cultura *Pop* do Brasil na época.

Com o anúncio do Plano Cruzado, a música ganha uma nova versão, que foi premonitória, pois menos de um ano após, o Plano fracassou, deixando o prestígio de Sarney na lona, e a credibilidade da Nova República vai por água abaixo.

⁶⁶*BUZZCOCKS* é uma das bandas *punk* britânicas definitivas, formada em Bolton, em 1976, pelo somente guitarrista, Pete Shelley, ao lado do vocalista Howard Devoto. Além de ser uma banda definidora da era *punk rock*, eles também são uma banda seminal dentro da tradição inglesa de Manchester. A música *I Believe* apresenta uma produção mais completa e marca uma virada um pouco mais sombria para os ícones do *punk*. Shelley fala em se apoiar nas suas crenças pessoais e explicando sarcasticamente a sua crença no “*pecado original*” e “*na solução final*”, aumentando a sua dor nas mãos do mundo contemporâneo. A música é magnificamente lastreada pelo refrão vocal principal: “*Não há mais amor neste mundo*”, resumindo perfeitamente o sentimento de Shelley. <https://www.rockinthehead.com/single-post/buzzcocks-top-10-melhores-m%C3%BAasicas-da-banda>. Acesso em 12/10/2021.

A sexta música retrata o período de 1976 a 1980, quando acontece uma desaceleração na economia com aumento de inflação, gerando um decréscimo de produção, o que leva a uma profunda crise econômica e posterior crise política.

Esse quadro faz dos anos 80 um período marcado fortemente pelas greves; essas estavam espalhadas por todos os setores da sociedade, operários, médicos, motoristas, funcionários públicos, todos protestavam contra demissões em massa e baixos salários (SEINO; ALGARVE; GOBBO, 2013).

Essas lutas sociais fortalecem-se no Brasil e são construídas com muita luta ao longo desse período, organizando-se, para cada vez menos depender da direção do Estado. Esse conjunto de crises urbanas (greves, crise econômica) coloca em xeque o regime ditatorial e forma de Estado (da SILVA, 1994) e com isso a necessidade da Abertura Política. Assim o novo governo pós-abertura inicia o processo de recuperação econômica e baixa da inflação com uma reforma monetária: o Plano Cruzado. O Cruzeiro, moeda atual, seria substituída pela nova moeda, o Cruzado⁶⁷. A música é Interpretada por Tom Zé e Charles Furlan, composta por Domínio Público, no ano de 1985.

Desafio do Boia-fria⁶⁸

Patrão:

Meus senhores, vou lhes apresentar
uma gente não sei de que lugar,
uma coisa que imita a raça humana:
eis aqui o trabalhador da cana.

Pois agora eles só querem falar
em direitos e leis a registrar,
imagine a confusão que dá!

Eu explico pra eles a tarde inteira
esse tal de registro na carteira
atrapalha, é burrice, é besteira.

Boia-fria:

Mas o traquejo da lei e do direito
não degrada quem dele se apetece
pois enquanto se nutre de respeito
é o trabalhador que se enobrece.

Além disso quem chega-se à virtude
e da lei se aproxima e se convém
tá mostrando ao patrão solicitude
por querer o que dele advém.

Desse modo o registro na carteira
será nossa causa verdadeira.

Patrão:

Mas que raça de gente muquirana
me saiu esse trabalhador da cana!
ignora que a lei e a justiça
é da autoridade submissa
e quando jegue se mete a gato mestre
vai um pé pr'oeste e outro pro leste.

E assim no seu tema predileto
o diabo já passa por diletto

⁶⁷O Plano Cruzado previa que hipotecas e aluguéis seriam congelados por um ano, o salário-mínimo seria reajustado pelo seu valor médio nos últimos seis meses, haveria reajustes salariais sempre que a inflação chegasse a 20%, trabalhadores teriam liberdade de negociar seus aumentos adicionais, criou-se o seguro-desemprego, a política de taxas cambiais sofreria alterações (SKIDMORE, 1988).

⁶⁸Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/tom-ze/desafio-do-boia-fria.html>.

com esse tal de registro na carteira
que atrapalha, é burrice, é besteira.

Boia-fria:

Da justiça e da lei quem se aproxima
tá louvando o que vem de lá de cima
mas o luxo, o palácio, o desperdício
é com Deus que se ajusta cada vício.

Sei que a nossa caneta é o machado
mas poetas da popularidade
com sonetos e versos caprichados
já disseram por nós lá na cidade:

Que lutar por registro na carteira
será nossa causa verdadeira.

Patrão:

Não me traga cantores de protesto,
eta raça de gente que eu detesto,
só de ouvir este nome de política
eu já fico agastado e com azia,

sinto dores, a febre me arrepia
tenho a tosse, a maleita e a raquítica,
pelo campo é o voto, a abertura,
já não tem mais pureza a criatura

com esse tal de registro na carteira
que atrapalha, é burrice, é besteira.

Boia-fria:

Pois pra mim você tá é misturando
ter pureza com ser ignorante
tá chamando a burrice de elegante
a boeira mental advogando.

Se eu estudo é lutando na peleja
da maneira de a vida melhorar
e com isso não vou abandonar
a pureza da alma sertaneja.

Desse modo o registro na carteira
será nossa causa verdadeira

A canção não só retrata as diferenças sociais, mas também aponta para a falta de perspectivas de mobilidade social (LIMA, 2011).

A carteira assinada, ou registro em carteira do trabalhador, é um fator importante para a vida trabalhista, pois insere o trabalhador não só no contexto do trabalho, mas com direitos sociais e trabalhistas garantidos, como Fundo de Garantia, aumentos salariais baseados em dissídios sindicais, aliciaimento a sindicato trabalhista, dentre outros direitos que só podem ser garantidos após esse registro funcional.

Mas esse registro funcional, além de dar garantias e créditos ao empregado, traz para o empregador alguns débitos, e podemos claramente ver na letra da música acima que há uma resistência por parte do empregador. Pensando por esse ponto de vista, é uma questão que ocorre há anos, não apenas nesse período em que a música é escrita e lançada.

Conforme Nery (2015) a música *Desafio de um Boia-fria*,

Sonoramente, trata-se de um desafio estruturado através de viola caipira, enquanto que na letra ocorre uma disputa argumentativa sobre os direitos trabalhistas dos canavieiros entre dois personagens: o patrão, representado pelo músico baiano, e o boia-fria (NERY, 2015, p.10).

Para Lima (2011), nessa música a luta de classes está explícita, com argumentações do boia-fria e do patrão, respectivamente requisitando e negando o registro da atividade em

carteira. Afirma Nery (2015), que o boia-fria sertanejo se mantém firme e forte na defesa de seus direitos, apesar de ser considerado ingênuo por isso.

Essa música foi uma das canções de maior sucesso no show “No Jardim da Política”⁶⁹, em 1985, mas lançada em disco somente em 1998 (MARTINS, 2015).

Lima (2011, p. 150) salienta “que as canções podem dar voz a sentimentos e ações que nem sempre seriam explicitados na prática social (despedir e xingar o patrão), configurando-se, então, como uma válvula de escape”, não só retratando as diferenças sociais, mas também apontando para a falta de perspectivas de mobilidade social. Se em algumas canções, o trabalho apresenta-se como meio de melhoria de vida, em outras o trabalhador não tem motivos para acreditar que a vida pode, um dia, melhorar.

Quadro 7 - Semana 03

Continua.

OFICINA: HISTÓRIA, REDEMOCRATIZAÇÃO E MÚSICA	
OFICINA 03	TERCEIRA SEMANA
LOCAL	CLASSROOM (link a ser definido)
NÚMERO DE PARTICIPANTES	INICIALMENTE PARA OS PROFESSORES DA ÁREA DE HUMANAS DA REDE MUNICIPAL DE VACARIA, APROXIMADAMENTE 21 PROFISSIONAIS
DURAÇÃO	4 HORAS
DESCRIÇÃO	Oferta da música (letra) bem como de um link para o vídeo da música. Também oferto uma revisão bibliográfica sobre a música, com alguns autores, bem como um espaço para contribuições, questionamentos, dispor de outras opiniões.
MÚSICAS A SEREM TRABALHADAS	Balão Trágico, Homem Primata, P da Vida e Conta outra que essa foi boa: será disponibilizado a letra da música e o link com um vídeo da música (procurei link com o cantor original), também uma revisão bibliográfica dessa, podendo mostrar ao professor uma contextualização com a opinião de alguns autores sobre a letra, auxiliando assim, na contextualização para a sala de aula, pois muitas vezes colocamos apenas nossa opinião em jogo quando utilizamos a música em aula.
QUESTIONAMENTOS	Para iniciar a última oficina convido vocês a ler o conto a seguir de Moacyr Scliar: https://www.recantodasletras.com.br/redacoes/5328177 (Anexo C) Muito falamos em cidadania e em todas as músicas tratadas nas oficinas, a cidadania está presente, demonstrando um anseio dos cantores e compositores do Período da Redemocratização. Para este último encontro será solicitado a cada participante que poste nos comentários do Google Sala de Aula, como atividade final uma nuvem de ideias, retratando a cidadania em seu cotidiano, em suas atividades diárias.

⁶⁹ O show “No Jardim da Política” tem esse nome por ser um show ao vivo, no qual Tom Zé apresenta suas composições, presentes no LP que leva o mesmo nome, no ano de 1985 no Teatro Lira Paulistana.

	Também deixo como sugestão de leitura para esta oficina dois textos, que podem ser encontrados nos links abaixo: https://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/contos-avenida-da-legalidade-e-da-democracia-1.315394 (Anexo D) https://www.geledes.org.br/maravilha/ (Anexo E)
ABAIXO SEGUEM AS LETRAS DAS MÚSICAS RETRATADAS NESTA OFICINA, BEM COMO SUA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.	

Como sétima música, temos Balão Trágico, interpretada por Premeditando o Breque (Premê), com a participação de Cristina Correa, composta por Mário Manga e Dioni Moreno, o ano de 1985.

Balão Trágico⁷⁰

O meu pai desempregado
 Minha mãe arrumadeira
 Minha avó esclerosada
 Meu avô na bebedeira
 Minha irmã de onze anos
 Já tá esperando nenê
 Tem mais quatro que não estudam
 Tão roubando pra comer
 Refrão:
 A vida é tão linda
 A vida é tão bela
 Eu e meus amiguinhos
 Vivendo na favela
 Tomando banho de poça, ça, ça
 Pedindo um troco no sinal. sinal
 Dormindo num chão batido
 Enroladinho num jornal
 Lá no meu barraco tem
 Água encanada - não
 Privada e pia - não
 Sofá e cadeira - não
 Café e bolacha - não
 Porque eu só como uma vez por dia
 Cinco dias por semana

Não, porque eu só como uma vez por dia
 Eu só como uma vez.
 Na nossa escola não tem professora
 Nossa merenda é roubada todo dia
 e quando estoura um cano d'água
 Tudo vira uma piscina
 Viver na favela é uma alegria
 É uma alegria!
 Eu não tenho roupinha
 Não tenho brinquedo
 Tenho muitos bichinhos de estimação
 São cinco baratinhas
 Dezoito pulguinhas e um ratinho doente
 Chamado Sebastião
 Refrão
 Oh! Denilson o que você fez rapaz, você
 tá louco, calma rapaz
 - Vai lá agora e canta você
 - Não: tenho vergonha
 - Vai lá e canta
 - Tá bom. A vida é tão linda, a
 vida é tão bela, eu e meus amiguinhos
 vivendo na favela, ou! ou!

A música, ironicamente, tem o objetivo de denunciar a vida precária das favelas paulistas, descritas pelas palavras de uma menina, ambiente vivenciado por ela.

Nos anos de 1980, os movimentos sociais urbanos eram expressivos, buscando melhores condições de abastecimento, atendimento médico e urbanização. Havia também, nas favelas a

⁷⁰Disponível em: <https://www.letras.mus.br/premeditando-breque-preme/381585/>.

necessidade de melhoramentos urbanos e da legalização da posse dos terrenos onde estavam os “barracos” (SEINO; ALGARVE; GOBBO, 2013). Além das precárias condições das favelas, os índices de pobreza estavam elevados, conforme dados do IPEA de 2006, utilizados por Grangeia (2011), a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza era de 40,84% em 1981 e de 26,45% em 1986 com o Plano Cruzado, encerrando a década de 1990 com 41,99%, mostrando que a população estava muito prejudicada frente à economia do país, que mesmo com o novo plano econômico, não resolveu a questão da pobreza.

Para Martins (2015) a música *Balão Trágico*, é uma cópia irônica do *Balão Mágico*, programa de televisão infantil, que fazia enorme sucesso nos anos de 1983 a 1986, onde o grupo paulistano “*Premeditando o Breque*”, mostrou outro mundo, onde nem tudo era azul: nas favelas as crianças eram obrigadas a conviver com a fome, o desemprego, a sexualidade precoce, o alcoolismo, a falta de infraestrutura, a sujeira e as escolas precárias. Mesmo pensamento de Tarso (2016):

Em “*Balão Trágico*” o grupo nos lembra com o humor de sempre e sem nunca perder a consciência que, paralelo àquele mundo de sonhos do *Balão Mágico*, existem também crianças sem futuro. Desempregados, jovens e velhos sem nenhum futuro no Brasil daquela época, e parece que de hoje também (TARSO, 2016).

“*Balão Trágico*” é a caricatura sonora dessa realidade que se perpetua desde os anos da Ditadura (CLEMENTE, 2016).

A Turma do *Balão Mágico* foi alvo na paródia “*Balão Trágico*”, do grupo *Premeditando o Breque*. Ao invés da infância edulcorada, a personagem principal acabava morrendo de bala perdida no final da canção e substituída nos vocais pelo policial que a matou. A música nos parece muito atual, pois ainda convivemos com a difícil realidade das favelas, com o constante confronto entre policiais e bandidos, nos quais a população desses locais acaba prejudicada.

E já que falamos em infância difícil e comunidades carentes, como oitava música trazemos “*Homem Primata*”, que retrata uma sociedade nada evoluída. Interpretada pela banda *Titãs* e composta por Sérgio Brito, Marcelo Fromer, Nando Reis e Ciro Pessoa, no ano de 1985.

Homem primata⁷¹

Desde os primórdios
Até hoje em dia
O homem ainda faz

O que o macaco fazia
Eu não trabalhava
Eu não sabia

⁷¹Disponível em: <https://www.diariofm.com.br/letras/titas/homem-primata>.

Que o homem criava
E também destruía...

Homem Primata
Capitalismo Selvagem
Oh! Oh! Oh!...(2x)

Eu aprendi
A vida é um jogo
Cada um por si
E Deus contra todos
Você vai morrer
E não vai pro céu
É bom aprender
A vida é cruel...

Homem Primata
Capitalismo Selvagem
Oh! Oh! Oh!...(2x)

Eu me perdi
Na selva de pedra
Eu me perdi
Eu me perdi...

"I'm a cave man
A young man
I fight with my hands
(With my hands)
I am a jungle man
A monkey man
Concrete jungle!
Concrete jungle!"

Desde os primórdios
Até hoje em dia
O homem ainda faz
O que o macaco fazia
Eu não trabalhava
Eu não sabia
Que o homem criava
E também destruía...

Homem Primata
Capitalismo Selvagem
Oh! Oh! Oh!...(2x)

Eu aprendi
A vida é um jogo
Cada um por si
E Deus contra todos
Você vai morrer
E não vai pr'o céu
É bom aprender
A vida é cruel...

Homem Primata
Capitalismo Selvagem
Oh! Oh! Oh!...(2x)

Eu me perdi
Na selva de pedra
Eu me perdi
Eu me perdi
Eu me perdi
Eu me perdi...

A música “Homem Primata” foi composta por Sérgio Brito, Marcelo Fromer, Nando Reis e Ciro Pessoa em 1985, considerado como o ‘ano que não acabou’ devido a vários fatos importantes ocorridos, como a morte do primeiro presidente não militar na retomada da democracia⁷².

A música “Homem Primata” nos remete ao homem sem noção de coletividade, de vida em sociedade, perdido dos valores morais, retratando um homem das cavernas, que agia instintivamente, caçava para ter comida, vivendo por si. Mesmo pensamento que nos reforça

⁷²O primeiro militar não militar eleito após 1964 é Tancredo Neves, eleito pela aliança Democrática (união do PMDB com Frente Liberal). Sua eleição é de forma indireta, pois com a rejeição da emenda Dante de Oliveira, não foi possível a eleição direta com voto popular. Infelizmente, Tancredo tem uma grave doença que o impediu de tomar posse horas antes da data marcada. Morre dias após a intimação e seu vice-presidente José Sarney assume a presidência da República Brasileira (SKIDMORE, 1988).

Pimentel e Cunha Neto (2012, p. 5): “essa perda dos valores de respeito e moral remonta ao que entendemos pelo homem das cavernas: a criatura que agia instintivamente, que tinha que caçar para ter sua própria comida ou seja, cada um por si”.

Também podemos notar a competição capitalista precoce da época, uma forma primitiva e predatória do sistema econômico, que está presente na vida de todos, travando quedas de braço diárias, na tentativa de eleger quem é o mais forte, pois somente assim poderá sobreviver nessa “Selva de Pedra” (PIMENTEL; CUNHA NETO, 2012).

Martins (2015) também reforça

a visão capitalista da música, comunicando um conceito complexo de Marx, o da destruição criativa do capitalismo, que o capitalismo se apresenta como um sistema cruel onde não há esperanças para o homem, nem mesmo com intervenção divina (MARTINS, 2015, p.78).

A música da banda Titãs traz reflexões importantes, como as grandes desigualdades sociais que ainda estão presentes nas sociedades capitalistas. Em seu refrão “homem primata, capitalismo selvagem, ô ô ô” se refere ao capitalismo cruel, e ainda ao homem perdido no mundo, sem saber o que fazer, sendo obrigado a viver naquele segmento econômico que, muitas vezes, quando não administrado adequadamente, traz prejuízos como a desigualdade social e a exploração trabalhista.

Esse “homem primata” ainda hoje é encontrado em nossa sociedade, pois mesmo em condições de pouca divulgação, ainda temos o trabalho escravo, sem direito a condições trabalhistas dignas (condições sanitárias, remuneração, etc.) o que torna toda nossa sociedade primata, corroborando com essa realidade, muitas vezes sem denúncias. Frequentemente, essa realidade acontece pela necessidade que algumas pessoas têm, pelas poucas condições de encontrar um emprego melhor, por possuírem pouco estudo, encontrando-se em situação de miséria, sendo obrigadas a sujeitar-se a essa condição. Aproveitando-se dessa triste situação, existem pessoas as quais o dinheiro fala mais alto que a humanização. Temos aí um prato cheio para que a escravização aconteça: miséria e explorador.

Voltando a música, “A sonoridade provinha da influência punk, criticando aspectos da sociedade, assim sua postura influenciava o público para exacerbar seus sentimentos, até mesmo de forma mais agressiva” (SANTOS, 2018, p. 198).

A nona música escolhida é “P da Vida” interpretada pelo grupo musical Dominó, foi composta por Lúcio Dalla e Edgard Barbosa Poças, no ano de 1987.

P da Vida⁷³

Tô P da vida
Tô vendo a gente tão pra baixo
Um baixo astral, um cambalacho
E muito pouco amor a vida

Tô P da vida
E o mundo em volta da ferida
Em transes loucos, transas nossas
De mãos atadas, vistas grossas
É muito pouco amor a vida

Tô P da vida
Tão pondo fogo no planeta
E quem não tá vira careta-tá-tá...
Afina a flor do preconceito
De cor de raça de sujeito
Isso tem jeito
Isso tem jeito

We are the world lá nas paradas
E gerações desperdiçadas
Em tantas lutas sem sentido
Feche as cortinas do passado
Mundo grilado, dolorido e que se
conforma

Tô P da vida
Lances, jogadas ensaiadas
Nas mesas das nações unidas
Azucrinando nossas vidas
Jogo de dados combinados
Dados marcados

Tô P da Vida
Mas não me sinto derrotado
Não tem gatilho, nem cruzado
Que vai me pôr nocauteado
A esperança é uma música
Canta essa música, nossa música, é nossa
música

Tô P da vida
Tô vendo a gente tão pra baixo
Um baixo astral, um cambalacho
E muito pouco amor a vida

Tô P da vida
Mas isso quase não é nada
Tem que enfrentar essa parada
E tem que pôr a mão na terra
Eu tô na guerra pela vida
Só pela vida, viva a vida, viva a vida.

O grupo Dominó, dirigido para o público adolescente, surgiu, em 1985, quando cresce o mercado infanto-juvenil baseado nas bandas de *Rock*. Essas novas bandas foram a “mina de ouro” das gravadoras.

Era de se esperar que as letras tratassem de temas leves e comportamentais, mas isso não acontece, pois seguem os grandes *Rocks* nacionais e protestam contra a falsidade dos políticos, as agressões à natureza e o preconceito racial, ironizando a iniciativa de artistas internacionais que organizaram shows com o objetivo de arrecadar fundos para combater a fome na África.

“As referências a gatilhos e cruzados deixavam evidente a origem do desencanto da garotada: o fracasso do Plano Cruzado, que pretendia deter a espiral inflacionária por meio do congelamento de preços” (MARTINS, 2015, p. 98).

⁷³Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/grupo-domino/p-da-vida.html>.

Para finalizar minha pesquisa, escolhi um samba enredo, do Carnaval de 1988. O samba “Conta outra que essa foi boa”, foi composto por Zé Catimba, Davis Correia e Guga e foi interpretado por Alexandre da Imperatriz.

Conta Outra Que Essa Foi Boa⁷⁴

Eu voto pra não esquecer
 A vida tem que melhorar
 O povo na constituinte
 Vai ter mesa farta, sorrir
 E até cantar
 Quá, quá, quá
 Você caiu, caiu (bis)
 É brincadeira
 É primeiro de abril
 Eu quero
 É poder ser marajá
 Gozar a vida
 Pra vida não vir me gozar
 Disse me disse
 Na História do Brasil
 Fui criança, fui palhaço
 E ninguém me assumiu (ô seu Cabral...)
 Cabral, ô Cabral
 O esquema é de lograr (de lograr) (bis)
 De 71 com a realeza
 Me mandou uma princesa
 Que fingiu me libertar, me libertar
 Ô ô ô piuí
 Piuí lá vem o trem (bis)
 A ferrovia é brincadeira de neném

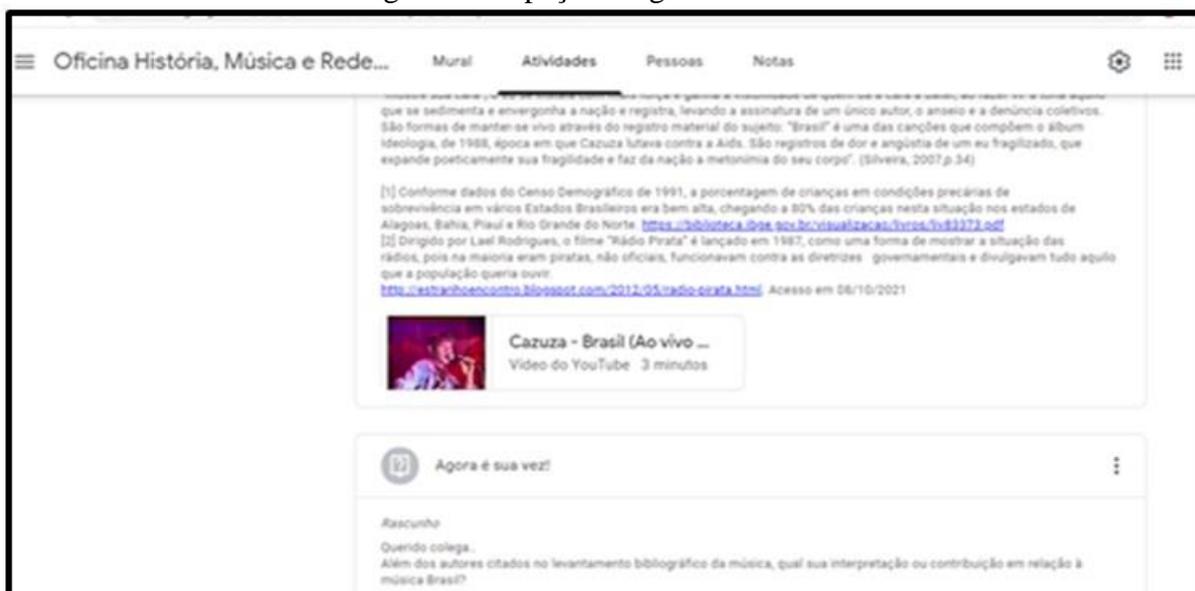
O samba-enredo da Imperatriz Leopoldinense, foi cantado no carnaval de 1988, sintetizando o descrédito crescente em relação à Constituinte. Um ano depois de instalada, ela parecia atolada numa estagnação decisória. O Centrão, bloco conservador que reunia parcela expressiva do PMDB e quase a totalidade do PFL, do PSB e do PTB, criado no final de 1987, impedia a assembleia de avançar (MARTINS, 2015).

O Cabral, evocado na música tanto pode ser Cabral, como o relator da Constituinte, a ferrovia mencionada é a Norte-Sul, que teve sua construção iniciada no ano anterior ao samba. O samba não agradou muito, tanto que a escola tirou último lugar (MARTINS, 2015, p. 108).

⁷⁴Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/imperatriz-leopoldinense-rj/473103/>.

O samba nos retrata mais uma realidade que o país enfrentava, muitas músicas foram compostas com o intuito de abrir os olhos da população quanto à situação enfrentada e com esse samba não foi diferente. Mais uma vez o povo cantou a insatisfação que estava vivendo. Apesar de muitos autores não tratarem sobre esse samba achei muito importante ele estar presente neste trabalho, pois não só o *Rock* e MPB cantam as reivindicações ou delatam a situação.

Figura 9 - Espaço Google Sala de Aula



Fonte: O Autor (2022).

As oficinas não esgotam possibilidades interpretativas sobre as músicas e a História, mas possibilitam outras associações de músicas nacionais e internacionais com outros contextos históricos, ou seja, objetiva demonstrar aos professores o quanto diversas linguagens podem ser utilizadas no Ensino de História.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é mais a escola que traz o conhecimento em primeira mão, a escola está para nortear todas essas informações e auxiliar no que realmente é ou não importante no saber, através da construção do conhecimento. A escola deve refletir sobre as situações de ensino-aprendizagem que os educandos vivenciam, em especial no Ensino de História, pois, através dele, o educando conhece sua história passada e presente, podendo escrever uma história mais crítica para o futuro e vivê-la de uma forma mais significativa, que contribua para sua identidade, cidadania e defesa da democracia.

Pensando em responder ao meu questionamento inicial: “O uso da linguagem musical associado a conteúdos históricos, contribui para potencializar e desenvolver um Ensino de História significativo para a cidadania dos educandos?”, acredito que objetivei refletir sobre os pontos relevantes do uso da música em sala de aula como uma linguagem auxiliar. A ênfase foi no período histórico da Redemocratização Brasileira, pensando na transmissão do conhecimento, com menor utilização de textos explicativos ou livro didático, trazendo para aula de História um novo olhar, no qual a decoreba ou cópia, sai de cena, deixando o ensino mais atrativo e significativo.

Esse questionamento levou à busca de novos recursos para trabalhar em sala de aula, com o intuito de um ensino cada vez mais eficaz e produtivo, principalmente no tempo presente, em que os conhecimentos da Área das Humanas têm sido menosprezados pelos governos e parte da sociedade.

Qual professor nunca escutou um questionamento sobre “para que estudar História”? Infelizmente, em muitos casos, a resposta à pergunta é somente relacionada ao passado, tornando seu ensino sem significado e suas aulas chatas e sem motivação para ir em frente, apenas leitura e cópia.

O papel do professor não é o de transmitir conhecimento, mas o de proporcionar aos educandos momentos de construção da aprendizagem, relacionando seu conteúdo com a formação dos cidadãos e a construção da identidade do educando, pensando sempre na educação como transformadora para uma sociedade mais democrática.

Considero então, a temática apresentada para esta dissertação uma proposta significativa para as aulas de História pois, por meio de um recurso tão corriqueiro como a música, o professor poderá, além de significar o Ensino de História, mobilizar nos educandos o interesse por um conteúdo tratado anteriormente como “chato” “sem necessidade”. Identificando-me com as palavras de Seffner (2011), acredito que o objetivo para uma aula de História seja a

realização de aprendizagens significativas para os “alunos”⁷⁵, nas quais eles entendam o mundo em que vivem, tornando-se cada vez mais cidadãos comprometidos com sua sociedade.

Assim, é como professor, pensando no aprendizado de nossos educandos, que proponho a utilização da música em sala de aula, como forma de ensinar o período de Redemocratização Brasileira, considerando-o bem expressivo em nossa história e que produziu musicalmente um acervo importantíssimo de documentos, pois suas letras retratam a realidade enfrentada naquele período histórico.

Segundo Grangeia (2011), a música popular brasileira é uma das manifestações culturais que mais influenciaram a formação de uma identidade nacional, fazendo-me acreditar cada vez mais, que a música é sim uma aliada no trabalho do professor, trazendo conhecimento sobre a Redemocratização através das letras das músicas produzidas naquele período e reforçando assim o objetivo do Ensino de História para produção de saberes históricos que tragam sentido aos educandos, servindo ainda, para indagar a vida social e familiar, seus relacionamentos e valores.

Assim no capítulo introdutório apresentei fundamentos teóricos e metodológicos, no capítulo 1 apresento as práticas educacionais e o Ensino de História, trabalhando, além da evolução da educação, a música e a interdisciplinaridade. No segundo capítulo, um breve apanhado sobre a Ditadura Civil Militar nos leva ao período da Redemocratização Brasileira, período esse que é utilizado como recorte histórico para a escolha das músicas, que no terceiro capítulo compõem a oficina ofertada aos professores e que expressam o contexto histórico vivenciado de 1974 a 1985.

No discorrer de minha pesquisa, é possível constatar que o uso da linguagem musical, muito defendido nos bancos acadêmicos, pode ser sim uma linguagem a ser utilizada como recurso didático, visando desenvolver um aprendizado histórico significativo. A música é um objeto cultural, que está presente no cotidiano de todos, presente até mesmo na formação identitária de várias comunidades. Como defendemos que o educando deve ter seu conhecimento formado a partir de suas experiências, a música será mais uma aliada a esse favor, explicando um período histórico através de “relatos musicais” pertencentes àquela ou a esta geração.

A bibliografia referenciada durante minha pesquisa foi relevante, pois auxiliou na contemplação dos objetivos propostos inicialmente. Muitos autores discorrem sobre o tema “Música e Ensino de História”, mesmo quando associado ao período histórico referido

⁷⁵Foi mantido a palavra aluno, pois era referida pelo autor da citação.

anteriormente, o da Ditadura Civil Militar. Vale lembrar que o período temporal da História do Brasil, denominado Redemocratização é ainda pouco explorado a partir e com o uso de músicas da época, assim, o estudo apresenta relações com o tempo presente, nos debates e necessidades gerados nos anos 1980 no Brasil.

A aplicação do questionário aos educandos trouxe para a pesquisa a opinião juvenil quanto à música, sendo possível constatar que qualquer gênero musical pode ser trabalhado em sala de aula, que terá aceitação, pois os gostos musicais apresentados foram bem ecléticos. Infelizmente seu uso não é nada usual no Ensino de História, pois informaram que nunca foi utilizado esse recurso para tais aulas.

Relacionando sempre a pesquisa ao trabalho diário, a proposta de uma oficina, como produto final, vem em contribuição ao professor para o seu trabalho, como um apoio para a realização de uma aula mais significativa e atrativa, na qual o educando desperte o interesse e construa seu conhecimento. Considerando o pensamento de Tardif (2012), os professores se utilizam de saberes produzidos “por este ou aquele grupo”, não considero as oficinas como proposta de aulas prontas, mas como um apoio a preparação da aula, que constitui esse produto.

A utilização da plataforma digital do Google Sala de Aula é uma forma encontrada para sanar as dificuldades que encontramos em reunir pessoas, nestes tempos de pandemia, assim, digitalmente podemos realizar um trabalho em conjunto, com vários professores, mesmo a distância, podendo assim partilharmos do conhecimento prévio que temos do tema e enriquecer os saberes.

Ao ter acesso à oficina remota, o professor de História irá encontrar subsídios para elaborar suas aulas contextualizando-as com as principais músicas encontradas na literatura, enriquecendo a dinâmica da aula de História, trazendo o educando ao período da Redemocratização, retratado de forma cultural na música.

Com a conclusão desta pesquisa, é possível valorar a possibilidade de uso da música para a rotina das aulas e não só na Disciplina de História, pois o campo é muito abrangente e muito se tem a pesquisar sobre ele. Ficam então muitas questões a serem levantadas sobre o tema, que podem auxiliar para ampliação deste estudo.

REFERÊNCIAS

ABUD, Katia Maria. **Registro e representação do cotidiano:** a música popular na aula de história. Cad. CEDES [on line]., Campinas, vol 25, n.67, p. 309-317, set/dez 2005.

AFONSO, Luís Fellipe Fernandes. “Pro Brasil nascer feliz”: Rock in Rio, juventude e redemocratização no Brasil. **Revista Hydra**. v. 3, n. 6. p. 09-35. Jul 2019.

AGUIAR, Marco Alexandre de. As décadas de 80 e 90: transição democrática e predomínio neoliberal. In **Revista de Artes e Humanidade**, n7, nov-abril 2011.

AMORIM, Dinaldo de. **O desemprego no Brasil a partir da década de 1970:** uma análise na perspectiva do sistema-mundo. Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420. Florianópolis-SC, Julho/2005.

ARAÚJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis. **Ditadura militar e democracia no Brasil:** história, imagem e testemunho. 1. ed. - Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

ARNS, Cardeal D. Paulo Evaristo. Um relato para a história. **Brasil: Nunca Mais**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BARBOSA, José Edson da Costa. **Novas linguagens no ensino de história:** a música como recurso didático. Campina Grande: Realize, 2012.

BERGAMO, Marilene Terezinha. História, Memória e Identidade: Despertar a Consciência Histórica e o Sentimento de Pertencimento. In: **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na perspectiva do Professor PDE**. Produções Didático-Pedagógicas Volume II. Versão Online 2014.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, 2018.

_____. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

BRANDÃO, Aluísio. **O Rock Brasileiro nos Anos Oitenta:** a relação entre música e crítica social na segunda metade da "década perdida" (1985-1989). Monografia apresentada ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito à obtenção do título de bacharel em História. Uberlândia-MG 2010.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental/historia>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

_____. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação Nacional. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2020.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental - História. Brasília: Mec, 1998.

CAIMI, Flávia Eloisa. O que Precisa Saber um Professor de História? **História & Ensino**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 105-124, jul./dez. 2015

CAMARGO, Daiana; LARA, Viridiana Alves de. As oficinas pedagógicas como espaço de formação de professores: experiências na disciplina de estágio curricular supervisionado. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n.3, p.371-382 - 2020

CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. *In.*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanesi (orgs). **História da Cidadania**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso Versus Análise de Discurso. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2006, Out-Dez; v. 15, n. 4, p. 679-684.

CASTRO NETTO, David A. Uma Palavra do Nosso Patrocinador: A Propaganda Brasileira e suas Relações com a Ditadura Militar. **VIII Congresso Internacional de História**. Outubro/2017 p. 759 – 767.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. **CyE**, ano I, n. 1, p. 53-76, Jun. 2008.

CHAUÍ, Marilena. Democracia e sociedade autoritária. **Comunicação & Informação**, v. 15, n.2, p. 149-161, jul/dez 2012

CLEMENTE, Mauro Nascimento. **São Paulo Quase Linda**: Táticas cotidianas da metrópole nas canções do grupo Premê. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Midiática da Universidade Paulista-UNIP, para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura Midiática. São Paulo-SP, 2016.

CORREIA, Marcos Antonio. A função didático-pedagógica da linguagem musical: uma possibilidade na educação. **Educ. rev.**, n. 36. Curitiba. 2010.

CORTEZ, Ana Cláudia Salgado; CARVALHO, Carlos Eduardo; CUNHA, Patrícia Helena Fernandes. O período de 1981 a 1985 do governo Reagan e o processo de consolidação dos EUA como principal potência mundial. *In.*: 12ª Conferência Internacional de História de Empresas. **XI congresso brasileiro de História Econômica**. De 11 a 16 de setembro de 2015/Vitória-Es.

COSTA, Lucas Parreão. Música no ensino de história: a canção popular brasileira como documento em sala de aula. **Música Popular em Revista**, Campinas, ano 6, v.2, p. 153-179, jul/dez, 2019.

COSTA, Carina Gotardelo Ferro; SERGL, Marcos Julio. A música na ditadura militar brasileira - Análise da sociedade pela obra de Chico Buarque de Holanda. *In.: Iniciação Científica*. Ano I, nº1. Ago 2007. p.35-40.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Historiar**: 9. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CUNHA NETO, Luis Tertuliano da; PIMENTEL, Luiz Alberto. Perdido na selva de pedra: a obscuridade do sistema capitalista, por meio da TV, à luz do rock nacional. *In.: VII CONNEPI*. 2012. Acesso em 10 de agosto de 2021.

D'ARAUJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). *In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização Quarta República (1964-1985)*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

DAVID, Célia Maria. **Música e ensino de História**: uma proposta. 2012. Disponível em:<<http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/46189>>. Acesso em: 08 de maio de 2020.

DEMARCHI, André Luis Campanha. **A grande fúria do mundo**: Legião Urbana, juventude e rock [recurso eletrônico]. Palma: EDUFT, 2019.

ENCARNAÇÃO, Paulo Gustavo da. **“Brasil Mostra a tua Cara”**: rock nacional, mídia e a redemocratização política (1982-1989). Dissertação de mestrado em história, UNESP. 2009.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade: Didática e Prática de Ensino. **Interdisciplinaridade**, São Paulo, v.1, n. 6, abr. 2015.

FERNANDES, Natalia Ap. Morato. A política cultural à época da ditadura militar. **Artigos Contemporânea**, v. 3, n. 1 p. 173-192 Jan.–Jun. 2013.

FERREIRA, Martins. **Como usar a música na sala de aula**. 7. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. *In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O tempo da Nova República: Da transição democrática à crise política de 2016: Quinta república (1985-2016)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. Desafios do ensino de história. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 79-93, jan-jun 2008.

FERREIRA, Sabrina Domiciano; RODRIGUES, Edna Luzia do Prado; PRINCE, Ana Enedi. A utilização da música como recurso didático e metodológico no ensino de história. **XVII Encontro Latino Americano de iniciação Científica e XIII Encontro Latino Americano de Pós-graduação**. Universidade Vale do Paraíba, 2013.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo I**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis.** Varia História, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan-jun 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS NETO, José Alves de. A transversalidade e a renovação no ensino de história. *In.:* **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**-Leandro Karnal (org.). 6ª ed., 1ª Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

FREITAS, Vânia Maria Oliveira de; PETERSEN, Graciane Trindade. Música e ensino de história. **Revista Di@logus**, v. 4 n. 4. Unicruz, 2015.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. São Paulo, **Perspec.**, v. 14, n. 2, São Paulo. Abr/Jun 2000

GARDNER, Howard. **Inteligências Múltiplas: a teoria na prática.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Memória. *In.:* FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Dicionário de Ensino de História.** Coord. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

GÓES, Priscilla da Silva. A utilização da música nas aulas de história com os alunos do 8º ano. **V Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”.** São Cristovão - SE, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011. p.333-513

GOOGLE LLC. **Google Play.** Disponível em: <[https://play.google.com/store/apps/details?id=com.google.android.apps.classroom & hl= pt_BR & gl=US.](https://play.google.com/store/apps/details?id=com.google.android.apps.classroom&hl=pt_BR&gl=US)>. Acesso em: 19 mar. 2021

GRANGEIA, Mario Luis. Pátria amada, não idolatrada: o Brasil no rock dos anos 1980/1990. *In.:* FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da Nova República: Da transição democrática à crise política de 2016: Quinta república (1985-2016).** 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. Redemocratização e desigualdades sociais segundo Cazusa e Renato Russo. **Revista Aurora**, ano 12, 2011. Disponível em: www.pucsp.br/revistaaurora. Acesso em: 12/08/2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBSBAWM, Eric J., **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KNAUSS, Paulo. Sobre a norma e o óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa. *In.*: NIKITIUK, Sonia M. Leite (Org). **Repensando o Ensino de História**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LAWN, Martin. Os Professores e a Fabricação de Identidades. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.2, p. 117-130, jul-dez 2001

LIMA, Aline Cristina da Silva; AZEVEDO, Cristiane Barbosa de. A interdisciplinaridade e o ensino de história: um diálogo possível. **Revista Educação e Linguagens**. Campo Mourão. v. 2, n. 3, jul-dez 2013.

LIMA, Cássia Helena Pereira. **Assim na Música Como na Vida: A representação do trabalho em discursos de canções brasileiras através da Análise Crítica do Discurso** Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (Pós-Lin) da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora. Belo Horizonte – MG, 2011.

LIMA, Daniela de. A ditadura militar, a redemocratização e a democracia representativa no Brasil. *In.*: **Revista Jurídica** – CCI v. 16, nº.31, p.75-92, jan/jul 2012. Acesso em: 15/09/2021.

LUNARDI, Karine de Oliveira; GUERRA, Giméli Guerra de. A Dimensão Humana da Formação Profissional: Ser Professor na Atualidade. *In.*: **Anais Seminário Educação**, Cruz Alta, v. 5, n. 1, p. 218-228, 2017.

MAIA, Adriana Valério; STANKIEWICZ, Mariese Ribas. **A música popular brasileira e a ditadura militar: vozes de coragem como manifestações de enfrentamento aos instrumentos de repressão**. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/23122>. Acesso em: 25 de julho de 2020.

MARTINS, Franklin. **Quem foi que inventou o Brasil? A Música popular conta a história da República**. Vol III – de 1985 a 2002. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1. Ed., 2015.

MEDEIROS, Elisabeth Weber. Ensino de história: fontes e linguagens para uma prática renovada. *In.*: **VIDYA**, v. 25, n. 2, p. 59-71, jul/dez, 2005 – Santa Maria, 2007. ISSN 0104-270 X

MEDEIROS, Denise Rosa. Formação Docente: Saberes e Fazeres. *In.*: EDUCERE. **XII Congresso Nacional de Educação**. PUC PR- 26/29/10/2015, p.10392-10402.

MENEGUELLO, Cristina. Continuidade e Ruptura. *In.*: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Dicionário de Ensino de História**. Coord., p. 155-161. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

MICHAELIS, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. 2015. **Melhoramentos**. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues->

brasileiro/linguagem/> ou <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cultura/>>.

MORAES, Nayara Cristian; PANIAGO, Maria de Lourdes Faria dos Santos. **Música, discurso, dispositivo, identidade nacional e ditadura militar no Brasil**: “pra Frente Brasil. Disponível em: congressohistóriajatai/anais2014/link%20(206).pdf. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

MORAIS, Márcia Marques de. **A Sala de Aula no Contexto da Educação do Século 21**. MEC - Ministério da Educação, Brasília-DF, 2005.

MOREIRA, Ana Cláudia; SANTOS, Halinna; COELHO, Irene. A música na sala de aula - A música como recurso didático. **Unisanta Humanitas**, v. 3, n. 1, p.41-61, 2014.

MOREIRA, Huerth; MACHADO, Matheus Ferreira. A música como fonte de pesquisa no ensino de História na Educação de Jovens e Adultos em Florianópolis: desafios e possibilidades. **Polyphonia**, v. 29/1, p.79-92 jan/jun. 2018.

MUNTASER, Lara Denise. O Poder da Comunicação durante o Regime Militar Brasileiro: Uma Análise Crítica.

NAPOLITANO, Marcos. **História e Música**. História cultural da música popular brasileira. Belo Horizonte. Ed. Autêntica, 2001.

_____. MPB: a trilha sonora da abertura política (1975/1982). **Estudos Avançados**, v. 24, n. 69, p. 389-402, 2010.

NAVES, Rubens. Novas possibilidades para o exercício da cidadania. In.: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanesi (orgs). **História da Cidadania**. 4. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

NERY, Emília Saraiva. Histórias da Música Popular Brasileira a partir de Tom Zé: Possibilidades Interpretativas e Diálogo Crítico com a Historiografia da MPB. **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis-SC, Junho/2015, p.1-14.

OLIVEIRA, Giselle Carvalho de. **Que país é este? Uma leitura do Brasil do período pós-ditadura nas canções da Legião Urbana**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2014. Bibliografia: f. 90-94.

OLIVEIRA, Raphael. **Otimismo em tempos de repressão**: A publicidade inspirada na propaganda do Governo Médici. Dissertação de mestrado. Niterói- RJ, 2014.

OLIVEIRA, Regina Soares de; ALMEIDA, Vanusia Lopes de; FONSECA, Vitória Azevedo. **História**. São Paulo: Blucher, 2012.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2005.

PAVIANI, Neires Maria Soldatelli; FONTANA, Niura Maria. Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência. **Conjectura: Filosofia e Educação** (UCB), v. 14, n.2, p. 77-88, maio/ago. 2009.

PENNA, Maura. **Música (s) e seu Ensino**. 2.ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Sulina, 2012.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**, Porto Alegre, v.15, n.28, p.113-128, dez 2008.

PEREIRA, Nilton Mullet; MEINERZ, Carla Beatriz; PACIEVITCH, Caroline. Viver e Pensar a Docência em História Diante das Demandas Sociais e Identitárias Do Século XXI. *In.*: **História & Ensino**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 31-53, jul./dez. 2015.

PEREIRA, Priscila Oliveira. Golpe civil-militar e a participação dos governadores em 1964. **Revista Tempo Amazônico**, v. 8, n.2, jan-jun de 2021, p.06-21.

PIEVE, Maria da Graça Prediger da. Desafios do Contemporâneo e a Formação de Professores. **Anais Seminário Educação**, Cruz Alta, v.6, n.1, p. 30-35, 2018.

PINSKY, Jaime. História da Cidadania. *In.*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanesi (orgs). **História da Cidadania**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanesi. Por uma História prazerosa e consequente. *In.*: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula**. Conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2010.

PORVIR, Redação. **Ensino Híbrido**. Disponível em: <<https://porvir.org/ensino-hibrido-ou-blended-learning/>>. Acesso em: 29/03/2021.

PRATES, Marcelo. Ônibus e viaturas do batalhão de choque da Polícia Militar entre as pessoas que compareceram ao comício em Belo Horizonte - MG, em 24 de fevereiro de 1984, pelas eleições diretas para presidente da República. 24 fev. 1984. *In.*: RUBENS, Ney. Fotógrafo relembra comício das Diretas que reuniu 300 mil em MG. **Terra**. 2014. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/fotografo-relembra-comicio-das-diretas-que-reuniu-300-mil-em-mg,3787ea720d654410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>>. Acesso em 09 abr. 2021.

PRESTES, Anita Leocadia. Brasil: A transição da ditadura militar para uma democracia tutelada pelos militares. Causas, consequências e ensinamentos. **Novos Rumos**, Marília, v. 58, n.1, p. 79-88, jan-jun, 2021.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. *In.*: **A ditadura que mudou o Brasil 50 anos do golpe de 1964**. São Paulo: Zahar, 2012.

ROCHA, Ubiratan. **Reconstruindo a História a partir do imaginário do aluno**. *In.*: NIKITIUK, Sonia M. Leite (Org). Repensando o Ensino de História, 4 ed. São Paulo, Cortez, 2001.

RODRIGUES, Magna Abrantes. **História, ensino e música: o rock brasileiro da década de 1980.** Dissertação de mestrado em história da Universidade Federal do Tocantins. Araguaina, TO, 2016.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia**, n. 02, p.163-209, março, 2009.

SANTIAGO, Homero Silveira; SILVEIRA, Paulo Henrique Fernandes Percursos de Marilena Chaui: filosofia, política e educação. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 259-277, jan./mar. 2016.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. Letras e canções, sujeitos e interpretações: aproximações entre música e ensino de história. **Horizontes - Revista de Educação**, Dourados – MS, v. 6, n. 11, p. 192-206. Jan/jun. 2018.

SANTOS, Rosselvelt José; COSTA, Cláudia Lúcia da; KINN, Marli Graniel. **Ensino de geografia e novas linguagens.** Coleção Explorando o Ensino. Geografia- volume 22, p.43-58. 2010.

SANTOS, Rosana de Menezes. O uso da música na prática de ensino de história. **Cadernos de graduação Ciências Humanas e Sociais Unit**, Aracaju, v. 2 n. 2 p. 161-171, out 2014.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 297-308, set/dez 2005.

SEFFNER, Fernando. Escola pública e professor como adulto de referência: indispensáveis em qualquer projeto de nação. **Educação Unisinos**, p.48-57. jan/abr 2016.

_____. Saberes da docência, saberes da disciplina e muitos imprevistos: atravessamentos no território do Ensino de História. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.** São Paulo, julho/2011.

SEFFNER, Fernando; PEREIRA, Nilton Mullet; PACIEVITCH, Caroline; GIL, Carmem Zeli de Vargas. Formação docente em história: conhecimentos sensíveis, memórias e diálogos. **Revista de Educação, Ciência e Cultura.** Canoas, v. 23, n. 2, 2018.

SEINO, Eduardo; ALGARVE, Giovana; GOBBO, José Carlos. Abertura política e redemocratização brasileira: entre o moderno-conservador e uma “nova sociedade civil”. **Sem Aspas**, Araraquara, v. 2, n.1 e 2, p. 31-42, 2013.

SILVA, Emiliane Maria Holanda; MENDES, Marcia Cristiane Ferreira. Educação e pesquisa: a música como suporte pedagógico na disciplina de História na Escola Estadual Professor Paulo Pinheiro Viveiros. **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, sociedade e educação no Brasil”.** 2012.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização Quarta República (1964-1985).** 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Maria Aparecida da. **Anos 80**: da transição com “abertura”, mas sem ruptura, do governo burocrático autoritário para o civil. Tese de doutorado. UFMG, 1994.

SILVA, Thiago Bruno dos Santos Vital da. “Isso é música de velho, professor!!” Reflexões sobre música e ensino-aprendizagem de história. **30º Simpósio Nacional de História**. ANPUH-Brasil. Recife, 2019.

SILVEIRA, José Roberto. **Renato Russo e Cazuzza**: A Poética da Travessia. Dissertação Mestrado. São João del-Rei, Junho/2007.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Tradução Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Olavo Pereira. A música nas aulas de história: o debate teórico sobre as metodologias de ensino. **Revista História Hoje**, v. 6, n. 11, p. 78-99, 2017.

SOSA, Derocina; TAVARES, Luana Ciciliano. Ensino de história e novas tecnologias. In **Revista Latino-Americana de História**. Vol. 2, nº. 6 – Agosto de 2013, Edição Especial.

TARSO, Paulo de. **Refinamento instrumental + humor = (ex)preme-ditando o breque**. 2016. Disponível em: <https://www.cidadaocultura.com.br/refinamento-instrumental-humor-expreme-ditando-o-breque/>. Acesso em: 13/03/2022.

TRINDADE, Luane Nunes; RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. Rock: Cultura Política e Movimentos Sociais. **Disciplinarum Scientia**. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, Santa Maria, v. 13, n. 1, p. 95-111, 2012. ISSN 2179-6890

UNICEF. **Enfrentamento da cultura do fracasso escolar**: Reprovação, abandono e distorção idade-série. Cenpec educação, jan/2021.

VENERA, Raquel Alvarenga Sena. **Cultura e Ensino de História**: elogio à criação. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2010.

VENTURINI, Luan Gabriel Silveira. A cultura e a ditadura militar brasileira: algumas reflexões a respeito do meio cultural no período. **XIV Encontro de História da Anpuh**, MS, 2018. Acesso em 16/02/2021.

VIEIRA, Mariza Conceição Lopes. A ditadura militar e a redemocratização brasileira analisada através da música. In: Secretaria de Educação do Paraná (org). **O professor PDE os desafios da escola pública paranaense**. Paraná, v. I, 2010.

XERRI, Eliana Gasparini. O Impresso jornalístico com fonte para o estudo de temas do tempo presente: gênero, candidatos e movimento social. **Métis: história & cultura**. v. 18, n. 36, jul/dez, 2019.

APÊNDICE

**APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DE 9º ANOS DA
E.M.E.F. DOM HENRIQUE GELAIN**

NOME:_(NÃO É OBRIGATÓRIO A IDENTIFICAÇÃO)_____

IDADE: _____

DATA DE APLICAÇÃO: NOVEMBRO/2021

1. VOCÊ GOSTA DE MÚSICA?

SIM NÃO

2. VOCÊ COSTUMA OUVIR MÚSICA?

SIM NÃO

COM QUE FREQUÊNCIA?

TODOS OS DIAS ÀS VEZES NUNCA

3. QUE TIPO DE MÚSICA VOCÊ ESCUTA?

ROCK RAP FUNK SERTANEJO AXÉ
 ELETRÔNICA FORRÓ OUTROS

4. ALGUM PROFESSOR SEU UTILIZA MÚSICA NAS AULAS, DE QUAL DISCIPLINA?

5. VOCÊ JÁ TEVE ALGUM CONTEÚDO NAS AULAS DE HISTÓRIA, QUE FOSSE ENSINADO POR MÚSICA?

ANEXOS

ANEXO A

O texto a seguir é utilizado como apoio para leitura na oficina de número 1:

Retirado do site <https://musicanasaladeaula2008.blogspot.com/2008/11/msica-nas-aulas-de-historia.html#:~:text=M%C3%BAsica%20nas%20aulas%20de%20Hist%C3%B3ria.%20J%C3%A1%20faz%20um,utilizando-a%20como%20elemento%20secund%C3%A1rio%2C%20em%20outras%20palavras%2C%20Acesso em 16/03/2022.>

Música nas aulas de História

Já faz um bom tempo que trabalho com música em sala de aula. É necessário frisar que a música relata uma história romanceada e através dela podemos fazer com que os nossos alunos se motivem mais para o estudo da História.

No início eu trabalhava com a música utilizando-a como elemento secundário, em outras palavras, a música era analisada e discutida após a leitura de um texto ou uma aula expositiva sobre um tema histórico. Com o passar do tempo percebi que essa estratégia poderia ser usada como forma de produção de conhecimento histórico e assim passei a trabalhar com a letra da música antes de apresentar os temas.

O material é imenso e podemos analisar os acontecimentos históricos dando a música antes da apresentação dos temas. Todos os ritmos podem ser trabalhados e toda música é histórica.

Tive essa experiência em uma turma de 8ª série analisando a Ditadura Militar Brasileira de 1964. Em princípio contextualizamos todo o período mostrando a época, os costumes e a situação política e econômica.

Partindo dessa contextualização os alunos já faziam uma ideia geral de como era o Brasil no início da década de sessenta. Após essa etapa eu entrava com todas as músicas numa ordem cronológica. Ex: Alegria, Alegria de Caetano Veloso provocou muitas discussões, principalmente sobre os costumes e preconceitos do Brasil naqueles anos. Depois ia trabalhando com as demais canções até concluir o tema com a realização da campanha das Diretas-Já em 1984.

O meu esboço de projeto foi trabalhado com música e história oral. Os alunos recolheram depoimentos de pessoas que viveram no período acerca da situação econômica, política, social e cultural. Tais relatos partiam das mais diversas esferas da comunidade em que eles moravam. As entrevistas eram dadas por professores, trabalhadores, donas de casas, artistas, religiosos, políticos, sindicalistas e militares.

Um momento em que eu jamais esquecerei dessa experiência foi quando a sala ouviu a música Caminhando de Geraldo Vandré e uma aluna no fundo da sala perguntou: Professor por que essa música é tão triste se algumas das pessoas que entrevistei falaram muito bem daquela época? Surgiu, assim a oportunidade de discutir o "milagre econômico" da década de setenta. Todos os colegas sabem que no "milagre econômico", apenas as grandes capitais foram beneficiadas, esquecendo-se totalmente do Nordeste e das demais áreas rurais do Brasil. As entrevistas coletadas por essa aluna eram na maioria de pessoas que viviam nas grandes capitais quando do surgimento da Ditadura Militar.

Em outros momentos trabalhei com letras de músicas que constituíam a história. Ex: Asa Branca de Luís Gonzaga e Humberto Teixeira, mostrando o desencanto do homem nordestino durante a seca. Em seguida continuava com a música Sampa de Caetano Veloso destacando a chegada do migrante a São Paulo.

Continuando ainda complementava com "Cidadão" de Zé Geraldo, música forte que aborda o preconceito e a discriminação dos nordestinos nas grandes cidades. Acho necessário também que o professor tenha algum conhecimento de técnicas musicais como saber o que é uma partitura musical, uma nota e etc. Porque se ficarmos apenas na análise da letra o nosso trabalho fica muito restrito.

A experiência foi enriquecedora e fiquei motivado a dar voos mais altos trabalhando com músicas de um nível mais erudito. Por enquanto estou fazendo algumas experiências tentando estabelecer algumas ideias.

A questão iconográfica também é um bom mecanismo para se trabalhar com interpretações de músicas. Os alunos expressam o entendimento da música através de desenhos.

As músicas devem ser escolhidas de acordo com a classe social dos alunos. Aqui em Diadema na cidade onde moro trabalho muito com rap como Racionais MC, Consciência Humana e outros. Acho que a música é uma importante estratégia para motivar os alunos em sala de aula.

Em nível de promover uma aula mais interessante e descontraída acho que atingi o objetivo. Essa foi a minha experiência.

Atualmente estou me dedicando ao uso da televisão em sala de aula. Mas aí será outra experiência. Qualquer contribuição dos colegas para enriquecer mais ainda o trabalho com música será muito bem recebida.

Um abraço a todos e contínuo acreditando que a chave da porta que irá libertar o ser humano será a educação.

ANEXO B

Texto abaixo é utilizado como leitura de apoio para a oficina número 2:

Retirado do site: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/neoliberalismo-1.htm> Acesso em 16/03/2022

Neoliberalismo

Neoliberalismo é uma doutrina econômica e política que surgiu no século XX com base em teorias formuladas por teóricos, como o economista ucraniano Ludwig von Mises e o economista austríaco Friedrich Hayek. A teoria neoliberal surge para opor-se à teoria keynesiana de bem-estar social e propõe uma nova leitura da parte econômica do liberalismo clássico, tendo como base uma visão econômica conservadora que pretende diminuir ao máximo a participação do Estado na economia.

Características do neoliberalismo

Em geral, podemos dizer que as características do neoliberalismo, de acordo com as teorias dos estudiosos da Escola Austríaca, são o enfraquecimento do Estado e a diminuição drástica da participação estatal na economia. Os teóricos neoliberais defendem a mínima cobrança de impostos e a privatização dos serviços públicos.



A doutrina neoliberal prega a menor participação possível do Estado na economia, dando preferência aos setores privados.

Um esboço do plano neoliberal deu-se com as 10 regras do Consenso de Washington, que propôs uma cartilha básica que as economias neoliberais (em especial as economias em desenvolvimento que quisessem aderir à ajuda oferecida pelo FMI e pelo Banco Mundial) deveriam seguir. Veja a seguir as 10 regras do Consenso de Washington que delineiam as características do neoliberalismo.

- **Disciplina fiscal:** o estabelecimento de um teto de gastos públicos, o que, na prática, reduz ou limita os gastos com serviços básicos.
- **Redução dos gastos públicos:** deve contar com a disciplina fiscal e com outras medidas, como a privatização dos serviços públicos.
- **Reforma tributária:** reformular o modo de cobrar-se impostos. Em geral, o que o Consenso de Washington defende é a menor taxação de impostos possível.
- **Juros de mercado:** controlar os juros para que a inflação não cresça.

- **Câmbio de mercado:** operar trocas de mercado no mundo realizando importações e exportações de produto. Isso pode ser, em alguns casos, ruim para a economia local e para os pequenos e médios empresários.
- **Abertura comercial:** liberar o comércio com outros países não colocando entraves ideológicos ou políticos que dificultem as relações comerciais exteriores.
- **Investimento estrangeiro direto:** abrir filiais de empresas estrangeiras no país em desenvolvimento.
- **Privatização de empresas estatais:** privatizar todos os serviços que forem possíveis de privatização, ou seja, entregá-los à iniciativa privada. No Brasil, tivemos experiências de privatização escandalosas no governo de Fernando Henrique Cardoso, porque nele as nossas empresas estatais foram vendidas a preços muito baixos.
- **Desregulamentação (flexibilização de leis econômicas e trabalhistas):** flexibilização das leis que regulamentam a economia, o que significa diminuição da participação do Estado na economia, e das leis trabalhistas, o que significa menos direitos para os trabalhadores.
- **Direito à propriedade intelectual:** garantir aos autores de uma obra intelectual, científica, filosófica ou artística o direito de receber pela reprodução daquela obra.

Contexto histórico

O liberalismo econômico (também chamado de liberalismo clássico) foi uma doutrina econômica e política que surgiu no século XVIII e consolidou-se no século XIX como maneira de atender aos anseios da burguesia de expandir a industrialização. Nesse momento, houve uma defesa da não interferência do Estado na economia para que esta fosse regulada por si mesma e pudesse crescer.

Na teoria, os liberais defendiam que o liberalismo era a única saída viável para beneficiar a todos (mais ricos e mais pobres), pois essa doutrina permitiria o crescimento econômico e a expansão industrial, fazendo gerar mais emprego e renda. Na prática, o abismo social existente entre a burguesia e proletariado aumentou drasticamente e a qualidade de vida das camadas mais pobres da população piorou.

No fim do século XIX, a situação da classe trabalhadora era extremamente precária. Sem limites de jornadas de trabalho, sem previdência, sem férias remuneradas, sem descanso remunerado semanal e sem qualquer direito (inclusive a um salário mínimo), a burguesia era quem decidia as situações de contratação dos funcionários. No início do século XX, as organizações sindicais começaram a multiplicar-se e lutar cada vez mais pela conquista de direitos.

O economista inglês John Maynard Keynes percebeu que o sistema liberal não permitia a grande injeção de dinheiro na economia, pois a maioria da população não tinha dinheiro para consumir. Segundo Keynes, era papel do Estado garantir um padrão mínimo de qualidade de vida para a população mais pobre e criar leis que regulamentassem o trabalho, a fim de conceder direitos aos trabalhadores e melhorar as suas condições, criando um Estado de bem-estar social.

Concedendo direitos e garantindo um padrão mínimo de qualidade de vida para todos, o Estado estaria ajudando a economia, pois essa voltaria a girar com a injeção de dinheiro propiciada pela maioria da população, que teria acesso à saúde, à educação e a outros serviços básicos, além de mais dinheiro para consumir.

As medidas propostas por Keynes também garantiriam o pleno emprego, com o Estado atuando para evitar que o desemprego crescesse substancialmente, e controlaria a inflação — termo utilizado na economia para designar o aumento dos preços dos produtos, sendo que uma alta inflação não permite o consumo e faz a moeda perder seu valor. As consequências de uma inflação alta são o enfraquecimento do mercado com a diminuição das vendas e, conseqüentemente, da produção, afetando o comércio e as indústrias.

Em 1929, a Bolsa de Valores de Nova Iorque quebrou, gerando uma grave crise financeira que assolou o mundo todo. Foi um período de caos econômico e instabilidade, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa. A partir desse momento, o presidente dos Estados Unidos Franklin Delano Roosevelt propôs o New Deal (novo acordo), que implantava medidas keynesianas para cessar a crise gerada pela crise de 1929.

Após a Segunda Guerra Mundial, algumas nações europeias também adotaram medidas sustentadas por Keynes, a fim de reconstruir o cenário de devastação deixado pela guerra, fazendo surgir a chamada social-democracia (governo democrático capitalista, porém com políticas voltadas para o bem-estar social). Quem não ficou satisfeito com essa política foi o setor industrial, sobretudo as indústrias de grande porte.

O Estado de bem-estar social significava, para a classe empresarial, mais impostos a serem pagos e mais encargos trabalhistas (gastos com os direitos trabalhistas, como salário mínimo, jornada de trabalho fixa e regulada, previdência etc.). O Estado de bem-estar social requer uma máquina estatal forte e ampla, capaz de oferecer serviços básicos (saúde, alimentação, saneamento e educação) a toda a população. Para essa máquina funcionar, é preciso aumentar a arrecadação de impostos. O que os empresários não queriam fazer era pagar mais impostos.

Como proposta contrária ao modelo de Keynes, os teóricos da chamada Escola Austríaca de Economia, os economistas conservadores Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, criaram uma nova teoria inspirada no liberalismo com propostas de redução do papel estatal, redução da máquina estatal e aumento da participação da iniciativa privada na economia. Apesar de a teoria econômica de Mises já propor o livre mercado e apontar o que chamou de problemas do cálculo econômico marxista, ainda não podemos dizer que foram os austríacos os fundadores do neoliberalismo.



O economista austríaco Ludwig von Mises é um dos primeiros teóricos do neoliberalismo.[1]

Mais tarde, a Escola de Chicago, uma instituição liberal de economia estadunidense, também entrou na história do neoliberalismo com as teorias dos economistas Milton Friedman e George Stigler. Essa instituição foi responsável pela assessoria à primeira

experiência prática do neoliberalismo que ocorreu no Chile, durante a ditadura militar comandada por Augusto Pinochet na década de 1970. A ex-primeira-ministra britânica Margaret Thatcher também implantou medidas neoliberais na Inglaterra nas décadas de 1970 e 1980.

A partir da primeira experiência, o neoliberalismo começa a crescer e a ganhar adeptos. Um desses é o Fundo Monetário Internacional (FMI) — uma agência da ONU criada em 1944 e que tem como objetivo observar, fiscalizar e atuar cooperativamente na economia global. O FMI visa, ao menos na teoria, criar um ambiente de cooperativismo entre os países signatários, facilitando o comércio global e oferecendo empréstimos para recuperar países em crise (em geral, países em desenvolvimento).

Em 1989, foi ratificado o Consenso de Washington, que passou a ser o fio condutor das ações do FMI. Tal consenso, estabelecido pelo economista neoliberal John Williamson, visava criar um conjunto de regras de atuação do FMI baseado no neoliberalismo, e seu alvo foram os países latinos em desenvolvimento, entre eles o Brasil. Para que os países conseguissem a ajuda financeira do FMI, eles deveriam aderir às regras do Consenso.

Na década de 1990, muitos economistas latino-americanos colocaram-se como céticos das regras do Consenso. De fato, hoje percebemos que a economia da Argentina afundou no fim dos anos de 1990 e que a brasileira, apesar de ter sido fortalecida com o plano real, perdeu muito por seguir a regra da privatização irrestrita, e o nosso Estado enfraqueceu-se ao deixar de investir no serviço público. A adesão ao plano do FMI aqui no Brasil deu-se durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Neoliberalismo e liberalismo



Milton Friedman, economista da Escola de Chicago.

A primeira e mais essencial comparação que podemos fazer entre o liberalismo e o neoliberalismo diz respeito à redução da participação do Estado na economia. Enquanto um Estado liberal não intervém na economia, um Estado neoliberal intervém muito pouco, tendo sua participação evocada apenas para a promoção de flexibilizações legais.

No entanto, existem diferenças substanciais entre o liberalismo e o neoliberalismo, e essas devem ser notadas. Para os neoliberais, os serviços básicos devem ser mantidos, mudando apenas sua forma de gestão: desconcentrando-os das mãos do Estado e concentrando-os nas mãos da iniciativa privada.

Neoliberalismo e globalização

Denominamos globalização o fenômeno da integração financeira e cultural dos países por meio de organismos internacionais. A globalização foi intensificada a partir do século XX por conta da difusão massiva dos meios de comunicação.

O FMI, a ONU e o Banco Mundial são organismos internacionais que visam manter a política de cooperação financeira global para que haja integração entre as nações. Um problema desse fenômeno é a compressão da economia dos países em desenvolvimento pela economia dos países desenvolvidos, pois percebemos uma relação desigual, em que um tem muito mais força que o outro e, por isso, acaba garantindo seus benefícios em detrimento do mais fraco.

Outro ponto a considerar-se é a cultura nos países em desenvolvimento, que perde seu espaço para a cultura hegemônica de países como os Estados Unidos, criando-se um ambiente favorável à dominação ideológica dos países mais fracos pelos mais fortes.

Neoliberalismo na educação

Como há uma espécie de disseminação do neoliberalismo por meio do FMI e da globalização, os sistemas educativos de países em desenvolvimento têm adotado, gradativamente, ações neoliberais e seguido concepções teóricas de mesmo cunho para nortear os seus currículos. Exemplo disso são as privatizações ou terceirizações de sistemas públicos de ensino e as parcerias entre as iniciativas pública e privada para a gestão da educação.

Essas parcerias e privatizações evidenciam uma recusa dos governos a assumirem por completo o compromisso com a educação pública e passam a ideia de que a educação deve ser retirada das mãos do Estado para que ele tenha menos ônus. Nesse sentido, surgiram ONGs, como o Instituto Millenium e a Fundação Leman, que atuam como parceiras da educação oferecendo produtos e serviços para que essa possa ser alavancada.

As instituições escolares que adotam esses sistemas passam valores cultivados pela lógica neoliberal, como a meritocracia (crença de que o sucesso é resultado único e exclusivo do esforço pessoal) e a importância do empreendedorismo para as crianças na escola.

Uma crítica que pode ser feita à entrada do neoliberalismo na educação diz respeito à formação: uma educação neoliberal visa formar pessoas aptas a entrarem no competitivo mundo capitalista, enquanto uma educação libertadora, voltada para a cidadania e para a intelectualidade, necessita muito mais que ensinar estratégias, técnicas e valores neoliberais, como a meritocracia.

Aliás, se pensarmos na realidade social de nosso país (que ainda é extremamente desigual), a meritocracia sequer pode ser cogitada, pois a realidade social de um estudante de uma escola da periferia, de família de baixa renda e que, na maioria das vezes, mora em uma zona de conflitos gerados pela criminalidade, é muito mais difícil de ser vivida do que a realidade de um estudante da classe média que possui boas condições de moradia e estuda em uma escola particular.

Além do que já foi mencionado, também se pode criticar a ideia de empreendedorismo na educação quando esse é colocado como saída desejada para a solução de problemas que deveriam ser resolvidos pelo Estado. Os neoliberais defendem a diminuição estatal e, por isso, colocam no modelo de educação neoliberal a ideologia que afirma que a saída para os problemas sociais está nos indivíduos, criando termos, como o empreendedorismo social e cooperativismo, como forças capazes de suprir os déficits deixados pela falta de investimentos estatais.

Neoliberalismo no Brasil

As medidas neoliberais começaram a ser implantadas no Brasil no governo de Fernando Henrique Cardoso, ainda na década de 1990. O presidente FHC, como também é chamado, tirou o Brasil de uma crise econômica que se estendia desde a década anterior, resultado da desastrosa política do milagre econômico, originada na Ditadura Militar. O milagre econômico visava expandir a nossa economia por meio da importação de produtos, como automóveis e eletrodomésticos. No entanto, essa política causou o endividamento massivo da população.

Por outro lado, a economia desacelerou por conta da falta de emprego e das crises institucionais geradas pelos enormes gastos do governo militar e pelos incontáveis desvios de verba e corrupção encampados por esse governo. O resultado foi uma hiperinflação que fez a moeda vigente, o cruzeiro, perder drasticamente o seu valor. Vários planos de estabilização da moeda foram tentados para solucionar a crise econômica, como o Plano Cruzado e o Cruzeiro Novo (novas moedas que passaram a circular, porém sem redução da inflação).



Fernando Henrique Cardoso, presidente brasileiro que implantou as medidas neoliberais no Brasil.[3]

O Plano Real, liderado pelo sociólogo e ex-professor de sociologia da USP Fernando Henrique Cardoso, então ministro da fazenda do governo de Itamar Franco em 1993, iniciou um processo de estabilização da economia por meio da criação da moeda Real e da tomada de empréstimos do Banco Mundial e do FMI, para fazer mais dinheiro circular em nosso país. Como contrapartida, o Brasil deveria adotar as medidas propostas no Consenso de Washington. Em 1994, FHC foi eleito presidente do Brasil e iniciou o cumprimento das medidas neoliberais a todo vapor.

Os gastos estatais foram reduzidos, o Estado foi reduzido com a privatização a preço baixo de várias empresas estatais, e foram dados incentivos para que empresas estrangeiras estabelecessem novas filiais em nosso país. A economia estabilizou, porém a desigualdade social ficou ainda mais evidente do que já era nos anos anteriores.

Os serviços públicos foram sucateados. Hospitais, escolas e universidades públicas deixaram de receber verbas para insumos necessários. Professores, policiais, médicos e funcionários públicos federais em geral tiveram salários atrasados e planos de progressão na carreira pública achatados. O país foi tomado por várias greves de funcionários descontentes, enquanto a população mais pobre passava fome, não tinha acesso à saúde de qualidade e não tinha o seu direito à educação respeitado. Enquanto a economia restabelecia-se, as questões sociais foram deixadas de lado.

De 2016 para cá, o nosso país vive uma nova onda neoliberal. Com o governo Temer, intensificaram-se discussões já propostas por parlamentares sobre uma reforma tributária, uma reforma da previdência, privatizações de órgãos públicos e terceirização dos serviços. Além disso, foi realizada uma reforma trabalhista que retirou alguns direitos dos trabalhadores conquistados com anos de lutas sindicais, o que evidencia uma nova guinada do neoliberalismo no Brasil.

ANEXO C

O texto a seguir é utilizado como leitura de apoio para a oficina 3:

Retirado do site: <http://rede.globo.globo.com/Globoreporter/0,19125,VGC0-2703-4121-2-64454,00.html>

O nascimento de um cidadão (2003) - Autoria: Moacyr Scliar

Para renascer, e às vezes para nascer, é preciso morrer (PARADOXO), e ele começou morrendo. Foi uma morte até certo ponto anunciada, precedida de uma lenta e ignominiosa agonia. Que teve início numa sexta-feira. O patrão chamou-o e disse, num tom quase casual, que ele estava despedido: contenção de custos, você sabe como é, a situação não está boa, tenho que dispensar gente.

Por mais que esperasse esse anúncio – que na verdade até tardara um pouco, muitos outros já haviam sido postos na rua – foi um choque. Afinal, fazia cinco anos que trabalhava na empresa. Um cargo modesto, de empacotador, mas ele nunca pretendia mais: afinal, mal sabia ler e escrever. O salário não era grande coisa, mas permitia-lhe, com muito esforço, sustentar a família, esposa e dois filhos pequenos. Mas já não tinha salário, não tinha emprego – não tinha nada.

Passou no departamento de pessoal, assinou os papéis que lhe apresentaram, recebeu seu derradeiro pagamento, e, de repente, estava na rua. Uma rua movimentada, cheia de gente apressada. Gente que vinha de lugares e que ia para outros lugares. Gente que sabia o que fazer.

Ele, não. Ele não sabia o que fazer. Habitualmente, iria para casa, contente com a perspectiva do fim de semana, o passeio no parque com os filhos, a conversa com os amigos. Agora, a situação era outra. Como poderia chegar em casa e contar à mulher que estava desempregado? A mulher, que se sacrificava tanto, que fazia das tripas coração para manter a casa funcionando? Para criar coragem, entrou num bar, pediu um martelo de cachaça, depois outro e mais outro. A bebida não o reconfortava, ao contrário, sentia-se cada vez pior. Sem alternativa, tomou o ônibus para o humilde bairro em que morava.

A reação da mulher foi ainda pior do que ele esperava. Transtornada; torcia as mãos e gritava angustiada, o que é que vamos fazer, o que é que vamos fazer. Ele tentou encorajá-la, disse que de imediato procuraria emprego. De imediato significava, naturalmente, segunda-feira, mas antes disto havia o sábado e o domingo, muitas horas penosas que ele teria de suportar. E só havia um jeito de fazê-lo: bebendo. Passou o fim de semana embriagado. Embriagado e brigando com a mulher.

Quando, na segunda-feira, saiu de casa para procurar trabalho, sentia-se de antemão derrotado. Foi a outras empresas, procurou conhecidos, esteve no sindicato, como antecipara, as respostas eram negativas. Terça foi a mesma coisa, quarta também, e quinta, e sexta. Dinheiro esgotava-se rapidamente, tanto mais que o filho menor, de um ano e meio, estava doente e precisava ser medicado. E assim chegou o fim de semana. Na sexta à noite, ele tomou uma decisão: não voltaria para casa.

Não tinha como fazê-lo. Não poderia ver os filhos chorando, a mulher a mirá-lo com o ar acusador. Ficou no bar até que o dono o expulsou, e depois saiu a caminhar, cambaleante. Era muito tarde, mas ele não estava sozinho. Na rua, havia muitos como ele, gente que não tinha onde morar, ou que não queria um lugar para morar. Havia um grupo deitado sob uma marquise, homens, mulheres e crianças. Perguntou se podia ficar com eles. Ninguém lhe respondeu e ele tomou o silêncio como concordância. Passou a noite ali, dormindo sobre os jornais. Um sono inquieto, cheio de pesadelos. De qualquer modo, clareou o dia e quando isto aconteceu ele

sentiu um inexplicável alívio: era como se tivesse ultrapassado uma barreira, como se tivesse se livrado de um peso. Como se tivesse morrido? Sim, como se tivesse morrido. Morrer não lhe parecia tão ruim, muitas vezes pensara em imitar o gesto do pai que, ele ainda criança, se atirara sob um trem. Muitas vezes pensava nesse homem, com quem nunca tivera muito contato, e imaginava-o sempre sorrindo (coisa que em realidade raramente acontecia) e feliz. Se ele próprio não se matara, fora por causa da família; agora, que a família era coisa do passado, nada mais o prendia à vida.

Mas também nada o empurrava para a morte. Porque, num certo sentido, era um morto-vivo. Não tinha passado e também não tinha futuro. O futuro era uma incógnita que não se preocupava em desvendar. Se aparecesse comida, comeria; se aparecesse bebida, beberia (e bebida nunca faltava; comprava-a com as esmolas. Quando não tinha dinheiro sempre havia alguém para alcançar-lhe uma garrafa). Quanto ao passado, começava a sumir na espessa névoa de um olvido que o surpreendia – como esqueço rápido as coisas, meu Deus – mas que não recusava; ao contrário, recebia-o como uma bênção. Como uma absolvição. A primeira coisa que esqueceu foi o rosto do filho maior, garoto chato, sempre a reclamar, sempre a pedir coisas. Depois, foi o filho mais novo, que também chorava muito, mas que não pedia nada – ainda não falava. Por último, foi-se a face devastada da mulher, aquela face que um dia ele achara bela, que lhe aquecera o coração. Junto com os rostos, foram os nomes. Não lembrava mais como se chamavam. E aí começou a esquecer coisas a respeito de si próprio. A empresa em que trabalhara. O endereço da casa onde morara. A sua idade – para que precisava saber a idade? Por fim, esqueceu o próprio nome.

Aquilo foi mais difícil. É verdade que, havia muito tempo, ninguém lhe chamava pelo nome. Vagando de um lado para outro, de bairro em bairro, de cidade em cidade, todos lhe eram desconhecidos e ninguém exigia apresentação. Mesmo assim, foi com certa inquietação que pela primeira vez se perguntou: como é mesmo o meu nome? Tentou, por algum tempo, se lembrar. Era um nome comum, sem nenhuma peculiaridade, algo como José da Silva (mas não era José da Silva); mas isto, ao invés de facilitar, só lhe dificultava a tarefa. Em algum momento tivera uma carteira de identidade que sempre carregara consigo; mas perdera esse documento. Não se preocupava – não lhe fazia falta. Agora esquecia o nome... Ficou aborrecido, mas não por muito tempo. É alguma doença, concluiu, e esta explicação o absolve: um doente não é obrigado a lembrar nada.

De qualquer modo, aquilo mexeu com ele. Pela primeira vez em muito tempo – quanto tempo? meses, anos? – decidiu fazer alguma coisa. Resolveu tomar um banho. O que não era habitual em sua vida, pelo contrário: já não sabia mais há quanto tempo não se lavava. A sujeira formava nele uma crosta – que de certo modo o protegia. Agora, porém, trataria de lavar-se, de aparecer como fora no passado.

Conhecia um lugar, um abrigo mantido por uma ordem religiosa. Foi recebido por um silencioso padre, que lhe deu uma toalha, um pedaço de sabão e o conduziu até o chuveiro. Ali ficou, muito tempo, olhando a água que corria para o ralo – escura no início, depois mais clara. Fez a barba também. E um empregado lhe cortou o cabelo, que lhe chegara aos ombros. Enrolado na toalha, foi buscar as roupas. Surpresa:

- Joguei fora – disse o padre. – Fediam demais.

Antes que ele pudesse protestar, o padre entregou-lhe um pacote:

- Tome. É uma roupa decente.

Ele entrou no vestiário. O pacote continha cuecas, camisa, uma calça, meias, sapatos. Tudo usado, mas em bom estado. Limpo. Ele vestiu-se, olhou no espelho. E ficou encantado: não reconhecia o homem que via ali. Ao sair, o padre, de trás de um balcão, interpelou-o:

- Como é mesmo seu nome?

Ele não teve coragem de confessar que esquecera como se chamava.

- José da Silva.

O padre lançou-lhe um olhar penetrante – provavelmente todos ali eram José da Silva – mas não disse nada. Limitou-se a fazer uma anotação num grande caderno.

Ele saiu. E sentia-se outro. Sentia-se como que – embriagado? – sim, como que embriagado. Mas embriagado pelo céu, pela luz do sol, pelas árvores, pela multidão que enchia as ruas. Tão arrebatado estava que, ao atravessar a avenida, não viu o ônibus. O choque, tremendo, jogou-o à distância. Ali ficou, imóvel, caído sobre o asfalto, as pessoas rodeando-o. Curiosamente, não tinha dor; ao contrário, sentia-se leve, quase que como flutuando. Deve ser o banho, pensava.

Alguém se inclinou sobre ele, um policial. Que lhe perguntou:

- Como é que está, cidadão? Dá para aguentar, cidadão?

Isso ele não sabia. Nem tinha importância. Agora sabia quem era. Era um cidadão. Não tinha nome, mas tinha um título: cidadão. Ser cidadão, para ele, o começo de tudo. Ou o fim de tudo. Seus olhos se fecharam. Mas seu rosto se abriu num sorriso. O último sorriso do desconhecido, o primeiro sorriso do cidadão.

ANEXO D

Texto sugerido para complementação na oficina 3:

Retirado do site: <https://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/conto-avenida-da-legalidade-e-da-democracia-1.315394> Acesso em 16/03/2022

Conto: Avenida da Legalidade e da Democracia

03/09/2017

Por Almeri Espíndola de Souza

Carlos Lamarca derruba o presidente Castelo Branco. Uma multidão se acotovela pelas ruas de Porto Alegre. Com faixas nas mãos, homens, mulheres, mães com as crianças nos carrinhos. Jovens, velhos arrastando os seus chinelos. Todos seguiam um carro de som que cantava samba de raiz – o ritmo preferido de Lamarca.

Ele, um militar de alta patente, um dos melhores atiradores do exército brasileiro, professor de tiro da armada. Descobriu o que Castelo Branco sabia: o movimento, a “revolução” era um golpe cruel no povo brasileiro, engendrado pelos Estados Unidos. Foi em busca de uma justiça em que ele acreditava para, ao final, encontrar a própria morte em setembro de 1971. Na luta armada contra o golpe nojento, onde o exército do Brasil assassinou seus jovens, estudantes, intelectuais, artistas. Mataram Lamarca. Mataram o povo.

A rua levará o nome do ditador – que mereceu ter morrido na masmorra - mas que, por caminhos tortos, morreu presidente do Brasil. Isto sequer havia passado na Câmara de Vereadores da cidade de Porto Alegre. Em mais um ato ditatorial, um grupo de oficiais bêbados após um jantar, em 1973, decidiu que aquela avenida levaria o nome de Castelo Branco.

Agora, tem o nome de Carlos Lamarca. O Capitão foi morto sob um pé de Baraúna, enquanto descansava; o mesmo onde o cangaceiro Corisco também fora morto em 1940, no sertão baiano.

? *Precisamos trocar os nomes de todas as ruas que ainda lembram estes monstros*, gritava a multidão. Mais de cinquenta mil pessoas, cem mil talvez, com roupas coloridas, carregavam flores nas mãos, bandeiras e cantavam palavras de vitória. Uma vitória sonhada há quase cinquenta anos. Agora é Avenida Carlos Lamarca, gritavam os alto falantes nos carros de som, que já eram vários. O povo cantava e batia nos tambores. Ubiratan de Souza não escondia sua alegria, fora companheiro de Lamarca nas rodas de samba, tocados na caixinha de fósforos, nos raros momentos de descontração, no meio do mato, mordidos pelos mosquitos, no interior de São Paulo. Lamarca tinha triunfado.

Um sol delicado de inverno é abanado pelo vento miniano que sopra em Porto Alegre e traz as folhas secas, restos do outono que se fora. A porta de madeira bate forte, tirando dona Cely do seu sono profundo. Ela pula da cadeira preguiçosa na qual dormia na varanda da casa de paredes altas.

? Bira, é você?

Olha no seu entorno e percebe que está só. Seu sonho fora tão real, que ela volta devagarinho, se acomoda na cadeira e fecha os olhos. Quer continuar. Mais um pouquinho pelo menos. O miniano sopra mais forte, revolve os papéis na rua, assusta o cachorro que dormia aos seus pés. As janelas batem, logo começa uma chuva fina. O tempo muda, o céu escurece e um temporal se pronuncia. Dona Cely se recolhe, puxa a cadeira para dentro de casa, fecha as janelas, acolhe o cachorro. Com o rosto na vidraça, olha a rua que vai ficando mais e mais molhada. Um sorriso lhe arregança a esperança: Avenida Coronel Carlos Lamarca.

Encharcado pelos pingos grandes de chuva, ela reconhece Bira correndo e abanando as mãos: Conseguimos, conseguimos! Avenida Castelo Branco agora se chamará Avenida da Legalidade e da Democracia.

ANEXO E

Texto sugerido para complementação na oficina 3:

Retirado do site: <https://www.geledes.org.br/maravilha/> Acesso em 16/03/2022

Maravilha! Por Luiz Fernando Veríssimo

01/09/2014

A única alternativa para a velhice é a morte. Já as alternativas para a democracia são várias, uma pior do que a outra. É bom lembrá-las sempre.

Pode-se parafrasear Winston Churchill e dizer da democracia o mesmo que se diz da velhice, que, por mais lamentável que seja, é melhor do que sua alternativa. A única alternativa para a velhice é a morte. Já as alternativas para a democracia são várias, uma pior do que a outra. É bom lembrá-las sempre, principalmente no horário político, quando sua irritação com a propaganda que atrasa a novela pode levá-lo a preferir outra coisa. Resista. Engula sua impaciência com a retórica eleitoral que você sabe que é mentirosa, com o debate vazio, com os boatos maldosos e os golpes baixos, com o desfile de candidatos que variam do patético ao ridículo... Diante de tudo isso, em vez de “que chateação”, pense “que maravilha!”. É a democracia em ação, com seus grotescos e tudo. Saboreie, saboreie.

O processo, incrivelmente, se autodepura, sobrevive aos seus absurdos e dá certo. Ou dá errado, mas pelo menos de erro em erro vamos ganhando a prática. Mesmo o que impaciente é aproveitável, e votos inconsequentes acabam consequentes. O Tiririca, não sei, mas o Romário não deu um bom deputado? Vocações políticas às vezes aparecem em quem menos se espera. E é melhor o cara poder dizer a bobagem que quiser na TV do que viver num país em que é obrigado a cuidar do que diz. Melhor ele pedir voto porque é torcedor do Flamengo ou bom filho do que ter sua perspectiva de vida decidida numa ordem do dia de quartel. Melhor você ser manipulado por marqueteiros políticos, com direito a desacreditá-los, do que pela propaganda oficial e incontestável de um poder ditatorial. Hoje os candidatos à Presidência medem suas ideias e diferenças livremente, e todos são iguais perante o William Bonner.

Certo, às vezes as alternativas para a democracia parecem tentadoras. Ah, bons tempos em que o colégio eleitoral era minimalista: tinha um eleitor só. O general na Presidência escolhia o general que lhe sucederia, e ninguém pedia o nosso palpite. Era um processo rápido e ascético que não sujava as ruas. A escolha do poder nas monarquias absolutas também é simples e sumária, e o eleitor do rei também é um só, Deus, que também não se interessa pela nossa opinião. Ou podemos nos imaginar na Roma de Cícero, governados por uma casta de nobres e filósofos, sem nenhuma obrigação cívica salvo a de aplaudi-los no fórum, só cuidando para não parecer ironia.

A democracia é melhor. Mesmo que, como no caso do Brasil das alianças esquisitas, os partidos coligados em disputa lembrem uma salada mista, e ninguém saiba ao certo quem representa o quê. E onde, com o poder econômico mandando e desmandando, a atividade política termine parecendo apenas uma pantomima. Não importa, não deixa de ser — comparada com o que já foi — uma maravilha.

Fonte: O Globo